



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O PARTIDO COMUNISTA(1922-1962): lugar de memória, espaço de disputa.

Vital Nogueira de Souza

Nata/RN
2008

Vital Nogueira de Souza

**O PARTIDO COMUNISTA (1922-1962):
lugar de memória, espaço de disputa.**

Dissertação elaborada sob a orientação da Prof^a. Dr^a. MARIA DA CONCEIÇÃO FRAGA, e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Natal/RN

2008

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBSE-CCHLA.

Souza, Vital Nogueira de.

O Partido Comunista (1922-1962) : lugar de memória, espaço de disputa /
Vital Nogueira de Souza. – Natal, RN, 2008.
140 f.

Orientador: Profª Drª Maria da Conceição Fraga.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa
de Pós-graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços.
Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Representações Espaciais.

1. Partido Comunista (1922-1962) – Brasil – Dissertação. 2. Memória -
Dissertação. 3. Disputa pela memória – Dissertação. 4. Lugar de memória –
Dissertação. 5. Espaço – Dissertação. 6. Cisão – Dissertação. I. Fraga, Maria
da Conceição. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 329.15(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A dissertação “O PARTIDO COMUNISTA (1922-1962): lugar de memória, espaço de disputa”, elaborada por Vital Nogueira de Souza, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Natal-RN, 27 de março de 2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Maria da Conceição Fraga – UFRN

Prof. Dr. Manuel Domingos Neto – UFC

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha - UFRN

Prof^a. Dr^a. Margarida Maria Dias de Oliveira – UFRN – (suplente)

“A memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela”

LE GOFF, História e Memória.

Para meus avós Estevão, Marcina, Manuel e Maria, in memória;

Para meus pais João e Francisca (Tica);

Para minhas filhas Rosa Simone, Valéria Viviane, Ana Clara, Nara Coralina e Dina Lívia que me dispensaram de precisar plantar uma árvore;

Para meu neto, Caio Vinicius,

Expressões do antes e do depois.

Para Glória, pelo companheirismo e compreensão.

Agradecimentos

À Professora Maria da Conceição Fraga, pela orientação segura e paciente e pela amizade cada vez mais consolidada.

Aos Professores Almir de Carvalho Bueno, Raimundo Nonato, Margarida Maria Dias de Oliveira e Manuel Domingos Neto, pela excelente colaboração e crítica realizada durante as bancas de qualificação e exame final.

À Professora Francisca Aurinete Girão, que gentilmente realizou a revisão das normas da ABNT.

Aos Professores Denise Mattos Monteiro, Durval Muniz Albuquerque Júnior, João Emanuel Evangelista, Raimundo Pereira de Alencar Arrais pela convivência científica e a amizade construída em sala de aula;

À Bruna Rafaela de Lima, pelo incentivo inicial e a amizade construída durante o período em que secretariou o Programa de Pós-Graduação em História;

À Cétura da Costa Cruz, pela presteza no desempenho de sua função, como secretária do Programa de Pós-Graduação em História;

Aos colegas da primeira e segunda turma do Mestrado em História pela convivência harmoniosa;

Ao amigo Dilermano Toni, da direção nacional do PCdoB que, gentilmente, forneceu documentos essenciais à pesquisa;

À Advocacia Geral da União pela licença para capacitação legalmente concedida;

Aos colegas procuradores federais lotados no INSS pelo sacrifício que fizeram em dividir a sobrecarga de trabalho causada pela minha ausência durante todo um quadrimestre.

RESUMO

Este trabalho estuda a disputa pela memória do Partido Comunista no Brasil durante e depois da cisão que resultou no aparecimento de duas agremiações intituladas comunistas, no cenário político brasileiro, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ao longo de seus três capítulos, o autor tenta responder questões como: quais os elementos que constituíram a memória do Partido Comunista, no período de 1922 a 1956? Em que momento essa memória passou a ser disputada, por quem e quais documentos revelam isso? Como aconteceu essa disputa pela memória? A abordagem do tema considera que a produção da memória pelo Partido Comunista e a disputa por sua apropriação pelos comunistas do PCB e do PCdoB aconteceram no âmbito da realidade nacional e partidária, noções espaciais compreensíveis a partir do conceito de memória desenvolvido por autores como Halbwachs, Le Goff, Pollack, e Pierre Nora. Para dar conta dos objetivos da pesquisa histórica foi utilizado como metodologia o exame e a interpretação de fontes documentais e bibliográficas, com prioridade para os documentos partidários que representavam uma interpretação coletiva sobre os acontecimentos considerados mais relevantes. Os sites do Partido Comunista do Brasil (www.pcdob.org.br ou vermelho.org.br) e do Partido Popular Socialista (www.pps.org.br) também foram consultados.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil; Partido Comunista Brasileiro; Memória; Disputa pela Memória; Lugar de memória; Espaço; Cisão;

ABSTRACT

This work studies the dispute by Party Communist's memory in Brazil during and after division which it resulted in the appearance of two parties entitled communists, in the Brazilian political context, in the final of the fifties and beginning of the sixties: the Brazilian Communist Party (in Portuguese, Partido Comunista Brasileiro) and the Communist Party of Brazil (in Portuguese, Partido Comunista do Brasil). Along of yours three chapters, the author tries to answer some questions as: what were the elements which constituted the Communist Party's memory, in the period from 1922 to 1956? At which moment did this memory pass to be fiercely contested? Who and which documents reveal this? How did it happen the dispute by this memory? The approach to topic consider which the production of memory by Communist Party and the dispute for your possession by communists of PCB and of PCdoB happened in scope of national reality and of party, spaces notions understand from concept of memory developed for authors as Halbwachs, Le Goff, Pollack and Pierre Nora. To explain the objectives of historical research it has used as methodology the exam and the interpretation of documentary and bibliographical sources, with priority for the party's documents then it was depicted a collective interpretation about the events considered more important. The sites of Partido Comunista do Brasil (www.pcdob.org.br or vermelho.org.br) and of Partido Popular Socialista (www.pps.org.br) also went consulted.

Key-words: Communist Party of Brazil; Brazilian Communist Party; memory; dispute by memory; memory place; space; division.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - Partido Comunista no Brasil (1922-1956): acontecimentos e produção da memória	17
1. 1. A fundação do Partido Comunista.....	18
1.2. Luís Carlos Prestes entra em cena.....	26
1.3. A Aliança Nacional Libertadora e a Insurreição Comunista de 1935.....	34
1.4. A Conferência da Mantiqueira e a experiência democrática do Partido Comunista.....	40
1.5. O IV Congresso do Partido Comunista e o Programa de 1954 ...	49
CAPÍTULO 2 - A cisão PCB/PCdoB e a memória escrita (1956-1962)	54
2.1. Considerações sobre as cisões ocorridas no movimento comunista internacional e brasileiro	54
2.2. O XX Congresso do PCUS e a cisão do PC no Brasil.....	59
2.3. Fatores que contribuíram para a cisão no partido comunista.....	64
2.4. A cisão do Partido Comunista: produção de documentos, memória e identidade	71
CAPÍTULO 3 - PCB, PCdoB e a disputa pela memória	86
3.1. A disputa pelo ato fundador.....	87
3.2. A disputa pelo líder carismático: Luís Carlos Prestes	93
3.3. A disputa pela memória da insurreição comunista de 1935	102
3.4. A disputa pela memória da Conferência da Mantiqueira	112
3.5. A disputa pela memória da experiência democrática do Partido Comunista	116
3.6. A disputa pela memória do IV Congresso e seu Programa de 1954	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Os 40 anos de história do Partido Comunista¹ no Brasil (1922-1962), objeto desta pesquisa histórica, fazem parte de um período relativamente longo da história republicana brasileira. Para se ter uma idéia, nesse espaço de tempo, o Brasil viveu inúmeros acontecimentos políticos e sociais como: as revoltas tenentistas da década de 1920 (Levante dos Dezoito do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes-Miguel Costa); a Crise econômica de 1929; a Revolução de 1930; a Revolução Constitucionalista de 1932; a Insurreição Comunista de 1935; a Ditadura do Estado Novo (1937-1945); a participação na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (EUA, Inglaterra e URSS); a Redemocratização do país com as eleições de 1945 e a Assembléia Constituinte de 1946; a eleição de quatro Presidentes da República – Gaspar Dutra (1945), Getúlio Vargas (1950), Juscelino Kubitschek (1955) e Jânio Quadros (1960); o suicídio de um Presidente da República (1954) e a renúncia de outro (1961); a mudança de regime político de presidencialismo para parlamentarismo e a realização de um plebiscito em que venceu o retorno ao presidencialismo.

Acontecimentos coadjuvantes também ocorreram, a exemplo da vigência de quatro constituições federais (1891, 1934, 1937 e 1946), e a adoção de leis trabalhistas e previdenciárias. Nesse ínterim, aconteceram também significativas mudanças econômicas, sociais e culturais, como o desenvolvimento da industrialização do país, a ampliação da classe trabalhadora e o fortalecimento de sua organização política, mudanças culturais motivadas pelo modernismo e outras tendências estilísticas e as transformações nos costumes, em decorrência da crescente urbanização da

¹ O Partido Comunista surgido em março de 1922 se denominava Partido Comunista do Brasil e sua sigla era PCB. Após a cisão ocorrida em 1962, passaram a existir dois partidos que reivindicavam a herança política do Partido Comunista de 1922: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Para efeito de melhor entendimento da exposição advertimos que as siglas PCB e PCdoB quando usadas isoladamente se referirão, respectivamente, ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil. Finalmente alertamos que toda vez nos referimos ao único partido comunista existente anteriormente ao processo de cisão (1961-1962) utilizaremos as seguintes designações: Partido Comunista, PC, Partido Comunista brasileiro, PC brasileiro ou Partido Comunista do Brasil (PCB).

sociedade brasileira.

Descrever e relatar esses fatos seria uma tarefa hercúlea e desnecessária. A História Política preconizada por René Rémond e Serge Berstein² não mais se apóia nos grandes feitos políticos e estatais. Por isso, o estudo que realizamos a respeito do Partido Comunista e da luta por sua memória levará em conta somente os acontecimentos mais relevantes e indispensáveis à composição do quadro histórico em que se produziu e se desenvolveu a memória partidária ou aconteceram as disputas interpartidárias (PCB x PCdoB) pelo apoderamento do espólio memorável do período anterior à cisão dos comunistas brasileiros, no início da década de 1960. Isso porque nosso objeto de pesquisa é apenas a referida cisão partidária e a decorrente luta que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) travaram pela memória do Partido criado em 1922. Assim definido o assunto desta pesquisa, procuraremos responder, ao longo dos três capítulos, as seguintes questões: quais os elementos que constituem a memória produzida pelo Partido Comunista no período de 1922 a 1956? Em que momento essa memória passou a ser disputada, por quem e quais documentos revelam isso? Como aconteceu essa disputa pela memória?

A resposta a esses questionamentos buscará se coadunar com o objetivo geral de demonstrar que a produção da memória pelo Partido Comunista e a disputa por sua apropriação pelos comunistas do PCB e do PCdoB aconteceram no âmbito da realidade nacional e partidária, noções espaciais compreensíveis a partir do conceito de memória, que em si condensa aspectos espaciais e temporais. Na luta pela preservação da memória do velho Partido Comunista de 1922 e através do gesto de ambos os partidos (PCB e PCdoB) de se apresentarem como sendo aquele partido – o PCB sob a argumentação de que nunca deixou de sê-lo e o PCdoB sob a alegação de que o reorganizou – podemos enxergar o esforço destes partidos para evitar que a tradição da agremiação comunista original fosse relegada à condição de *lugar de memória*, que, na acepção de Pierre Nora³, significa o fim

² RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³ NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

da existência de meios de memórias, uma espécie de ante-sala da história .

Quanto à organização do trabalho, cabe informar que o primeiro capítulo intitulado de *Partido Comunista no Brasil (1922-1956): acontecimentos e produção da memória*, buscará identificar os elementos constitutivos da memória partidária, produzida no período anterior à cisão de 1961/1962, situando-os no quadro da história política brasileira daquela época. Neste sentido, serão analisados acontecimentos como a fundação do Partido em 1922; o ingresso de Luís Carlos Prestes em suas fileiras no início da década de 1930; a formação da Aliança Nacional Libertadora e a deflagração da Insurreição Comunista em 1935; a realização da Conferência da Mantiqueira em 1943 e a participação Democrática dos comunistas nas eleições de 1945 e 1947; e a realização do IV Congresso do Partido Comunista e a elaboração do Programa de 1954.

O segundo capítulo *A cisão PCB/PCdoB e a memória escrita (1956-1962)* abordará as condicionantes internacionais e nacionais do processo de divisão do Partido Comunista, no final da década de 1950 e início da 1960. Ele dará destaque à repercussão do XX Congresso do PCUS sobre a atuação política dos comunistas brasileiros e à influência que os governos Vargas, Kubitschek e Goulart exerceram sobre a militância comunista através de suas políticas “populistas” e/ou “desenvolvimentistas”, mas não esquecerá o papel da Revolução Chinesa e da Revolução Cubana no recrudescimento das idéias revolucionárias no interior do PC. Esse capítulo tem por objetivo deixar o leitor a par das informações sobre o momento político da cisão, os sujeitos envolvidos e os documentos por eles produzidos naquela etapa dos acontecimentos, com destaque para as implicações na luta de idéias e a disputa pela memória, nos espaços intrapartidários. O recorte temporal dessa parte do assunto inicia em 1956, com o conhecimento pela militância comunista das polêmicas deliberações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e encerra em 1962, ano em que foi realizada a Conferência de “reorganização” do PCdoB. O capítulo cuidará de inventariar e analisar os principais fatos e documentos produzidos no período, quais sejam: a elaboração e divulgação da *Declaração de Março de 1958*, o V Congresso (1960), o artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de

Maurício Graboys, o requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100* (1961) e a Conferência Nacional Extraordinária de 1962 e seu *Manifesto-Programa*.

O último capítulo tem por objetivo explicar como aconteceu a disputa pela memória produzida pelo Partido Comunista, no período de 1922 a 1956. Ou melhor, ele buscará se constituir numa tentativa de interpretação dos documentos produzidos, depois de 1956, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e seus respectivos dirigentes, no tocante às referências que tais documentos fazem aos acontecimentos constitutivos da memória comunista do período anterior a cisão de 1961/1962. Neste sentido, esta parte do trabalho retornará aos acontecimentos retratados no primeiro capítulo, porém com o objetivo de entender como a memória partidária produzida nos anos 1922-1956 foi apropriada pelos sujeitos históricos partidários – PCB e PCdoB, durante e depois do processo de cisão.

Embora possamos considerar esta pesquisa como um estudo sobre a memória, advertimos de antemão que não utilizamos qualquer metodologia da história oral, pois não colhemos depoimentos nem entrevistas. Utilizamos como metodologia o exame e a interpretação de fontes documentais e bibliográficas, privilegiando os documentos partidários que representavam uma interpretação coletiva sobre os acontecimentos mais relevantes para esta narrativa histórica. Outro recurso metodológico usado para compreender a cisão e a disputa pela memória entre o PCB e PCdoB foi a comparação entre os seus discursos, especialmente, entre as versões que cada agremiação e seus dirigentes procuraram transmitir sobre os acontecimentos, através da documentação que produziram. Neste sentido, foram de grande valia o exame de conteúdo de documentos deliberativos dos congressos e conferências realizados pelos comunistas brasileiros, a exemplo do Estatuto do Partido Comunista aprovado no I Congresso (março de 1922) e dos manifestos, programas e declarações partidários, especialmente o *Manifesto de janeiro de 1948*, o *Manifesto de agosto de 1950*, o Programa de 1954, a Declaração de Março de 1958, a Resolução Política do V Congresso (1960), o Manifesto-Programa do PCdoB (1962), a Resolução política intitulada de *Resposta a*

Kruschev, elaborada pelo PCdoB em julho de 1963. Entretanto, também consideramos relevantes os documentos que foram produzidos por alguns dirigentes partidários: os discursos políticos de Prestes durante a campanha de 1945, nos estádios São Januário (Rio de Janeiro) e Parque 13 de Maio (Recife); o artigo *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*⁴ em que Luís Carlos Prestes realiza uma crítica e autocrítica à política adotada pelo Partido Comunista no período anterior à *Declaração de Março de 1958*; o artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de Maurício Grabois; o requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100* (1961); o relato histórico *Cinquenta anos de luta*, produzido em 1972 por João Amazonas e Maurício Grabois e o artigo *1935: assim se conta a história* (1993) de João Amazonas. Foi ainda considerado como uma importante fonte bibliográfica o livro *O Partidão*, de Moisés Vinhas, que relata os episódios da cisão PCB/PCdoB sob a ótica pecebista, já que o autor integrava o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro naquele conturbado período da história dos comunistas brasileiros. Suplementarmente, foram utilizados os sites pertencentes ao Partido Comunista do Brasil (www.pcdob.org.br ou vermelho.org.br) e ao Partido Popular Socialista (www.pps.org.br)⁵, partido em que foi transformado o PCB, no início da década de 1990, para acesso a alguns documentos históricos.

Salientamos ainda que, na configuração histórica do período em estudo fizemos uso da historiografia especializada, com preferência para as versões mais unitárias sobre os acontecimentos, somente tendo sido privilegiadas as divergências interpretativas dos acontecimentos quando a lógica de nossa interpretação ou narrativa exigisse se respaldar nesses pontos de vistas divergentes.

A historiografia sobre o Partido Comunista é extensa, mas na sua grande maioria retrata os acontecimentos sob uma ótica mais simpática ao

⁴ PRESTES, Luiz Carlos. São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 29-36.

⁵ Ver *História do PCB/PPS*. Disponível em http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opção=partido&inc_partido=hiistoria&portal=>. Acesso em: 10 nov. 2007.

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Isso se deve ao fato de o PCB ter saído mais fortalecido do processo de cisão que o PCdoB, pois contava com a maioria da militância e a simpatia de parte da intelectualidade, enquanto que este último partido era minoritário e identificado como “stalinista”, numa época em que tal designativo assumia fortes conotações pejorativas. Ressaltamos ainda que quase todos os autores que se debruçaram sobre a história dos comunistas brasileiros depois de 1962 relatam o processo de cisão que viveu o Partido Comunista naquele início da década de 1960, porém, ao dar continuidade ao relato histórico, deixam de analisar a trajetória do PCdoB e se dedicam apenas ao tratamento da trajetória política do PCB, a exemplo de Chilcote e Segatto⁶. Por consequência, as referências ao PCdoB são apenas episódicas nesses estudos.

Sobre os processos de cisão ocorridos no Partido Comunista quase não há obras específicas. As exceções são para as produções acadêmicas de Danis Karepovs, *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938* e Valter Ventura da Rocha Pomar, *Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962*. O primeiro trabalho examinou o processo de cisão do PC brasileiro, ocorrido na segunda metade da década de 1930, para o qual contribuiu o debate em que se confrontavam as idéias de Trotsky e Stálin sobre a estratégia da revolução mundial (revolução permanente X socialismo num só país), bem como as divergências internas do comunismo brasileiro a respeito do apoio às candidaturas presidenciais colocadas em sucessão a Getúlio Vargas, antes de ele instituir o Estado Novo.

Diferentemente, o autor da segunda obra se debruçou sobre a cisão de 1962 que deu origem à existência dos dois partidos comunistas no Brasil. Entretanto, seu objeto de estudo se encaminhou para as interpretações historiográficas existentes sobre essa divisão orgânica do movimento comunista. No entender de Pomar, os intérpretes da cisão de 1962 erroneamente a explicam como uma decorrência das divergências externas do movimento comunista mundial, especialmente o XX Congresso do PCUS e a disputa sino-soviética.

⁶ Ver CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972**. Rio de Janeiro: Graal, 1982; SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1989.

Assim sendo, consideramos que a existência de obras e pesquisas sobre o Partido Comunista e os processos de cisão ocorridos no seu interior não atinge a originalidade de nosso trabalho, pois aquela produção historiográfica se resume a noticiar e/ou analisar as cisões partidárias no bojo da trajetória de existência do Partido Comunista, sem se preocupar com seus reflexos sobre a memória. Karepovs, por exemplo, focou sua pesquisa na cisão de 1937-1938, assunto completamente diferente do nosso objeto de estudo. Já Valter Pomar, apesar de focar sua investigação na Cisão ocorrida no Partido Comunista em 1962, tem como objeto o estudo das interpretações historiográficas e documentais sobre aquele processo. Diferentemente, o objeto de pesquisa do trabalho que ora apresentamos é a disputa pela memória, protagonizada pelo PCB e PCdoB durante e após o processo de separamento ocorrido entre 1958 e 1962. Neste sentido, podemos responder por outras insuficiências científicas, jamais pela falta de originalidade.

CAPÍTULO 1

O PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL (1922-1956): ACONTECIMENTOS E PRODUÇÃO DA MEMÓRIA

Gramsci afirmou numa de suas notas sobre *partido político*, com inteira razão, que “escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de visto monográfico”⁷. E quando se trata da história do Partido Comunista, há de se convir ainda a necessidade de se tecer considerações sobre o marxismo, o que necessariamente nos remete à História da Europa Ocidental e Central, nos séculos XIX e XX.

O Partido Comunista brasileiro é uma agremiação política herdeira da teoria social e de partido, desenvolvida por Marx, Engels e Lênin desde a metade do século XIX até meados da década de 1920. Nesse período, esses pensadores socialistas caracterizaram o capitalismo como um modo de produção que cumpriu papel importante no desenvolvimento da humanidade ao ultrapassar as formas de relações de produção pré-capitalistas. Em contrapartida esboçaram o entendimento de que o capitalismo concentrava a riqueza e o poder político nas mãos das classes dominantes, em detrimento da participação política e econômica das camadas populares que, na visão marxista, produziam, com o seu trabalho, os meios materiais de existência de toda sociedade.

Na caracterização do Partido Comunista tem participação elementos teóricos, organizativos e políticos incorporados da teoria marxista e leninista e que pelas suas práticas sociais e políticas se incorporaram a sua identidade política e constituem a sua memória. Outros elementos foram incorporados à identidade partidária a partir da sua vivência nacional, passando também a compor seu repertório de memórias. Memórias essas disputadas ao longo da vida do Partido Comunista e, particularmente, durante e depois do processo

⁷ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, DATA, p. 24.

que resultou na cisão do movimento comunista brasileiro, quando dois partidos comunistas passaram a existir na arena política brasileira: o PCB e o PCdoB.

A categoria memória, como pensa Halbwachs, tem a particularidade de unir a concepção de tempo e espaço, pois nada pode ser memorável sem que tenha povoado essa dúplice forma de manifestação da realidade. Tendo existido no passado, o fato memorado deixa marcas no presente, sinais inscritos na diversidade dos espaços ou das consciências. Neste sentido, a memória do Partido Comunista de 1922 constitui o espaço simbólico sobre o qual se edificam o PCdoB e o PCB. Espaço este composto de múltiplos elementos (o marxismo, o leninismo, o stalinismo, o internacionalismo proletário, o nacionalismo, o proletariado, o socialismo, o comunismo, a revolução, o nome/sigla, o líder de massas, etc.) que são revigorados ou esquecidos deliberadamente ou não pelos que sancionam o fazer político dos partidos subseqüentes, semelhantemente à decisão tomada por quem reforma um edifício e recupera partes que lhes são convenientes e destrói ambientes ou deixa outros em estado de espera.

1.1. A FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

O Partido Comunista do Brasil (PCB)⁸ surgiu no cenário brasileiro quando a Revolução Russa de 1917 impactava o mundo e o Brasil experimentava mudanças políticas, sociais e culturais, no início da década de 20 do século passado. Sua fundação aconteceu no congresso realizado entre os dias 25 a 27 de março de 1922, em Niterói, quando se reuniram nove delegados representativos dos 73 filiados dos grupos comunistas de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói e Rio de Janeiro (capital), sendo eles: Astrojildo Pereira (jornalista), Manuel Cendon (alfaiate nascido na Espanha), Abílio Nequete (barbeiro nascido no Líbano), Cristiano Cordeiro (contador), João da Costa Pimenta (gráfico), José Elias da Silva (sapateiro), Joaquim Barbosa (alfaiate), Luís Peres (vassoureiro) e Hermogênio Silva

⁸ Ver nota 1.

(eletricista e ferroviário)⁹. Oriundos em sua maioria do anarquismo, suas adesões ao comunismo ocorreram num momento em que mundialmente o movimento operário se recuperava da desagregação decorrente da crise da social-democracia durante a Primeira Guerra Mundial e o anarquismo se esgotava como tendência política influente no meio operário brasileiro”¹⁰. Nas palavras de Moisés Vinhas¹¹, “o Partido Comunista surgiu, no Brasil, a partir de uma cisão do movimento anarquista”, diferentemente dos partidos comunistas europeus que surgiram das cisões ocorridas em “alguns poderosos partidos social-democratas de massa”. Essa origem anarquista do PCB postergou o seu reconhecimento imediato como uma Seção da Internacional Comunista, sendo admitido apenas com partido simpatizante da IC, em seu IV Congresso Mundial¹², apesar do art. 1º de seus estatutos inaugurais consignar: “Centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamada Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista”.

Mas Evaristo de Moraes Filho demonstrou, em seu artigo *A proto-história do marxismo no Brasil*¹³, que desde o último quartel do século XIX o nome de Marx e as idéias marxistas já eram discutidos no país, em decorrência da fundação da I Internacional (1864) e, particularmente, depois da Comuna de Paris (1871), como já acontecia em todo o mundo. No Brasil, inicialmente, prevaleceram as opiniões desfavoráveis de personalidades públicas, intelectuais e órgãos de imprensa em relação ao marxismo, mas depois surgiram as críticas elogiosas, a exemplo do que fez Euclides da Cunha, no final do século XIX e início do século XX¹⁴. Entretanto, era comum confundir as

⁹ Cf. KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Grall, 1980. p. 35-36 e PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Como foram os congressos do Partido? Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/faq.asp>>. Acesso em: 18 set. 2007.

¹⁰ CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984. p. 21-22.

¹¹ VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 6.

¹² Ver Resolução da Junta Executiva da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista do Brasil, em VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 52-53.

¹³ Para conhecer os antecedentes da formação do Partido Comunista do Brasil ver MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. 2. ed. rev. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2003. v. 1, p. 13-58.

¹⁴ *Ibidem*, p. 30-31.

idéias de Marx com o positivismo de Auguste Comte e Herbert Spencer¹⁵, em decorrência da falta de circulação das obras marxistas no Brasil. Otávio Brandão, intelectual que aderiu ao PC do Brasil em 1922, teve que estudar o marxismo através das edições francesas, sendo de sua autoria a tradução do Manifesto Comunista, a primeira obra marxista traduzida no país, cuja edição foi publicada em 1923¹⁶. Edgar Carone em sua obra *Movimento Operário no Brasil* coleciona documentos sobre o alvorecer da consciência e organização do proletariado brasileiro, que remonta à última quadra do século XIX, destacando os primeiros movimentos políticos dos anarquistas brasileiros e o surgimento das idéias socialistas e dos arremedos de partidos políticos socialistas e operários em nosso país¹⁷.

No primeiro quartel do século XX, as camadas urbanas da sociedade brasileira aprofundaram o questionamento das práticas políticas que dominavam o país. Além das primeiras greves operárias, a baixa oficialidade militar e os soldados, cabos e sargentos se mobilizaram e passaram a exigir mudanças na política brasileira, desencadeando o movimento que se tornou conhecido na historiografia brasileira com *tenentismo*, cujo maior destaque foi alcançado pela *Coluna Prestes*. Era sinal de que a Primeira República começava a decrepitar. Seu modelo de organização partidária, baseado em partidos regionais comandados pelas oligarquias provincianas, não atendia às necessidades da representação política nacional. Esse ambiente, em tese, favorecia a idéia de surgimento de uma agremiação política com as características do Partido Comunista, que não se apequenava nas querelas locais e pensava a política em termos nacionais e até mesmo internacionais.

No campo cultural, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, expandia-se o Movimento Modernista, que apesar das influências estéticas estrangeiras, em seu começo, logo se abasileirava, inclusive quanto ao reflexo da divisão política entre esquerda e direita que dominava o país nos anos 1920. Em 1924, a ala representada por Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Raul Bopp e Paulo Prado lança o *Manifesto da Poesia Pau Brasil* que mais tarde (1928) daria origem ao Movimento

¹⁵ *Ibidem*, p. 31.

¹⁶ *Ibidem*, p. 47-48.

¹⁷ CARONE, Edgar. *Op. cit.*

Antropofágico que advogava a adoção de uma arte genuinamente brasileira, liberta dos padrões europeus. Diferentemente, Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Mota Filho e Cassiano Ricardo passaram a defender um nacionalismo conservador, criando o Movimento Verdeamarelo, que passaria a ser uma das referências estéticas do futuro Integralismo¹⁸.

Naquela época dois importantes acontecimentos mundiais se impuseram como determinantes para a história do século XX: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, de modo que o surgimento do Partido Comunista no Brasil acontece na primeira quadra de um século que se caracterizou pela ocorrência de duas grandes guerras mundiais e de algumas revoluções socialistas como as ocorridas na Rússia (1917), China (1949) e Cuba (1959). Tanto aqueles quanto estes acontecimentos poderiam caracterizar o século XX. Entretanto, o fato de as revoluções socialistas não ter acontecido na Europa Ocidental, certamente levou historiadores como Eric Hobsbawm a considerar que o “Breve Século XX (...) foi marcado pela guerra”¹⁹, seguido igualmente do raciocínio de John Lukacs ao afirmar que “os dois maiores eventos dos últimos 100 anos foram as duas guerras mundiais”²⁰.

Entretanto, apesar de as guerras serem consideradas como os fatos mais importantes do século passado, isso não significa, para a história do Marxismo, que tais acontecimentos tenham sobrepujado as revoluções socialistas ocorridas em 1917, 1949 e 1959. A Revolução Russa, por exemplo, simbolizou para os trabalhadores e os partidos marxistas a viabilidade da edificação de uma sociedade e de um estado socialistas, baseados nas teorias políticas, sociais e econômicas desenvolvidas por Marx, Engels e Lênin, coisa que a guerra isoladamente não poderia proporcionar. Conseqüentemente, o surgimento dos partidos políticos marxistas em grande parte do mundo, particularmente após a fundação da III Internacional Comunista, em 1919, foi decorrente da influência e repercussão política da experiência revolucionária russa.

¹⁸ JOFFILY, Bernardo. **Atlas histórico Istoé Brasil**. São Paulo: Ed. Três. 199?. p. 113.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995. p. 30.

²⁰ LUKACS, John. **Uma nova república: história dos Estados Unidos no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 35.

Quando, em 1922, o Brasil viveu os acontecimentos que sintetizaram a preocupação com sua modernização política, social e cultural, ele estava entrando em sintonia com as aspirações nacionais e internacionalistas em curso naquela temporalidade. Neste sentido, a criação do Partido Comunista há de ser destacada como um fato paradigmático de que as mudanças que se gestavam no país se relacionavam com o que ocorria no mundo, sendo exemplo disso a menção no art. 1º de seu Estatuto de que o Partido era uma Seção Brasileira da Internacional Comunista (SBIC), reforçada pela afirmação internacionalista consignada no art. 2º do seu Estatuto:

Art. 1º - Fica fundada, por tempo indeterminado, uma Sociedade Civil, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título – Centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamada Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Art. 2º. O Partido Comunista tem por fim promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da Sociedade Capitalista em Comunista²¹.

A análise destes artigos dos Estatutos nos permite concluir que, desde sua fundação, o Partido Comunista do Brasil, como qualquer outro partido, tinha por finalidade a conquista do poder político; pretendia ser um partido vinculado a uma determinada classe social – o proletariado – tendo como um de seus objetivos a sua organização política; se orientava pelo princípio do internacionalismo proletário e tinha por finalidade a construção da sociedade comunista.

Esses elementos, somados aos outros que se delinearão no transcorrer desse trabalho, configurariam a identidade política do Partido Comunista no transcorrer de sua existência e seriam objeto de disputa quando

²¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos:** Estatuto 1922. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1922.asp>>. Acesso em: 18 set. 2007. Segatto, em sua Breve história do PCB, p. 22-23, apresenta redação diferente da consignada acima: “O PCB tem o objetivo de atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. O Partido da classe operária é organizado como o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista”. Isso evidencia que o Estatuto de 1922 provavelmente foi revisado em algum momento posterior a sua edição, justificando assim a existência de das duas versões quanto ao seu art. 2º.

a sua memória passou a ser reivindicada concomitantemente pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), após a cisão do movimento comunista brasileiro no início da década de 1960.

O PC surgiu no cenário político brasileiro assumindo uma identidade com os movimentos populares de sua época, pois tinha como objetivo organizar politicamente os trabalhadores brasileiros²² e colocá-los em sintonia com o movimento comunista internacional. Mas, na década de 1920, o proletariado brasileiro era ainda pouco desenvolvido e se concentrava majoritariamente no campo. Ele ainda se ressentia dos problemas causados pelos quatro séculos de escravidão e por isso tinha seu pólo mais avançado concentrado entre os trabalhadores imigrantes²³, que professavam o anarquismo e foram responsáveis pela fundação das primeiras entidades

²² Informações contidas em Rezende (1990) dão conta que a organização sindical dos trabalhadores brasileiros remonta às experiências mutualistas, surgidas em meados do século XIX, cujo exemplo são a Imperial Sociedade dos Artistas, Mecânicos e Liberais, no Recife, e a Associação Tipográfica Fluminense, no Rio de Janeiro. A partir de 1892 os trabalhadores brasileiros começam a realizar seu enclaves congressuais: I Congresso Operário (1892); Congresso Operário Brasileiro (1902), com a participação de 37 corporações urbanas; Congresso Operário Brasileiro (1906), no Centro Galego do Rio de Janeiro, com presença de delegados vindo do Nordeste. Neste evento pela primeira vez foram vitoriosas as teses do anarcossindicalismo. “O Censo Industrial do Brasil, indicou, em 1907, a existência de 149 018 operários – mão-de-obra basicamente composta de imigrantes – e 3 258 empresas”. Em São Paulo, em 1912, 80% dos operários têxteis eram estrangeiros e em 1920 os estrangeiros representavam 52% de sua população adulta. Em 1908 foi organizada por cinquenta organizações operárias a Confederação Operária Brasileira (COB), que depois de um período inatividade organizaria novo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, e dirigiria sucessivas greves, entre as quais a famosa greve geral de 1917. (Cf. REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 9 e segs.

²³ Nelson do Valle SILVA e Maria Lígia de O. BARBOSA informam as estatísticas e as vicissitudes desse processo de imigração de trabalhadores europeus no Brasil: “Na verdade, o forte impacto da imigração estrangeira a datava do final do século anterior. Com a abolição formal da escravatura em 1888 e a carência decorrente de mão-de-obra agrícola, um esforço de recrutamento de trabalhadores estrangeiros foi desenvolvido não só pela iniciativa privada como pelos governos federal e estadual, através do subsídio dos custos de transporte para o Brasil. Dessa forma, estima-se que um total de quase 5 milhões de pessoas emigraram para o País entre 1887 e 1957, sendo este contingente formado em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses. O pico deste influxo imigratório se deu na última década do Século XIX, quando mais de 1 milhão de imigrantes (majoritariamente italianos, com destino a São Paulo) aportaram aqui, estimando-se que isto representou quase um quarto do crescimento populacional total no período. O influxo de imigrantes resultou no agravamento do conflito no mercado de trabalho, opondo os trabalhadores “nacionais” aos estrangeiros, tendo constituído foco de agitação popular em várias regiões durante as primeiras décadas da República, especialmente no Rio de Janeiro, onde foi forte o movimento dito “jacobino” e freqüente os episódios chamados de “mata galegos”, opondo violentamente trabalhadores brasileiros e portugueses. Assim sendo, tendo em vista a proteção do trabalhador nacional, em 1934 o governo federal estabeleceu um sistema de quotas para controlar a entrada de imigrantes.” (SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. População e estatísticas vitais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2003. p. 34-35)

propriamente sindicais. Pode-se afirmar que, do ponto de vista da luta sindical, o aparecimento do PCB representou um avanço na valorização organizativa do movimento sindical brasileiro, pois surge defendendo a “unidade sindical como condição básica para o êxito da luta política”²⁴ dos trabalhadores brasileiros.

Na segunda metade da década de 1920, os comunistas brasileiros já tinham uma marcante participação no movimento sindical, pois dirigiam entidades importantes como a União dos Gráficos de São Paulo, o Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado de Pernambuco, entre outras. Entretanto, eles tinham que dividir influência com as correntes *sindicalista de esquerda* (anarcossindicalistas) e *reformista de direita* (o chamado movimento “corporativo-sindicalista” que contava com aberto apoio governamental) que também dirigiam importantes corporações sindicais²⁵. Fiéis à idéia de centralização e unidade sindical organizam, no período de 27 de abril a 1º de maio de 1927, o Congresso unificado de 70 sindicatos do Distrito Federal (RJ), cujo principal resultado foi criação e aprovação dos estatutos da importante Federação dos Sindicatos do Distrito Federal. Esta entidade jogaria relevante papel na fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, ocorrida em congresso realizado em abril de 1929, no Rio de Janeiro²⁶. O fortalecimento dos comunistas no movimento operário e sindical foi acompanhado do declínio do anarcossindicalismo. Porém, a Revolução de 1930, através da criação do Ministério do Trabalho e da legislação sindical dela decorrente, golpeou o sindicalismo independente ou sob direção dos comunistas ao estabelecer que o funcionamento legal dos sindicatos passasse a depender do reconhecimento e controle do MT. Essa decisão do Governo Vargas, juntamente com o “decreto de naturalização”²⁷ colocou na ilegalidade os sindicatos que fugiam ao controle do Ministério do Trabalho e fortaleceu o “sindicalismo oficial e corporativista” que serviu de base social de apoio às

²⁴ REZENDE, Antonio Paulo. op. cit., p. 24.

²⁵ Cf. KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 199-200.

²⁶ Ibidem, p. 209-210.

²⁷ Esse decreto também denominado de Lei dos 2/3, sob o pretexto de proteger o trabalhador nacional e limitar a imigração de estrangeiros, afastava da base sindical e da direção dos sindicatos os imigrantes, pois condicionava o funcionamento dos sindicatos à presença de no mínimo 2/3 de trabalhadores nacionais ou naturalizados. Os estrangeiros poderiam se associar aos sindicatos se residissem no Brasil há pelo menos 20 anos.

deliberações governamentais da Era Vargas. Mais tarde, essa rede sindical surgida sob os auspícios do Ministério do Trabalho daria caráter de massa ao trabalhismo, cuja expressão político-partidária seria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Quanto à análise da questão partidária, cabe salientar que durante a Primeira República predominou a existência de partidos políticos regionais/provinciais/estaduais, diferentemente do período monárquico, em que dois grandes partidos – o Liberal e o Conservador – se alternavam no poder. Embora tenham existido partidos republicanos nacionais, eles foram efêmeros e dominados por personalidades, como bem destaca Vamireh Chacon: “o Partido Republicano Federal tinha sido [Francisco] Glicério, o Partido Republicano Conservador foi Pinheiro Machado e Partido Republicano Liberal era mais Rui Barbosa”²⁸. Outros partidos existiram no período, como o Partido Católico (fundado ainda durante a monarquia, em 1876), o Partido Democrático Nacional (1927) e até mesmo um chamado Partido Operário de São Paulo (1890)²⁹, mas foram os partidos republicanos de base oligárquica estadual que dominaram a política republicana brasileira até 1930:

Ao longo da Primeira República, de 1889 a 1930, só os PRs tiveram durabilidade, principalmente em São Paulo o Partido Republicano Paulista, em Minas Gerais o Partido Republicano Mineiro, no Rio Grande do Sul o Partido Republicano Histórico, partidos únicos estaduais durante longos períodos, cruzados pela rápida irrupção de partidos nacionais efêmeros.³⁰

A exceção a essa realidade de partidos regionais e provinciais foi o surgimento do Partido Comunista em 1922, com características nacionais e internacionalistas bem definidas desde o ato de sua fundação.

²⁸ CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 84.

²⁹ Chacon, na op. cit., p. 90, data o surgimento dos primeiros partidos operários e socialistas no Brasil: “Em 1890, surgia o Partido Operário do Brasil, no mesmo ano o Partido Operário de São Paulo; 1893, o Partido Operário Brasileiro; 1895, o Partido Operário Socialista; 1897, o Partido Socialista do Rio Grande do Sul; e em 1902 o Partido Socialista com pretensões nacionais”.

³⁰ *Ibidem*, p. 86.

1.2. LUÍS CARLOS PRESTES ENTRA EM CENA

O período seguinte à fundação do Partido Comunista do Brasil foi marcado por intensa agitação política nos centros urbanos e nas hostes militares do país, em que se destacaram acontecimentos como o Levante de Copacabana (1922), as Revoltas Tenentistas (1924) e a Coluna Prestes, ocorrida entre 1926 e 1928. No plano externo, a morte de Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa, em 1924, desencadeou uma verdadeira batalha entre Leon Trotsky e Joseph Stálin pelo comando da União Soviética e do Partido Comunista da União Soviética, resultando na vitória deste último. No plano internacional, duas tendências político-ideológicas surgiram no seio do movimento comunista mundial: o stalinismo e o trotskismo. A primeira corrente não assumiu a intitulação de stalinista, mas se apresentou como aplicadora do leninismo e contou com o apoio do Estado soviético no processo de sua disseminação para mundo através da Internacional Comunista. A corrente trotskista, sem meios materiais suficientes para espalhar sua doutrina entre o movimento revolucionário internacional, em decorrência sobretudo de sua resistência a qualquer política de alianças, terminou se marginalizando no processo histórico por falta de apoio das massas proletárias às suas propostas ultra-radicais, entre as quais se destaca a idéia da revolução permanente³¹. Mesmo assim, seu pensamento político espalhou-se pelo mundo, causando as primeiras cisões nos partidos comunistas, organizados mundialmente após a fundação da III Internacional.

Nessa fase da história do Partido Comunista, seus quadros políticos ainda conviviam com deficiências decorrentes do pouco conhecimento do marxismo³² e da realidade nacional. A Internacional Comunista, através de seu Secretariado Sul-Americano (SSA) realizava ingerências diretas sobre a

³¹ KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1995. v. 2, p. 224-225.

³² Essa deficiência teórica era decorrente do passado anarco-sindicalista dos militantes comunistas, que tinham pouco conhecimento da obra de Marx. Além disso, o acesso ao Manifesto Comunista em língua portuguesa no Brasil somente foi possível em 1923, quando Octávio Brandão o traduziu e editou, porém a divulgação mais sistemática da obra de Marx somente teve curso no Brasil depois de 1930. (Cf. MORAES FILHO, Evaristo de. Op. cit., p. 47, 51 e 52).

política a ser seguida pelo PC, notadamente quanto à questão das alianças políticas. As resoluções “esquerdistas” do VI Congresso da IC viam como desvio “direitista” as alianças políticas com a pequena-burguesia e os setores da burguesia nacional e, conseqüentemente, orientava os partidos comunistas a adotarem uma política de proletarização de suas direções e de sua militância.

Para compreender a atuação do Partido Comunista a partir do final da década de 1920, é importante resgatar o momento político vivido pelo mundo e pelo Brasil, naquele período. As revoltas tenentistas, sobretudo a Coluna Prestes que entre outubro de 1924 a fevereiro de 1927 percorreu invicta mais 24 mil quilômetros, agitaram política e socialmente o país, projetando nomes para a política nacional após o início da década de 1930. Entre os nomes projetados por aquelas revoltas se destacou o do Capitão Luís Carlos Prestes, que mais tarde aderiria ao comunismo, reforçando sua imagem mítica de herói da fase republicana brasileira.

Cabe salientar, entretanto, que a efervescência política e social brasileira dos anos 20 não se extinguiu com o encerramento dos levantes tenentistas. Ela foi reacendida com a crise econômica mundial de 1929, que atingiu em cheio as exportações brasileiras, sobretudo de seu principal produto de exportação – o café, causando a crise econômica e política que resultaria na chamada Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder central, com a ajuda de remanescentes do movimento tenentista e da Coluna Prestes como Juarez Távora, Cordeiro de Farias e João Alberto. Siqueira Campos, outro destacado líder da Coluna Prestes, também almejava participar da Revolução de 1930, mas foi vitimado num acidente de avião em maio de 1930.

A política que predominou na III Internacional, durante o período de agosto de 1928 (VI Congresso) a agosto de 1935 (VII Congresso), influenciou decisivamente o comportamento do movimento comunista brasileiro, levando-o a isolar-se do movimento político-militar que liderou a Revolução de 1930. O Partido Comunista considerou que aquele movimento era dirigido pela burguesia e não tinha conexão com os objetivos propugnados pelo movimento comunista. Em 1972, quando João Amazonas e Maurício Grabois buscaram reconstituir a história do Partido Comunista do Brasil, eles teceram os

seguintes comentários sobre a não participação dos comunistas nos acontecimentos que particularizaram a Revolução de 1930:

O Partido não compreend[eu] (...) o processo político em curso, não descortin[ou] naquelas lutas o movimento, ainda confuso, por transformações democrático-burguesas. Considera[ou] que o proletariado nada [tinha] a ver com os fatos em desenvolvimento no país. Adot[ou] posições sectárias e se alhei[ou] da situação real. Aplicando mecanicamente as teses da Internacional Comunista, defend[eu] a criação de um governo apoiado em sovietes de operários e camponeses. Desta forma o partido se afasta[ou] da realidade concreta. Não [pôde], assim, ligar-se às grandes massas, influir sobre elas e se tornar uma corrente política de projeção nacional. Não [soube] disputar, no decorrer da luta, a liderança daquele movimento com os agrupamentos burgueses e pequeno-burgueses.³³

Em que pese o fato das opiniões de João Amazonas e Maurício Grabois terem de ser relativizadas por virem a público num outro tempo e lugar – o Brasil de 1972 não era o mesmo de 1930 –, a política de alianças propugnada pelo Partido Comunista desde 1927 era limitada ao chamado Bloco Operário (transformado nominalmente em Bloco Operário-Camponês, em 1928³⁴) e, portanto, bastante sectária para as necessidades do momento político brasileiro. Ou seja, o PC não angariou a simpatia do campesinato e o proletariado era numericamente inexpressivo naquele momento histórico. Essa política dos comunistas brasileiros tinha inspiração nas resoluções esquerdistas do VI Congresso da III Internacional Comunista, que relutava em admitir as alianças políticas com a pequena-burguesia e os setores da burguesia nacional. Conseqüentemente, a proletarização partidária endossada pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista teve como resultado o afastamento de lideranças como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão do núcleo dirigente do PCB e o retardamento da adesão de Luís Carlos Prestes às hostes comunistas, por ter sido considerado como uma liderança da pequena-burguesia brasileira, pelos luminares do Partido Comunista e do SSA/IC. Acontece que, a partir do segundo semestre de 1929, à revelia da direção do PCB, Carlos Prestes começou a estabelecer relações

³³ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Cinquenta anos de luta. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p.149.

³⁴ SEGATTO, José Antônio. op. cit., p. 32.

diretas com a Internacional Comunista e a URSS, que resultaram, mais tarde, na declaração pública de “que sua leitura da realidade brasileira estava muito próxima daquela amadurecida pelo PCB no seu III Congresso, adequada às conclusões do VI Congresso Mundial da IC e ao ‘projeto de teses sobre o movimento revolucionário na América Latina’”³⁵.

Nessa época, Luís Carlos Prestes gozava de grande prestígio entre os setores médios da sociedade brasileira, em virtude de suas façanhas militares como o mais importante líder da Coluna Prestes-Miguel Costa, merecendo a lisonjeira alcunha de Cavaleiro da Esperança, dada por Siqueira Campos³⁶ e popularizada mais tarde por Jorge Amado em livro que o biografou³⁷. Essa popularidade de Prestes motivou Astrojildo Pereira, então secretário-geral do Partido Comunista, a procurá-lo em dezembro de 1927, na Bolívia, onde se encontrava refugiado, numa tentativa dos comunistas brasileiros de ampliar suas bases políticas e romper com sectarismo que caracterizava seus primeiros anos de existência³⁸. Em 1929, Leôncio Basbaum, em nome do PCB, voltou a procurar Prestes, em Buenos Aires³⁹. Nos momentos preparatórios da Revolução de 30, o Cavaleiro da Esperança chegou a se aproximar da Aliança Liberal (AL) dirigida politicamente por Getúlio Vargas, porém o avanço de suas conversações com a Internacional Comunista o levou a romper com a AL e a não aceitar o convite para dirigi-la militarmente⁴⁰.

Na opinião de João Amazonas e Mauricio Grabois⁴¹, o Partido Comunista do Brasil, nos anos 1920, se assemelhava a uma seita política, sem poder de interferência na vida política nacional. Essa postura política sectária e “pequeno-burguesa” impediu-lhe de se posicionar corretamente nos acontecimentos que contestavam o poder político central das velhas

³⁵ DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). Op. cit., v. 1, p. 102-103.

³⁶ JOFFILY, Bernardo, op. cit. p. 116.

³⁷ AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**: a vida de Luís Carlos Prestes. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

³⁸ PEREIRA, Astrojildo. A formação do PCB. In: _____. **Ensaio histórico e político**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 128.

³⁹ SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 38.

⁴⁰ VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982. p. 67.

⁴¹ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 150.

oligarquias e grandes fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais, cujo ápice resultou na Revolução de 1930.

Cabe ressaltar que a crise econômica mundial de 1929 levou à falência o liberalismo econômico e político vigente no mundo ocidental. O Estado passou a intervir decisivamente na economia, sob inspiração das doutrinas econômicas keynesianas, cujo maior exemplo foi a *New Deal* implementada nos EUA pelo presidente Franklin Delano Roosevelt. A URSS que, no governo de Stálin, realizava uma política autárquica e isolacionista baseada em sua economia estatal não sofreu graves conseqüências na crise que atormentou o sistema capitalista mundial. Se a resolução da crise capitalista passou a exigir a intervenção econômica de Estados fortes, conseqüentemente estes passaram a necessitar de governos considerados fortes. Neste sentido, pode-se dizer que aconteceu uma “russificação” político-econômica do mundo ocidental, com a adoção da crescente intervenção estatal na economia e a chegada ao poder de governos que fortaleciam o poder de intervenção do Estado, porém isso não afetou, no essencial, a manutenção das estruturas capitalistas e o poder dos monopólios econômicos.

No campo político, a década de 1930 se caracterizou pelo surgimento de governos nacionais fortes e pelo fortalecimento no nazifascismo⁴² na arena internacional. Apesar de o fascismo⁴³ ter surgido na Itália, por obra de “um renegado jornalista socialista, Benedito Mussolin”⁴⁴, Hobsbawm entende que

sem o triunfo de Hitler na Alemanha no início de 1933” ele “não teria se tornado um movimento geral (...) Mais do que isso, sem o triunfo de Hitler na Alemanha, a idéia do fascismo como um movimento universal, uma espécie de equivalente direitista do comunismo

⁴² Joffily historia o surgimento do nazifascismo no mundo: “Uma escalada ditatorial varre o mundo a partir da Marcha Sobre Roma (21/10/22) dos fascistas. Em 30/1/33, o partido nazista de Adolf Hitler (1889-45) domina o governo alemão por meios constitucionais. Na Polônia, o mal. Pilsudski impõe a ditadura (26) e a constituição autoritária (35), que suprime o Parlamento. Após 3 anos de guerra civil (500 mil mortos), o gen. Francisco Franco domina a Espanha (...). O império militarista japonês ocupa (31-36) a parte mais rica da China. O Pacto anti-Comintern (contra a Internacional Comunista) cria em 36 o Eixo Roma-Berlim-Tóquio (JOFFILY, Bernardo. Op. cit. p. 132)

⁴³ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 121: “o fascismo compartilhava nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita”.

⁴⁴ Ibidem, p. 119.

internacional tendo Berlim como sua Moscou, não teria se desenvolvido.⁴⁵

A insatisfação dos países que perderam a Primeira Guerra com as conseqüências humilhantes do Tratado de Versalhes e os problemas domésticos ocasionados pelo fracasso da República de Weimar levaram ao poder o Partido Nacional-Socialista na Alemanha. O Governo Roosevelt também pode ser considerado como um governo forte para os padrões liberais norte-americanos, embora não tenha alterado substancialmente o modelo da democracia liberal dos EUA. Na América do Sul, a experiência peronista na Argentina e o Governo Vargas, em nosso país, também se inscrevem nessas experiências de governos fortes⁴⁶ ou ditatoriais que predominaram no mundo ocidental entre a década de 1930 e os primeiros anos da década de 1940.

No Brasil, a Revolução de 1930⁴⁷ assumiu as características de uma tardia revolução burguesa, apesar de ter mantido praticamente intocável a estrutura agrária latifundiária do país. O Governo Vargas adotou “algumas medidas de caráter popular e de sentido burguês”⁴⁸ como a nacionalização do subsolo, o rechaçamento da política oligárquica regional, com a nomeação de interventores, a decretação de 8 horas diárias de trabalho, o reconhecimento dos sindicatos, o voto secreto e a convocação de uma Assembléia Constituinte. Entretanto, esse importante acontecimento político não contou com a participação dos comunistas brasileiros, que além da pouca inserção na sociedade eram ainda ideologicamente caudatários das posições esquerdistas da III Internacional⁴⁹, que na época condenava as alianças com setores da pequena burguesia e da burguesia nacional. Ou seja, enquanto a Revolução de

⁴⁵ Ibidem, p. 120.

⁴⁶ Empregamos o termo *governos fortes* na mesma acepção que lhe é dada por VIANA (cf. VIANA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 36-37).

⁴⁷ Sobre a Revolução de 1930 ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991; ANDRADE, Manoel Correia de. **A revolução de 30**: da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado et al. **A revolução de 1930**: textos e documentos. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1992, v. 1-2; TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1982; MARIZ, Marlene da Silva. **A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte**: 1930-1934. Dissertação (Mestrado). UFPE. Recife, 1982.

⁴⁸ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 150.

⁴⁹ Para conhecer a influência da Internacional Comunista (III Internacional) sobre o movimento comunista brasileiro ver DEL ROIO, Marcos. Op. cit., p. 59-121.

1930 se desencadeava no Brasil, o Partido Comunista se encontrava às voltas com sua política obreirista que se traduzia taticamente na formação do Bloco Operário ou Bloco Operário-Camponês, de limitada inserção política e social.

Entre o período de 1932 a 1934, começaram a ingressar no PC os “tenentes de esquerda”, que rapidamente ascenderam aos cargos de direção partidária. Luís Carlos Prestes, no final de 1934, já era membro de seu Comitê Central e de seu Birô Político e Antônio Maciel Bonfim (Miranda), pessoa de sua confiança, era o secretário-geral do PCB⁵⁰. As adesões de lideranças remanescentes do movimento tenentista e da Coluna Prestes reforçaram as fileiras comunistas e contribuíram para tirar o PCB do isolamento político em que se encontrava, fazendo-o participar mais ativamente da vida política nacional⁵¹.

Nessa mesma época o Governo de Getúlio teve de enfrentar a Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada pelas oligarquias cafeeiras paulistas, organizadas no Partido Republicano Paulista e no Partido Democrático, contra as medidas tomadas pela Interventoria da Revolução de 1930 no Estado de São Paulo. Logo em seguida, surge no Brasil a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujo Manifesto de Outubro é divulgado em 7 de outubro de 1932. De inspiração fascista, a AIB combate o socialismo e a liberal-democracia, sob o lema “Deus, pátria e família”. Ancorada no sucesso inicial do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, essa congênere de partido nazi-fascista ampliou consideravelmente sua influência na sociedade brasileira, com a adesão de segmentos militares, religiosos, intelectuais, pequena-burguesia, sobretudo oriundos das colônias italianas e alemãs do Sul do país⁵². Os camisas-verdes ou galinhas-verdes, como eram jocosamente conhecidos, tinham como líder o jornalista e escritor modernista Plínio Salgado e gozavam da complacência do Governo Vargas, que na sua fase ditatorial simpatizava com os modelos autoritários adotados pela Itália e a Alemanha. Getúlio Vargas habilmente utilizava o Integralismo como escudo no combate aos comunistas, naqueles difíceis anos para a democracia brasileira.

⁵⁰ CARONE, Edgar. **A república nova** (1930-1937). São Paulo: Difel, 1974. p. 240.

⁵¹ SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 42.

⁵² JOFFILY, Bernardo, Op. cit. p. 132.

Embora as forças de sustentação do Governo Vargas tenham vencido a Revolução de 1932, elas foram obrigadas pelas circunstâncias e pela pressão dos vencidos a promover a reconstitucionalização do país, convocando a Assembléia Nacional Constituinte em 1934. Antes mesmo da chamada Revolução Constitucionalista, o Governo Provisório já havia instituído um novo Código Eleitoral, a Justiça Eleitoral, o voto secreto e obrigatório e o sufrágio feminino, que podem ser consideradas medidas democráticas importantes para o lapso de tempo que antecedeu a decretação do Estado Novo. Entretanto, a Constituição advinda do processo constituinte de 1934 tem o mérito de ter constitucionalizado alguns direitos trabalhistas como a jornada de 8 horas semanais, o salário mínimo, o repouso semanal, as férias remuneradas, a indenização por dispensa imotivada; ter reconhecido os sindicatos e realizado a nacionalização de setores da economia do país. As preocupações de Getúlio Vargas com a legalização dos direitos dos trabalhadores o acompanharam desde a edição do Manifesto da Aliança Liberal⁵³, em 1929, e se consolidaram com o aparecimento da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1º de maio de 1943 e sua entrada em vigor em 10 de novembro desse mesmo ano, data de aniversário do Estado Novo. Com tais atitudes governamentais, Vargas fundou o Trabalhismo na política brasileira, que disputaria com os comunistas a influência sobre os trabalhadores.

Apesar desse aceno da Aliança Liberal para a contemplação de direitos trabalhistas do proletariado nacional, os comunistas brasileiros continuaram sua política obreirista, na forma defendida pela III Internacional até o surgimento da Aliança Nacional Libertadora, em 1935. As posições esquerdistas e isolacionistas configuradas na política de “classe contra classe” negavam a necessidade de alianças políticas para além da união operário-camponesa e defendia a revolução como método infalível da transformação social, desprezando outras formas de mediações sociais. Organizada pelos soviéticos depois da Revolução de Outubro, a IC buscava evitar em suas

⁵³ CHACON, Vamireh. Op. cit., p. 309: “A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação, para que se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia.” (Tópicos do manifesto da Aliança Liberal, de 20 de setembro de 1929, referentes ao programa político social)

fileiras o aparecimento do chamado “reformismo”, fenômeno político tido como responsável pelo esfacelamento da II Internacional, em virtude da adesão dos partidos social-democratas às teses nacionalistas das classes dirigentes dos países beligerantes, durante a Primeira Guerra Mundial.

1.3. A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA E A INSURREIÇÃO COMUNISTA DE 1935.

A política do movimento comunista internacional somente foi alterada após a ascensão do nazismo na Alemanha e a formação do Eixo Alemanha-Japão-Itália, responsável pela deflagração da Segunda Guerra Mundial. Em virtude da ameaça do fascismo à democracia liberal e à experiência socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Internacional Comunista, em seu VII Congresso, realizado entre 25 de julho a 21 de agosto de 1935, passou a orientar o movimento comunista internacional a adotar uma política de frente única contra o nazifascismo. Isso mais tarde resultaria na formação da aliança militar formada pelos EUA, Inglaterra e URSS para combater as forças nazi-fascistas do Eixo Berlim-Roma-Tóquio naquele conflito multinacional. Mas, a partir de 1934, a Internacional Comunista começou a romper “taticamente com a política anterior de ‘classe contra classe’” passando a adotar na prática “uma política de frente única contra o fascismo”⁵⁴, atitude somente oficializada no referido VII Congresso.

O Partido Comunista, depois do surgimento da antípoda Ação Integralista Brasileira, começou a abandonar sua “política de classe contra classe” e a dirigir sua luta contra o fascismo e o integralismo antes mesmo do impacto causado no movimento comunista mundial pelo Informe de G. Dimitrov ao VII Congresso da Internacional Comunista⁵⁵. A tática da frente única contra o nazifascismo resultou na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em

⁵⁴ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 70.

⁵⁵ Ver extratos desse informe em LÊNIN, V. I. et al. **Estratégia e tática**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1989, p. 103-122.

janeiro 1935, sob inspiração e participação direta dos comunistas⁵⁶, que emplacaram o nome de Prestes como presidente de honra da entidade aliancista, mesmo que isso viesse a comprometer o caráter plural da Frente Única. Mesmo assim a ANL aglutinou em suas fileiras, além dos comunistas, os setores democráticos e nacionalistas da sociedade brasileira descontentes com os rumos da Revolução de 1930, agrupando em seu interior tanto civis quanto militares. Isso lhe transformou na principal força de oposição de esquerda ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, com direito a protagonizar várias contendas com os integralistas de Plínio Salgado, que representavam o nazifascismo “tupiniquim”.

O programa da ANL traduzia a diversidade de interesses políticos, sociais e econômicos dos que a compunham, porém, era fundamentalmente antiimperialista e antifascista. Edgar Carone informa que o seu Manifesto-Programa, divulgado em fevereiro de 1935 encartava as seguintes reivindicações e propostas:

Cancelamento das dívidas imperialistas; liberdade em toda sua plenitude; direito do povo manifestar-se livremente; entrega dos latifúndios ao povo laborioso que o cultiva; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária; diminuição dos impostos às classes laboriosas; aumento de salários; assistência ao trabalhador e instrução⁵⁷.

João Amazonas e Mauricio Grabois compartilham da mesma opinião:

um programa de reivindicações nacionais e democráticas que vai ao encontro das aspirações de vastas massas. Prega a instauração de um governo popular nacional revolucionário para resolver problemas básicos do país. Desfralda a bandeira da revolução libertadora sob o lema PÃO TERRA E LIBERDADE! Rapidamente, conquista largo

⁵⁶ Cf. SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 45.

⁵⁷ CARONE, Edgar. Op. cit., p. 262-263.

apoio da população. Com a ANL surge um novo ascenso do movimento popular⁵⁸.

A sintonia do programa da Aliança Nacional Libertadora com as aspirações de parcela do povo brasileiro foi responsável pelo crescimento do movimento aliancista em todo o país. Suas propostas nacional-democráticas se coadunavam com a teoria leninista da revolução para os países dependentes, em especial a luta contra o imperialismo, tão cara aos partidos comunistas e à III Internacional. Em poucos meses a ANL chegou a possuir mais de 50 mil inscritos somente no Rio de Janeiro⁵⁹ e a contar com a participação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de membros do PL-RS, trotskistas, socialistas e democratas sem partido, setores cristãos e muitos tenentes, além dos comunistas⁶⁰. Isso amedrontou as forças conservadoras que não vacilaram em decretar sua ilegalidade em meados de 1935, com base na Lei de Segurança Nacional, em vigor desde março de 1935. O Governo Vargas utilizou como pretexto para proscrever a ANL a divulgação de um manifesto em que Prestes registrou o aniversário das revoltas tenentistas de 1922 e 1924 e propôs “a derrubada do governo e a instalação de governo democrático e popular”⁶¹. Por conseguinte, os comunistas e aliancistas passaram a sofrer forte perseguição política das forças vitoriosas na Revolução de 30, o que motivou o Partido Comunista a orientar “seu trabalho para a insurreição armada sob a bandeira da ANL”⁶².

Em 23 de novembro de 1935, com assistência da Internacional Comunista, a Insurreição é deflagrada em Natal⁶³ e depois em Recife e no Rio de Janeiro. “Pela primeira vez no país tentou-se instaurar, por meio da luta armada, um poder popular, único capaz de por fim à espoliação estrangeira e ao domínio do latifúndio, de assegurar terras aos camponeses, liberdade e

⁵⁸ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 151.

⁵⁹ VIANA, Marly de Almeida Gomes. **Op. cit.**, p. 163.

⁶⁰ JOFFILY, Bernardo. Op. cit. p. 130.

⁶¹ Cf. VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 71 e REZENDE, Antonio Paulo. Op. cit., p. 39.

⁶² AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 151.

⁶³ Para mais detalhes, ver COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária de Rio Grande do Norte, 1995.

bem-estar ao povo e o verdadeiro progresso da nação”⁶⁴. Mas, apesar do heroísmo de seus participantes, o movimento insurrecional se limitou a levantes de quartel e pouca participação civil⁶⁵, resumida a alguns militantes comunistas, o que facilitou sua derrota e controle da situação pelas forças governamentais. A derrota dos comunistas e aliancistas foi seguida da decretação de estado de sítio e de forte repressão política que culminou no desencadeamento do Golpe getulista que instituiu o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Moisés Vinhas sintetizou o fracasso da Insurreição de 1935 ao informar a prisão daquele que estaria destinado a liderá-la: “a ANL acaba derrotada em todo país. A repressão que se seguiu foi violenta, com milhares de prisões, entre as quais a de Luís Carlos Prestes, em 5 de março de 1936”⁶⁶. Após a derrota dos levantes insurrecionais de Natal⁶⁷, Recife e Rio de Janeiro e o advento do Estado Novo, o Partido Comunista passou por um período de grande desarticulação e esfacelamento de sua militância. Entre o final de 1939 e início de 1940, a polícia política estadonovista prendeu ou dispersou os membros de seu Comitê Central e de vários Comitês Estaduais.

A derrota da Insurreição de 1935 e o aprisionamento dos insurretos e da quase totalidade de seus dirigentes comunistas prejudicaram as ligações do Partido com parcelas da população brasileira. O longo período de prisão de Luís Carlos Prestes pode ter impedido o desenvolvimento momentâneo de sua liderança na sociedade e no interior do Partido Comunista, no entanto serviu para reforçar o mito de homem corajoso e lutador persistente em favor da transformação revolucionária do país. Com a prisão dos principais dirigentes, o PC passou a ser dirigido por uma espécie de segundo ou terceiro escalão partidário, com pouca habilidade política para atuar em momento tão melindroso. Em 1937, os comunistas se embaralharam quanto à escolha do nome a apoiar para as eleições presidenciais agendadas para o final daquele

⁶⁴ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152.

⁶⁵ Em virtude do caráter militar e da pouca participação civil, a Insurreição de 1935 é caracterizada como um *putsch* (revolta, golpe de estado) por uma parte da historiografia que estuda o tema. Vide KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003 e DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁶⁶ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 71.

⁶⁷ Ver COSTA, Homero. Op. cit.

ano. O Partido se dividiu entre as candidaturas de Armando Sales, governador de São Paulo, e José Américo de Almeida, ex-ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Vargas. Tal discórdia foi em vão, em virtude do cancelamento das eleições pelo golpe getulista do Estado Novo. Entretanto, as desavenças surgidas entre a direção nacional do Partido Comunista e o Comitê Regional de São Paulo sobre essa matéria prosseguiram e em 1938 desaguaram no “episódio [que] passou à história do PCB como uma cisão trotskista”⁶⁸. Nesse episódio se debateram de um lado Lauro Reginaldo da Rocha, conhecido como Bangu, e do outro Hermínio Sacchetta, cada qual com seus seguidores. A Internacional Comunista tomou o partido de Bangu, que nessa contenda representava o stalinismo predominante na direção nacional contra o trotskismo de Sacchetta e seus companheiros. Essas divergências em pleno Estado Novo terminaram contribuindo para prisão do conjunto da direção do PC em maio de 1940, quase o dizimando, nesse período⁶⁹.

O Estado Novo foi marcado pelo “caráter centralizado e monolítico do Estado brasileiro”, em que “as questões relacionadas com o fortalecimento do poder de Estado, aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social” assumiram o primeiro plano nos “mecanismos de integração e consolidação do poder nacional”⁷⁰. Seguindo a tendência predominante em boa parte do mundo ocidental, a experiência do Estado Novo se configurou como “um esquema de poder caracterizado por um Estado forte, centralizado e apartidário, suficientemente distante das forças sociais em confronto para resguardar sua autonomia e mesmo neutralidade de ação”⁷¹. Essa transfiguração do Estado brasileiro foi operada por mudanças substanciais no “quadro jurídico-institucional”, de que é exemplo a outorga da Constituição de 1937, que entre outras medidas ampliou os poderes do chefe do Executivo Federal, restringiu a autonomia dos Executivos estaduais, criou instrumentos de intervenção estatal na economia e garantiu a participação de

⁶⁸ KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003. p. 17.

⁶⁹ CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1976. p. 224.

⁷⁰ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder: relações de classes. In.: BORIS, Fausto (Dir.). **História da Civilização Brasileira**. 3. ed. São Paulo, 1986. t. 3 – Brasil republicano, p. 79.

⁷¹ *Ibidem*, p. 79.

grupos corporativos na esfera das decisões estatais, a exemplo do sindicalismo oficial controlado pelo Ministério do Trabalho.

Eli Diniz tem o entendimento de que

o Estado Novo não pode ser analisado como um momento à parte, dissociado do conjunto das mudanças ocorridas ao longo do período 1930-1945. Entre as várias fases em que se pode dividir a chamada Era de Vargas – o Governo Provisório de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 1934 a 1937 e o Autoritarismo Corporativista de 1937 a 1945 –, existe uma continuidade básica, na medida em que estes três momentos representam o desdobramento de um processo político que se inicia com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal. (...) As mudanças postas em prática teriam uma direção, que seria representada pelo descenso político do grupo agroexportador e a ascensão gradual e simultânea dos interesses urbano-industriais, que, a partir de então, alcançariam maior visibilidade, consolidando e ampliando o espaço econômico já ocupado e conquistando um espaço político próprio⁷².

Essa interpretação busca compreender a “Era Vargas” como um período da história brasileira que, embora tenha apresentado diferenciações, teve no seu comando um mesmo sujeito histórico, as forças políticas comandadas pela Aliança Liberal. Neste sentido, o Estado Novo representa a consolidação do ideário da Revolução de 1930, em que os setores urbano-industriais sobrepujam a oligarquia agro-exportadora e constroem a estrutura do Estado corporativista autoritário, com a participação dos militares, da burguesia industrial e do sindicalismo oficial, reconhecido pelo Ministério do Trabalho. É durante a “Era Vargas” que a industrialização do país se aprofunda, mas a produção agrícola somente é ultrapassada pela produção industrial no final da década de 1950⁷³. Esse incremento da economia, combinado com a ausência de democracia nessa fase da história do Brasil

⁷² Ibidem, p. 86.

⁷³ “A mudança estrutural na economia brasileira foi particularmente intensa nas décadas de 1940 e 1950. O Brasil deixou de ser um país agrícola: a partir do início do século a participação da agricultura no PIB, a preços de 1949, caiu de 44,6% do PIB para 38,1% em 1920, 29,4% em 1940, 16,9% em 1960 e 9,8% em 1980, permanecendo aproximadamente estável desde então. Paralelamente à contração da agricultura, cresceu a participação da indústria: 11,6% do PIB em 1900, 15,7% em 1920, 18,7% em 1940, 29,9 em 1960, 34,4% em 1980. (ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil no século XX: a economia. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2003. p 333)

levou Diniz⁷⁴ a considerar esse processo uma espécie de “modernização conservadora”, acolhendo a terminologia e o sistema analítico adotado por Barrington Moore⁷⁵.

A historiografia brasileira sobre o Estado Novo reconhece a importância da “Era de Vargas” para a estruturação do Estado nacional brasileiro, mas critica as práticas autoritárias e ditatoriais do Estado Novo representadas pela censura política, a extinção dos partidos políticos e a repressão e aniquilamento dos opositores do Regime. No tocante às restrições democráticas, os comunistas foram os mais atingidos pelos atos de exceção, em decorrência, sobretudo, da aproximação ensaiada entre a Ditadura Vargas e os regimes nazista e fascista de Hitler e Mussolini, cujo exemplo maior foi a deportação da companheira de Prestes, a alemã Olga Benário, para a Alemanha nazista. Depois da fracassada tentativa de insurreição, em 1935, o Partido Comunista teve sua história marcada pelos relatos memoriais de seus ilustres prisioneiros e pela luta ideológica contra o Estado Novo e o Integralismo⁷⁶ e pelos equívocos cometidos pelas facções em disputa. Somente após a deflagração da Segunda Guerra Mundial foi possível aos comunistas sua reaproximação com os segmentos populares, para o que concorreu a criação dos comitês antifascistas.

1.4. A CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA E A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PARTIDO COMUNISTA

Eric Hobsbawm⁷⁷ considera que em 1939/1940 a guerra era ainda “um conflito puramente europeu” que envolvia a Alemanha hitlerista e a Inglaterra, somente ganhando contornos mundiais com a invasão da URSS pela Alemanha, em junho de 1941, e a expansão do Japão para o Sudeste

⁷⁴ DINIZ, Eli. Op. cit., p. 89.

⁷⁵ MOORE JÚNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

⁷⁶ CARONE, Edgar. Op. cit., p. 221.

⁷⁷ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 46.

Asiático. A resistência dos EUA a esse expansionismo nipônico motivou o ataque japonês à Base Naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, seguido da declaração de guerra da Alemanha aos EUA, ambos ocorridos em dezembro de 1941. Estes fatos deram origem a Segunda Guerra Mundial e aos blocos militares que a história denominou de Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e Aliados (Inglaterra, EUA e URSS).

A entrada dos EUA e da URSS na guerra contra a Alemanha, a Itália e o Japão influenciou decisivamente a conjuntura política brasileira na década de 1940. A ditadura do Estado Novo passou a ser pressionada pela diplomacia americana para ingressar na guerra ao lado dos Aliados. Por outro lado o Governo Vargas também foi pressionado pelo movimento popular e pela oposição democrática que exigiram a participação do Brasil na guerra contra o nazifascismo. Nesse momento, os comunistas brasileiros passaram a jogar papel na luta pela redemocratização do país, pois a partir de 1941 começaram a se reorganizar e, por iniciativa de seus dirigentes estaduais, criaram a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)⁷⁸, que foi responsável pela articulação dos militantes de diversos Estados. Mais tarde, em agosto de 1943 a CNOP realizou clandestinamente na Serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, uma Conferência Nacional que ficaria conhecida como *Conferência da Mantiqueira*⁷⁹. Segundo Vinhas esse conclave comunista teve os seguintes assuntos como pauta e deliberações:

1. política internacional e nacional; 2. questões de organização visando reunificar o PCB nacionalmente; 3. eleição do Comitê Central. De fato ali se aprova uma linha baseada na política de União Nacional contra o fascismo, total apoio ao governo Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela normalização institucional e pela legalidade do PCB; decide, ainda, lançar campanha nacional pela abertura da segunda frente na guerra. A Conferência elege Luís Carlos Prestes como secretário-geral de um Comitê Central formado por seis operários, sete militares, cinco intelectuais, um funcionário e um sobre o qual não foi possível obter maiores informações.⁸⁰

⁷⁸ Ver CARONE, Edgar. Op. cit., p. 227-232.

⁷⁹ Cf. SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 53-54; AMAZONAS, João; GRABOIS. Op. cit., p. 154; e VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 75.

⁸⁰ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 75.

A Conferência da Mantiqueira desempenhou papel relevante na história do Partido Comunista, pois além de eleger seu Comitê Central⁸¹, estruturou o partido nacionalmente e elaborou uma tática política que, no entender de seus dirigentes, correspondia às necessidades da situação nacional e internacional. Essa tática consistiu em considerar o nazifascismo como um perigo para humanidade, justificando a propalada política de união nacional em torno de Vargas para combater a coalizão hitlerista na Segunda Guerra Mundial. Na concepção dos comunistas essa política de alianças abria “caminho para o avanço das forças democráticas e progressistas em todos os países”.

Nas palavras de João Amazonas e Maurício Grabois, a Conferência da Mantiqueira aprovou

uma tática que indica[va] com clareza a tarefa principal do Partido e do povo brasileiro: concentrar todas as forças na luta decidida para ajudar a derrotar o nazifascismo. Isto exig[ia] a união nacional contra o pior inimigo dos povos e a subordinação das demais tarefas à consecução daquele objetivo. A união deve[ria] ser realizada em torno de Vargas, ainda que seu governo tivesse perseguido duramente os comunistas⁸².

Essa orientação política dos comunistas brasileiros correspondia às decisões resolutivas do VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935, que recomendavam aos partidos comunistas de cada país a constituição de frentes nacionais antifascistas. Entretanto, o cumprimento dessa orientação da IC se revestia de complexidade, no Brasil. Os comunistas brasileiros para fazer valer essa consigna de “união nacional” contra o

⁸¹ Além de Luís Carlos Prestes, eleito pela primeira vez secretário-geral do Partido Comunista do Brasil, o Comitê Central passou a ter a seguinte composição: Diógenes de Arruda Câmara, ex-funcionário do Ministério do Trabalho, BA; Pedro Pomar, ex-universitário, PA; Maurício Grabois, ex-oficial da Aeronáutica, RJ; Amarílio Vasconcelos, jornalista, RJ; Francisco Gomes, operário da construção civil, RJ; Júlio César, ex-militar, RS; Sérgio Holmos, operário da construção civil, RS; Lindolfo Hill, operário da construção civil, MG; Dinarco Reis, ex-oficial da Aeronáutica, RJ; José Militão Soares, ex-militar, MG; Armênio Guedes, ex-universitário e jornalista, BA; José Medina Azevedo, marítimo, RJ; Milton Cayres de Brito, médico, BA; Ivã Ribeiro, ex-oficial da Aeronáutica, RJ; Leivas Otero, ex-oficial da Aeronáutica, RS; Mário Alves, advogado e jornalista, BA; Celso Cabral, trabalhador braçal, RJ; Draga; João Amazonas, funcionário do sindicato da construção civil, PA; e Álvaro Ventura, estivador, SC. Esse Comitê Central escolheu para o seu secretariado os seguintes membros: Luís Carlos Prestes, José Medina Azevedo, Diógenes de Arruda Câmara, Maurício Grabois e Pedro Pomar. (Cf. VINHAS, Moisés. op. cit., p. 75-76 e CARONE, Edgar. op. cit., p. 232)

⁸² AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 154.

nazifascismo tiveram que se aliar ao Governo Vargas, que os perseguia e matinha muitos de seus militantes e dirigentes nas masmorras da ditadura estadonovista, a exemplo do que acontecia com seu líder maior, Luís Carlos Prestes.

Nesse período, embora tenha prevalecido majoritariamente a proposta da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que defendia a união nacional em torno de Vargas contra o nazifascismo, duas outras opiniões se manifestaram no interior do Partido Comunista: uma delas, além de aceitar a opinião da CNOP, defendia também a extinção do Partido como demonstração de boa vontade dos comunistas com seus aliados democráticos, a exemplo do que teria feito Stálin quando extinguiu a Internacional Comunista em maio de 1943⁸³; a outra opinião concordava com a idéia de união nacional, mas defendia que os comunistas deviam criticar e combater internamente a ditadura de Getúlio Vargas⁸⁴.

Os dirigentes comunistas que mais tarde “reorganizariam” o PC do Brasil consideraram que o Partido durante esse período de aliança com Vargas passou a assumir posições nacional-reformistas em favor das idéias de “criação da grande siderurgia, como o caminho para alcançar a completa independência nacional”⁸⁵, bem como a admitir a existência de partidários da democracia no interior do governo ditatorial, que deveriam contar com o apoio dos comunistas. Essas posições, às vezes assumidas repentinamente sem a devida transição necessária, denunciavam a oscilação do Partido Comunista para a esquerda e para direita, em alguns momentos de sua história, o que resultariam na defecção daqueles que não acompanhavam as mudanças ocorridas em sua política.

A política de “união nacional” em torno de Vargas, formulada na Conferência da Mantiqueira, levou o PC a desenvolver importantes manifestações populares em defesa da participação do Brasil na Segunda

⁸³ Essa posição defendida pelos comunistas Fernando Lacerda, Carlos Marighella e Agildo Barata, entre outros foi denominada de “liquidacionismo” por AMAZONAS e GRABOIS, op. cit., p. 155, e de “browderismo” (em alusão ao secretário-geral do PC dos EUA, Earl Browder) por VINHAS, op. cit., p. 74.

⁸⁴ Essa opinião era defendida por membros do Comitê de São Paulo, notadamente Caio Prado Jr., Diógenes Arruda e João Andrade. Segundo CARONE, op. cit., p. 232-233, os dois últimos depois acompanharam a posição da CNOP.

⁸⁵ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 153.

Guerra Mundial ao lado dos EUA, Inglaterra e URSS, contribuindo assim para a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Os comunistas decidiram participar de entidades frentistas como a Liga de Defesa Nacional e a Sociedade dos Amigos da América que tiveram importância na luta antifascista, no Brasil. A primeira foi criada nos anos da Primeira Grande Guerra e reativada no início dos anos 40; a segunda foi fundada pelo General Manoel Rabelo, em 1943⁸⁶. Nessa mesma época, o movimento estudantil começou a assumir feição oposicionista, decorrente da aliança entre os estudantes comunistas e liberais. “Os estudantes, tendo à frente a UNE, fazem manifestações a favor dos Aliados, cujo ápice é a Marcha de 4 de julho de 1942”. A juventude estudantil exigiu o rompimento diplomático do Brasil com relação a Alemanha e a entrada do Brasil na guerra através do envio da FEB à Europa⁸⁷.

Em 1943, a insatisfação com o regime ditatorial varguista teve expressão entre os advogados brasileiros em Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado durante o mês de agosto; em outubro, políticos e personalidades mineiras divulgaram o famoso *Manifesto dos Mineiros*, em que à maneira mineira, ou seja, moderadamente, setores oligárquicos pediram o retorno do país à normalidade democrática⁸⁸. Também, nesse período, ressurgiu e revigorou-se a imprensa vinculada ao Partido Comunista, através da circulação de jornais diários nas principais capitais do país e revistas de circulação nacional, a exemplo dos jornais *Tribuna Popular* (RJ), *Hoje* (SP), *Folha do Povo* (PE) e das revistas *Diretrizes*, *Leitura* e *Seiva*, editadas diretamente pelo Partido ou através de aliados. Editoras como Editorial Vitória e Edições Horizonte são responsáveis pela publicação de diversos livros teóricos, cuja temática principal era o marxismo. Em janeiro de 1945, os escritores brasileiros, reunidos no I Congresso Brasileiro de Escritores, do qual participaram Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado, Aníbal Machado e Caio Prado Júnior, entre outros, exigiram o retorno da legalidade democrática e a realização de eleições através do “sufrágio universal, direto e

⁸⁶ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In.: BORIS, Fausto (Dir.). Op.cit., p. 229.

⁸⁷ CARONE, Edgar. Op. cit., p. 237 e 295.

⁸⁸ Cf. ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Op. cit, p. 230-231 e SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990. p. 63

secreto”⁸⁹. Nesse ambiente político o Partido Comunista ganhou prestígio e, conseqüentemente, cresceu 3.000% o seu número de filiados⁹⁰.

Quando o Brasil decidiu enviar sua Força Expedicionária ao *front* italiano, em agosto de 1943 os comunistas passaram a realizar amplo trabalho de apoio e solidariedade à FEB. Apesar do PC continuar na ilegalidade e muito de seus líderes partidários e da ANL ainda continuarem presos pela ditadura estadonovista, a partir de 1942 foi crescente a participação de sua militância nos movimentos social e sindical. No início de 1945, os comunistas organizaram uma vigorosa campanha pela anistia aos presos políticos, cujo êxito resultou na liberdade de centenas de prisioneiros políticos, a exemplo do que aconteceu com Luís Carlos Prestes.

A participação da URSS na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados foi o que levou o movimento comunista internacional a se mobilizar mais decididamente contra as potências nazi-fascistas, sob a palavra de ordem de “união nacional”. A luta contra o nazifascismo mobilizou nacionalmente o Partido Comunista, após a Conferência da Mantiqueira. A bandeira de luta contra o fascismo o aproximou das camadas populares e permitiu a projeção de suas lideranças no cenário nacional. Até 1935 apenas os nomes de Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Luís Carlos Prestes gozavam de certa notoriedade no país. Astrojildo em virtude de ter sido um dos fundadores do PC; Octávio por ser considerado o primeiro teórico marxista no Brasil e Prestes, em decorrência de sua legendária participação na Coluna que recebeu o seu nome. O tenentismo e a Insurreição de 1935 seriam responsáveis pela projeção de nomes como Agildo Barata, Gregório Bezerra e Giocondo Dias. Mas foi a luta antifascista, juntamente com o processo de reorganização da legenda comunista (após 1941) e a conquista da redemocratização do país depois de encerrada a Segunda Guerra que consolidaram politicamente as lideranças já projetadas e tornaram conhecidos nomes como Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighela e Pedro Pomar.

⁸⁹ ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Op. cit., 233.

⁹⁰ CARONE, Edgar. Op. cit., p. 241.

A vitória dos Aliados sobre o nazifascismo e as jornadas democráticas realizadas no Brasil sob a direção da frente única antifascista, das quais participaram os comunistas, resultaram na conquista da legalidade do Partido Comunista, tendo Prestes assumido sua chefia e reestruturado a direção com nomes de sua confiança. Além da anistia dos presos políticos, Getúlio Vargas foi forçado pelo movimento democrático e oposicionista a convocar eleições para a Presidência da República e demais cargos eletivos do Congresso Nacional e executivos e legislativos estaduais, tendo para isso editado a Lei Agamenon Magalhães.

Embora a historiografia produzida por historiadores pertencentes ou próximos ao PC procure realçar a conquista de sua legalidade e os demais atos que compuseram o processo de redemocratização do país como decorrentes das lutas de massas e campanhas democráticas realizadas no período, Lucila de Almeida Neves Delgado segue o entendimento dos historiadores Werneck Viana e Maria do Carmo Campelo de Souza de que a democratização pós-1945 fez parte da “transição pelo alto” conduzida pelos dirigentes do Estado Novo, pois foi “processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais ao regime que entrava em derrocada”⁹¹. Na sua opinião a

ditadura do Estado Novo começou a se esgotar tão logo os rumos da Segunda Guerra Mundial também começaram a mudar. A derrocada dos países do eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da social democracia, influenciaram de forma determinante a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil.⁹²

Ao perceber o esgotamento de sua forma de dominação política, o Governo Vargas buscou realizar a transição necessária a sua manutenção na cena política brasileira, tratando, portanto, de definir “regras, etapas e processos”. Para isso contou com o apoio de parte substancial da população brasileira que fora beneficiada com as conquistas materiais e simbólicas

⁹¹ DELGADO, Lucila de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 131.

⁹² Ibidem, idem, p. 133.

decorrentes da legislação social e trabalhista recentemente instituída. Essa camada social favorável a Getúlio Vargas constituiu o movimento *Queremista* que desejava a sua continuidade no poder e a manutenção da política nacionalista, social e trabalhista, instituída durante o Estado Novo⁹³.

A transição varguista do Estado Novo para a democratização do país aconteceu através da edição da Lei Constitucional nº 9 de 28 de fevereiro de 1945 e do Decreto-Lei nº 7.586 de 25 de maio de 1945, denominados de Lei Agamenon. Através dessa legislação foram convocadas eleições para o Parlamento Nacional e Assembléias Legislativas estaduais, bem como para a Presidência da República e para Governadores dos Estados. A Lei Agamenon restabeleceu o pluripartidarismo no país e “pela primeira vez na história republicana [adotou] como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional”. Para se registrarem e se habilitarem eleitoralmente, os partidos políticos deveriam possuir personalidade jurídica nos termos do código civil e a associação de pelo menos dez mil eleitores de cinco ou mais circunscrições eleitorais (estados da federação). Em suma, a nova legislação eleitoral brasileira estabelecia como pilares do sistema partidário do país, o pluralismo e a abrangência nacional⁹⁴.

Entretanto, a convocação de eleições para o Parlamento brasileiro pelas autoridades estadonovistas não atribuiu expressamente poderes constituintes aos deputados federais e senadores que seriam eleitos nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Essa lacuna jurídica somente foi corrigida após o afastamento de Getúlio Vargas do poder, quando o “governo provisório” de José Linhares, através das Leis Constitucionais nº. 13 de 12/11/1945 e nº. 15 de 26/11/1945, respectivamente, convocou a Assembléia Nacional Constituinte e definiu as atribuições dos parlamentares federais⁹⁵.

A redemocratização do país representada pela anistia dos presos políticos, a conquista da legalidade pelo Partido Comunista, a queda do Estado Novo e da Ditadura Vargas e a convocação da Assembléia Constituinte de 1946 foi acompanhada da renovação do quadro político-partidário brasileiro

⁹³ Ibidem, idem, p. 132.

⁹⁴ Ibidem, idem, p. 134.

⁹⁵ BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. *Princípios*, nº. 46. [1999?]

com o surgimento do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Popular (PSP), entre outros partidos menores ou de influência apenas regional⁹⁶. Entre os vários partidos que se registraram no Tribunal Superior Eleitoral e concorreram às eleições de 2 de dezembro de 1945, os que mais se destacaram foram a UDN, que representava a oposição liberal ao getulismo; o PTB, que representava o getulismo vinculado à influência do Ministério do Trabalho, ou seja, o sindicalismo oficial; o PSD, que também apoiava o getulismo, formado com base nos interventores e nas oligarquias estaduais; e o Partido Comunista do Brasil (PCB), que era o único partido com existência nacional (apesar de clandestina) anterior à nova configuração pluripartidária estabelecida pelo processo de redemocratização do país.

Apesar da campanha eleitoral de 1945 ter acontecido num breve espaço de tempo e o PC ter lançado um candidato a presidente da República pouco conhecido do eleitorado brasileiro, os comunistas, tendo Luís Carlos Prestes à frente, realizaram grandes manifestações políticas, como revelam os comícios realizados nos estádios São Januário (Rio de Janeiro), Pacaembu (São Paulo) e Parque 13 de Maio (Recife) e obtiveram relativo êxito eleitoral. Entretanto, pelo peso eleitoral que representou de um lado o PTB e o PSD e de outro a UDN, ficou demonstrado que o pluripartidarismo instituído pela Lei Agamenon não foi capaz de impedir a bipolarização entre getulistas e antigetulistas, nas eleições de dezembro de 1945. A coligação PSD/PTB elegeu o marechal Eurico Gaspar Dutra com 55,3% da votação contra 34,7% obtido pelo candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes. Ao continuar analisando a expressão eleitoral dos partidos, nas eleições de 1945, Lucila Delgado considerou expressivos os resultados obtidos pelo Partido Comunista, que enfrentara longa clandestinidade, pois seu candidato a presidente da República, Ildo Fiúza obteve 9,7% dos votos e sua votação parlamentar

⁹⁶ Sobre o quadro partidário da época ver GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989. p. 8-9.

alcançou 4,9%, bastante próxima dos 7,7% do PTB, que diferentemente contou com o apoio de forte estrutura governamental e sindical⁹⁷.

A participação dos comunistas na Assembléia Nacional Constituinte pode ser considerada atuante para circunstâncias políticas da década de 1940.. Sua bancada de um senador da República e catorze deputados federais assumiu posições políticas em defesa da nação, dos trabalhadores, da democracia e das liberdades políticas, porém poucas de suas propostas foram aprovadas, em decorrência do perfil conservador do Parlamento brasileiro, dominado majoritariamente pelas bancadas da UDN e do PSD. Por outro lado, o chefe do Poder Executivo, Eurico Gaspar Dutra, jogava politicamente sempre no sentido de conter os avanços democráticos. O êxito do Partido Comunista nas eleições proporcionais de 1947, quando obteve expressiva votação de aproximadamente 800 mil votos⁹⁸, e o início da Guerra Fria entre os EUA e URSS levaram o Governo conservador de Gaspar Dutra a cassar o seu registro em maio de 1947 e os mandatos comunistas em janeiro de 1948. Na ilegalidade, os comunistas brasileiros passaram a ser perseguidos pelos órgãos repressivos do Estado brasileiro e experimentaram “o amargo sentimento de que haviam superestimado a liberal democracia”.⁹⁹

1.5. O IV CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA E O PROGRAMA DE 1954

O retorno do PC à clandestinidade foi seguido da diminuição de sua força e influência políticas. Seus dirigentes e militantes políticos se desiludiram com a “democracia burguesa” e passam a adotar uma nova linha política inicialmente esboçada no *Manifesto de janeiro de 1948* e depois desenvolvida

⁹⁷ DELGADO, Lucila de Almeida Neves. Op. cit., p. 135-136.

⁹⁸ Segundo KOVAL, op. cit., p. 380, o PCB elegeu 62 parlamentares entre vereadores e deputados estaduais, entre os quais 18 vereadores entre os 50 da Câmara da cidade do Rio de Janeiro e 11 deputados estaduais no Estado de São Paulo.

⁹⁹ Cf. AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 157 e SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 66-69.

no *Manifesto de agosto de 1950*. Segundo Segatto¹⁰⁰, “o *Manifesto de janeiro de 1948* procurava, de início, fazer uma autocrítica da tática política empregada no período anterior¹⁰¹” que se orientava para uma aliança preferencial com a burguesia nacional e relegava a segundo plano a aliança do proletariado com o campesinato. Um sinal de que a influência da Revolução Chinesa (1949) tinha chegado ao Brasil e se somado à indignação dos comunistas em relação à injusta cassação do registro eleitoral do Partido, bem como de sua representação parlamentar.

Em 1950, a tática do Partido Comunista seria reelaborada de forma ainda mais radical através do *Manifesto de Agosto*, que imprimia um conteúdo fortemente antiimperialista à atuação política dos comunistas brasileiros, que passaram a defender a formação de uma ampla Frente Democrática de Libertação Nacional e a promover a campanha “O petróleo é nosso”, que mais tarde resultaria na criação da Petrobras e na nacionalização de nossas riquezas petrolíferas. Na opinião de Amazonas e Grabois,

em agosto de 1950, o Partido faz séria tentativa de romper com as posições reformistas e de adotar uma linha verdadeiramente revolucionária. O *Manifesto de Agosto*, que encarna essa tentativa, se orienta para a revolução e para a luta armada¹⁰².

Todavia, o *Manifesto de Agosto*, ao mesclar questões programáticas e posições táticas, levou o Partido Comunista a interpretações esquerdistas e sectárias em sua atividade prática, que resultaram na consideração da burguesia em bloco como sendo uma força inimiga, na abstenção em participar das eleições de 1950 e na oposição sistemática ao último Governo Vargas.

No final da década de 1940 e início da década de 1950, intensificou-se a influência do imperialismo norte-americano sobre o Brasil, principalmente, sobre as Forças Armadas. Tal influência pode ser notada através da criação da Escola Superior de Guerra, sob inspiração do Pentágono, e da realização do

¹⁰⁰ SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 71.

¹⁰¹ Tática de “união nacional” empregada durante o período da Segunda Guerra Mundial e que chegou a ser mantida após o fim do conflito bélico mundial sob a palavra-de-ordem de “União Nacional para guerra e para a paz” (AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 158)

¹⁰² AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op.cit., p. 158.

Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O Governo Vargas passou a oscilar entre a aceitação de tal influência e a tomada de medidas nacionalistas como a decretação do monopólio estatal do petróleo. As contradições entre as hostes getulistas e as forças antigetulistas tornaram-se bastante agudas. A UDN e as demais forças políticas do espectro político conservador brasileiro passaram a conspirar abertamente contra Getúlio, com apoio da hierarquia militar brasileira e do imperialismo norte-americano, levando-o ao suicídio em agosto de 1954. As imensas manifestações populares decorrentes da consternação com a morte de Vargas impediram que as forças antigetulistas concretizassem o golpe militar e se apoderassem da direção política do país. Os comunistas, que antes perfilavam na oposição de esquerda ao Governo Vargas, tiveram de rever suas posições, sob o impacto das grandiosas manifestações populares de repúdio às forças antigetulistas.

Em novembro de 1954, poucos meses após o suicídio de Vargas, os comunistas brasileiros realizaram seu IV Congresso Nacional e elaboraram seu primeiro programa, após uma existência de mais de trinta anos. Para Amazonas e Grabois,

a aprovação desse documento (...) revela certo domínio do marxismo-leninismo e da realidade nacional. Arma o Partido e as massas para levar a cabo a revolução. O programa faz uma análise justa da situação do Brasil, demonstra ser indispensável a revolução, define acertadamente o caráter dessa revolução e indica o imperialismo norte-americano como principal inimigo do povo brasileiro. Destaca a necessidade da criação de ampla frente única que inclua a burguesia nacional.¹⁰³

Ao se examinar a produção historiográfica de autores vinculados ao PC, como Moisés Vinhas, João Amazonas e Maurício Grabois, se constata que, a partir da edição do *Manifesto de Janeiro de 1948*, passando pelo *Manifesto de Agosto de 1950* e o *Programa de 1954*, as interpretações a respeito dos acertos e dos erros da política realizada pelo Partido Comunista começaram a se dividir. Amazonas e Grabois, como visto, simpatizam com a linha revolucionária dos manifestos (1948 e 1950) e do Programa de 1954 e

¹⁰³ Ibidem, p. 159.

lamentam que “o documento programático de 1954 [tenha sido] aprovado sem séria luta ideológica na qual fossem combatidas e extirpadas antigas tendências pequeno-burguesas”¹⁰⁴. Diferentemente, Vinhas prefere atacar ao mesmo tempo o IV Congresso do PC e o Programa de 1954 dele resultante, caracterizando-o de “essa mistura orgânica de leitura ‘catastrofista’, apocalíptica, da realidade, esquerdismo delirante, estreiteza política e megalomania partidária”. E conclui que

sob todos os títulos – linha política, concepção de partido, métodos de direção, modo de fazer política etc. – o IV Congresso do PCB é exemplar do beco sem saída a que direção levou o partido a linha do Manifesto de Agosto. De um grande partido de massas havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado.¹⁰⁵

Essa divergência de avaliação decorre do lugar político que essas personalidades ocupavam quando produziram os textos historiográficos ou memorialísticos comentados. João Amazonas e Maurício Grabois foram nomes destacados entre aqueles que “reorganizaram” o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Moisés Vinhas foi militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dois partidos que trilharam caminhos diferentes após a cisão ocorrida em 1961/1962: o primeiro optaria pela solução revolucionária dos problemas brasileiros; o segundo pugnaria pela participação institucional.

Nas eleições presidenciais de 1955, os comunistas, mesmo na ilegalidade, apoiaram a candidatura de Juscelino Kubitschek. Para Amazonas e Grabois¹⁰⁶, apesar desse apoio se justificar pela polarização dessa candidatura com os setores “conservadores” e “reacionários” vinculados à União Democrática Nacional (UDN), o PC não soube vincular a importância da vitória de JK aos seus objetivos programáticos, nem ressaltar a sua independência em relação ao governo eleito. Para esses dirigentes comunistas que mais tarde “reorganizariam” o Partido Comunista do Brasil sob a sigla PCdoB, as divergências partidárias internas que levavam a legenda comunista

¹⁰⁴ Ibidem, p. 159-160.

¹⁰⁵ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 134.

¹⁰⁶ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 160.

a oscilar entre posições à “direita” e à “esquerda” o impediram de formular “uma tática política consentânea com a estratégia definida no Programa”.

Conforme esse entender, duas concepções políticas se confrontavam no interior do Partido fundado em 1922: a “reformista” e a “revolucionária”. Na situação brasileira, durante o governo JK, a tendência “reformista” muito se impressionou com o nacional-desenvolvimentismo em curso no país, desvirtuando as orientações do Programa de 1954. Em 1956, era forte a pressão da ideologia nacional-desenvolvimentista sobre o Partido Comunista. Nessa conjuntura, os comunistas brasileiros tomam conhecimento das teses do XX Congresso do PCUS e dos ataques de Krushev a Stálin.

CAPÍTULO 2

A CISÃO PCB/PCdoB E A MEMÓRIA ESCRITA (1956-1962)

2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CISÕES OCORRIDAS NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL E BRASILEIRO

Antes de analisar a cisão PCB/PCdoB ocorrida em 1962 necessário se torna fazer algumas considerações sobre determinadas cisões acontecidas no movimento comunista mundial no período anterior à década de 1950. Inicialmente, cabe destacar que, do ponto de vista político imediato, as divisões políticas representam um trauma para as organizações políticas e sociais atingidas, porém, o distanciamento histórico acaba nos levando à compreensão de que tais acontecimentos são normais na vida política nacional e internacional. Afinal, cismas e cisões são recorrências comuns nos embates políticos da humanidade. Os escritos de Marx e Engels dão notícia desses desentendimentos, no interior da I Internacional Socialista. Mais tarde, a partir da última quadra do século XIX até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento operário europeu viu surgir e fortalecer-se grandes partidos social-democratas, a exemplo do Partido Social Democrata Alemão e do Partido Operário Social Democrata da Rússia, mas que depois viriam a se dividir, nos primeiros anos do século XX, em decorrência do fortalecimento do nacionalismo entre os partidários da social-democracia, que optaram por apoiar suas “burguesias nacionais” durante a Primeira Grande Guerra¹⁰⁷, abandonando o “internacionalismo proletário” pelo qual se orientavam. A falência dos partidos social-democratas e a vitória do bolchevismo na Revolução de Outubro de 1917 deram origem aos novos partidos comunistas, surgidos universalmente sob orientação da III Internacional, criada em 1919.

Diferentemente da social-democracia ocidental, a social-democracia

¹⁰⁷ A cisão da Social Democracia na Europa tem como uma de suas causas a adesão da maioria dos deputados social-democratas às teses nacionalistas em curso nos países beligerantes, cujo resultado prático foi o apoio à aprovação dos créditos de guerras solicitados pelos governos envolvidos pelo conflito mundial.

rusa, submetida à autocracia czarista, trilhou caminho diferenciado, optando pela prioridade às ações revolucionárias¹⁰⁸. Porém, esta opção foi antecedida pela cisão entre bolcheviques e mencheviques. Esta cisão constitui um importante fato na história do movimento revolucionário mundial e foi acompanhada de uma produção teórica que fundamentou o bolchevismo (leninismo) nos anos que se seguiram à Revolução de Outubro¹⁰⁹. O pensamento político de Lênin representou para a militância comunista uma atualização da teoria marxista no tocante à época do surgimento dos monopólios econômicos e do imperialismo. Enquanto Marx confrontou os interesses do proletariado com os da burguesia em seu conjunto, Lênin

¹⁰⁸ As diferenças no emprego da tática e da estratégia logo dividiriam o Partido Social Democrata Russo em duas tendências antagônicas – os mencheviques e bolcheviques. Lênin juntamente com Plekhanov, em 1900, fundaria o *Iskra*, um jornal nacional que, além de articular as denúncias e as reivindicações contra o czarismo, agia também como o arcabouço de um disciplinado partido de revolucionários profissionais em luta pela revolução democrática. Em 1902, ao trazer a público a obra *Que fazer?*, Lênin inovou a teoria marxista no tocante a configuração política, ideológica e organizativa do partido político marxista, respondendo às necessidades da social-democracia russa a respeito do tema. No prefácio desse livro, ele informou que abordaria três problemas: o caráter e o conteúdo principal da agitação política, as tarefas de organização e o plano de criação de uma organização de combate de toda a Rússia. Entretanto, a polêmica com outras correntes social-democratas russas o levou também a se debruçar sobre a “questão da liberdade de crítica” e da relação entre a social-democracia e o movimento espontâneo. Em *Dois táticas da social democracia na revolução democrática*, brochura escrita no curso da Revolução de 1905, Lênin atacou tanto as posições à direita, quanto à esquerda, no interior do Partido Operário Social Democrata da Rússia. Ou seja, ele criticou a posição dos mencheviques de entregar aos liberais a liderança do movimento revolucionário, mas também se opôs à proposta de revolução permanente de Trotsky.

¹⁰⁹ A cisão entre bolcheviques e mencheviques foi acompanhada de uma fértil produção teórica de Lênin que continuou abordando as questões revolucionárias relevantes para o seu tempo e para condições da Rússia. Em *O Estado e a Revolução*, escrito no curso da Revolução de Fevereiro de 1917 e um pouco antes da Revolução Socialista de Outubro de 1917, ele desenvolveu a teoria sobre a ditadura do proletariado, a que Marx se refere em sua Carta a Weydemeyer¹⁰⁹. Nessa obra, ele polemizou com Kautsky, com os socialistas-revolucionários e com os mencheviques que durante a participação no processo revolucionário de Fevereiro de 1917 se desviaram da teoria marxista e passaram a conceber o Estado como uma instituição acima das classes sociais, destinada a promover a conciliação de classes. No seu entendimento o Estado era considerado uma espécie de organização especial através da qual a classe dominante exercia sua dominação política sobre as demais classes sociais. Já em *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916), ele constata que o capitalismo havia ultrapassado sua fase concorrencial e passava a viver sua etapa monopolista e imperialista, em que predominava os interesses do capital financeiro e, conseqüentemente, a substituição da exportação de mercadorias pela exportação de capitais. A essa nova configuração do capitalismo correspondia a dominação e exploração das nações menos desenvolvidas pelos países imperialistas, o que na sua visão alterava a tática das correntes socialistas e transferia o eixo da revolução dos países mais desenvolvidos para aqueles espoliados pelas potências imperialistas. Conforme essa compreensão, a revolução socialista seria precedida de uma fase revolucionária nacional-democrática, em que seriam cumpridas as tarefas de cunho democrático e nacionalista e se permitiria a formação de alianças do proletariado com as burguesias nacionais de cada país, quando estivesse em jogo essa finalidade.

percebeu a existência de interesses distintos entre a burguesia dos países imperialistas e economicamente avançados e a burguesia dos países dependentes e subdesenvolvidos. Neste sentido, admitiu que tanto a burguesia dos países dependentes quanto o seu proletariado teriam interesse no desenvolvimento capitalista de suas nações e na realização das tarefas nacionais e democráticas reclamadas pela revolução nacional-democrática. Isso representou uma mudança substancial no conceito de internacionalismo da época do capitalismo concorrencial em que Marx e Engels viveram e produziram sua obra se comparada com a época do capitalismo monopolista do tempo de Lênin, com conseqüências concretas para o caráter nacional que as alianças entre o proletariado e as burguesias nacionais poderiam alcançar no âmbito dos países dependentes e coloniais.

No Brasil, a organização política dos trabalhadores também passou por importantes processos de cisões. A própria origem do Partido Comunista tem como marco a cisão do anarquismo, em que parte considerável desse movimento aderiu ao marxismo, a exemplo de Astrojildo Pereira, fundador da legenda comunista e seu principal dirigente durante a década de 1920. Uma cisão parecida com aquela da social-democracia na Europa, no que tange as divergências irreconciliáveis que por vezes surgem no interior do movimento político do proletariado, em momentos de virada histórica. No caso brasileiro, o abandono do “espontaneísmo” e do “apoliticismo” do anarquismo e a opção pelo marxismo contribuiu para uma maior organização do movimento dos trabalhadores, no tocante aos aspectos sindical e partidário. Mais adiante, no início dos anos 1930, o Partido Comunista seria beneficiado por outro importante cisma: a cisão do movimento tenentista e dos militares da Coluna Prestes, em que uma parte importante aderiria ao comunismo, como aconteceu com Luís Carlos Prestes e Agildo Barata, entre outros.

Mas, se antes o comunismo brasileiro se beneficiou das cisões que instigou ou incentivou, na década de 1930 era chegado o momento de enfrentar suas primeiras cisões. A cisão trotskista no PC brasileiro, por exemplo, foi a repercussão tardia no Brasil da disputa entre Joseph Stálin e Leon Trotsky pelo controle do poder no PCUS e no Estado Soviético, após a morte de Lênin em 1924, mas também representou a existência de

divergências com relação à política adotada pela direção partidária. Trotsky e Stálin se apresentavam como continuadores de Lênin, mas ambos, cada um a seu modo, inovaram a teoria marxista. O primeiro, recuperou e desenvolveu a teoria da *revolução permanente*, que havia esboçado inicialmente em 1906, quando analisou a Revolução Russa de 1905 e produziu a crítica da burocratização stalinista do URSS¹¹⁰. O segundo, adotou a teoria da revolução por etapas, que admitia uma fase democrático-nacional e a doutrina do socialismo num só país¹¹¹.

As idéias de Leon Trotsky chegaram ao Brasil em 1931, quando a Oposição de Esquerda já era uma realidade no mundo e a Gráfico Editora Unidas, em nosso país, resolveu divulgar obras de pensadores marxistas, entre as quais algumas de autoria de Trotsky. “Duas gerações de militantes trotskistas atuaram no Brasil, até o final dos anos de 1930”:

A ‘primeira geração’ da qual fizeram parte Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Plínio Mello, Rodolpho Coutinho, João Costa Pimenta, Victor de Azevedo, Hilcar Leite, Fulvio Abramo e outros, foi, pode-se dizer, o grupo de marxistas mais audacioso e capacitado no Brasil naquela época. Introdutores e defensores das idéias de Trotsky no Brasil, atuaram no movimento por ele suscitado de fins dos anos de 1920 até 1939-40. Em 1939 entra em cena a ‘segunda geração’ capitaneada por Hermínio Sacchetta e Rocha Barros, oriundos da última grande cisão ocorrida na Internacional Comunista¹¹².

A partir de maio de 1930, com o lançamento do jornal *A Luta de Classe*, o Partido Comunista passou a conviver com uma dissidência trotskista, denominada de Grupo Comunista Lênin (GCL). Porém, é sabido que os seus integrantes Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolpho Coutinho e João da Costa Pimenta, desde 1927 já entabulavam conversações com a militância trotskista européia, em especial a francesa, e acumulavam divergências com a direção da agremiação comunista brasileira. Entre essas discordâncias se destaca o desacordo com a aliança entre os comunistas e a Coluna Prestes, considerada uma manifestação revolucionária da pequena-burguesia. A cisão trotskista se

¹¹⁰ KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Op. cit., p. 223.

¹¹¹ Ibidem, p. 225.

¹¹² Ibidem, p. 230.

consumaria em 1938-1939 com o afastamento partidário daqueles que integrariam a “segunda geração” trotskista, formada, entre outros, por Hermínio Sacchetta, Rocha Barros, Heitor Ferreira Lima e Hílio de Lacerda Manna que faziam parte do Comitê Regional de São Paulo¹¹³. Essa cisão aconteceu num momento extremamente grave da vida do Partido Comunista que vivia a dura perseguição política da Ditadura Vargas, após o fracasso da Insurreição Comunista de 1935. Inúmeros militantes comunistas e da Aliança Libertadora Nacional estavam encarcerados nas masmorras do Estado Novo, inclusive, Luís Carlos Prestes. Pouco tempo depois, os próprios contendores dessa disputa intrapartidária seriam também presos pela polícia política do regime estadonovista¹¹⁴.

Entretanto, os efeitos negativos dessa cisão trotskista foram minimizados em virtude da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e o conseqüente processo de democratização do país, em que os presos políticos brasileiros foram anistiados e o PC conquistou sua legalidade. O fato de a URSS ter sido um dos países vitoriosos naquele conflito bélico fortaleceu mundialmente a imagem de Stálin e diminuiu o impacto das cisões trotskistas ocorridas mundo afora. No Brasil, o bom desempenho eleitoral dos comunistas nas eleições de dezembro de 1945 tornou desprezíveis os efeitos da cisão patrocinada por Hermínio Sacchetta e seus seguidores e levou o Partido Comunista a viver uma relativa década de paz interna em suas fileiras partidárias, cuja exceção foi a cisão patrocinada pelo ex-deputado federal e membro do Comitê Central, José Maria Crispim¹¹⁵. Entretanto, Jacob Gorender em seu livro *Combate nas trevas* admitiu a existência de insatisfações latentes em relação à linha política adotada pelo PC a partir de 1948¹¹⁶ e aos métodos stalinistas de direção adotados pelos dirigentes

¹¹³ Cf. *Ibidem*, p. 230-244 e KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: O PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec: Unesp, 2003.

¹¹⁴ Ver p. 23-24.

¹¹⁵ A cisão patrocinada por Crispim, que posteriormente aderiria ao trotskismo, foi acompanhada por alguns dirigentes intermediários de São Paulo e poucos militantes do Rio de Janeiro. (Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In.: BORIS, Fausto (Dir.). *Op. cit.*, p. 417.

¹¹⁶ Após 1948, o Partido Comunista passou a adotar uma linha política considerada mais à esquerda, expressada no Manifesto de Janeiro de 1948, Manifesto de Agosto de 1950 e o Programa de 1954.

nacionais do Partido¹¹⁷.

Em 1954, o IV Congresso do Partido Comunista aconteceu em clima de relativa paz interna de sua militância, cuja demonstração foi a aprovação por unanimidade ou aclamação das principais deliberações partidárias¹¹⁸. Entretanto, Moisés Vinhas, em seu livro *O Partidão* mencionou a existência de descontentamentos entre setores partidários que não foram levados satisfatoriamente em conta durante o processo congressual, a exemplo do líder camponês e ex-deputado constituinte, Gregório Bezerra¹¹⁹.

2.2. O XX CONGRESSO DO PCUS E A CISÃO DO PC NO BRASIL

Pouco tempo depois da realização do IV Congresso, o Partido Comunista seria sacudido por uma grande crise interna que se prolongaria de 1956 até a consolidação da cisão de 1962, em que apareceriam no cenário político brasileiro duas agremiações intituladas comunistas: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em virtude de sua filiação histórica à III Internacional Comunista, desde 1924, o Partido Comunista sofreu sempre influência da política soviética, pois era comum o PCUS ditar a política geral da III Internacional, em face de sua hegemonia no movimento comunista internacional. Em decorrência disso, quando o Partido Bolchevique em seu XX Congresso (1956) rompeu com o “stalinismo” e adotou mudanças substantivas em suas posições doutrinárias ao aprovar a revisão de suas teses “marxistas-leninistas”, esse fato repercutiu em todo movimento comunista internacional, contribuindo para dissensões internas nos partidos comunistas de grande parte do mundo. No Brasil, o Partido Comunista foi diretamente afetado pelas resoluções políticas do XX Congresso do PCUS, pois a maioria de sua direção resolveu adotar as teses

¹¹⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática. 1990. p. 20-31.

¹¹⁸ Ver Reportagem sobre o IV Congresso do PCB em VINHAS, Moisés. Op. cit., Anexos do Capítulo IV, p. 158-163.

¹¹⁸ Ibidem, idem, p. 167.

¹¹⁹ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 134-135.

consideradas “revisionistas” que atenuavam a “luta de classes” e a deslocava para posições mais conciliadoras, defensoras do caminho pacífico para a revolução democrática e antiimperialista.

As deliberações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) tiveram longa repercussão sobre o movimento comunista mundial, pois esse conclave do mais poderoso partido comunista do mundo contribuiu para desconstruir a imagem de Stálin como estadista e afetou o “stalinismo” imperante nos partidos comunistas que seguiam as orientações do Kominform¹²⁰. Os primeiros meses que se seguiram ao XX Congresso do PCUS foram de perplexidade para os comunistas que no mundo tinham assimilado o leninismo “esquemático” de Stálin como “o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária”¹²¹. Nas palavras de Moisés Vinhas,

o grande choque na consciência comunista, o grande abalo no modo de ser e de pensar dos partidos comunistas do mundo inteiro veio com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, com as denúncias do “sistema do culto à personalidade” e dos crimes do camarada Stálin¹²².

A desconstrução da imagem de Stálin e do “stalinismo” e o abalo moral sobre o movimento comunista foram fatos creditados à conta do XX Congresso do PCUS por parte da historiografia que aborda esse acontecimento. O impacto das resoluções dos comunistas soviéticos sobre o movimento comunista brasileiro contribuiu para o retardamento do retorno da delegação brasileira enviada à URSS, atrasando o início das discussões no interior do PC brasileiro; para a crença de que as resoluções divulgadas pelo *New York Times* e pelo jornal *O Estado de São Paulo* eram falsificações da CIA; e para a ocorrência de várias dissensões internas, entre as quais, aquela que levaria à cisão do Partido Comunista em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Autores como Segatto, Moraes, Konder e Santos se reportam ao impacto daquele conclave dos comunistas

¹²⁰ Órgão que substituiu a Internacional Comunista na coordenação do movimento comunista internacional, quando a URSS ingressou na Segunda Guerra Mundial, em coalizão com os EUA e a Inglaterra.

¹²¹ STÁLIN, J. **Fundamentos do Leninismo**. São Paulo: Global Editora, [s.d.]. p. 7.

¹²² VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 178.

soviéticos sobre a militância comunista brasileira ¹²³.

Naquela época, os comunistas brasileiros haviam passado por dilemas decorrentes da experiência populista do Governo Vargas, que apesar de contar com a oposição dos comunistas, havia tomado decisões importantes como a nacionalização da exploração mineral e petrolífera, que colidia com os interesses do imperialismo norte-americano. O populismo, na visão de Jacob Gorender, consistia numa política de Estado que associava o trabalhismo ao projeto de industrialização do país. Essa política era conduzida por uma liderança carismática que garantia a hegemonia da burguesia no processo de construção de uma Nação “burguesa” através de concessões trabalhistas aos trabalhadores, o que configurava a colaboração de classes em favor do objetivo nacional da industrialização ¹²⁴.

Em 1955, os comunistas, mesmo na ilegalidade, apoiaram a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República, que realizou um governo “desenvolvimentista”, mas tendo por base o aporte de capital estrangeiro no país, o que era inadmissível para os comunistas mais “ortodoxos”. Na década de 1950 preponderaram na política governamental brasileira as idéias do nacional-desenvolvimentismo, oriundas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e desenvolvidas no Brasil no seio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ¹²⁵. Essas idéias influenciaram boa parte da militância comunista brasileira e permearam a sua concepção de revolução democrático-burguesa ¹²⁶. Foi nessa conjuntura de

¹²³ Cf. SEGATO, José Antonio. **Op. cit.**, p. 87; MORAES, João Quartim de. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Op. cit.*, v. 1, cap. 3, p. 125; KONDER, Leandro. *Op. cit.*, p. 98 e SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Op. cit.** p. 225-6.

¹²⁴ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, 15-16.

¹²⁵ MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991. p. 23-24 e 32-34.

¹²⁶ Essa concepção da revolução democrático-burguesa partia do entendimento de que o Brasil possuía uma estrutura agrária pré-capitalista (resíduos feudais) e sua economia nacional era dominada pelo imperialismo. Segundo José Quartim de Moraes (2000, p. 156-157) essa concepção da revolução brasileira continuou a ser partilhada pelo PCB e pelo PCdoB, mesmo depois da cisão de 1961/1962, bem como pelos partidários da luta armada em 1967-1968, congregados em torno de Marighella (ALN) e de Mário Alves e Jacob Gorender (PCBR). Vale ainda salientar que a discussão teórica a respeito do caráter da revolução brasileira, no campo da esquerda vinculado ao Partido Comunista apresentou as seguintes posições interpretativas: Nelson Werneck Sodré fundamentou as posições políticas majoritárias no seio do PC brasileiro, ou seja, a compreensão de que a estrutura agrária brasileira tinha experimentado formas feudais; Caio Prado Júnior que, em seu livro *A Revolução Brasileira*, sustentava a idéia

influência das idéias populistas e nacional-desenvolvimentistas no país que o Partido Comunista recebeu a notícia das teses vitoriosas no XX Congresso do PCUS.

A historiografia¹²⁷ a respeito da participação da delegação brasileira no XX Congresso do PCUS afirma que Diógenes Arruda Câmara e os demais membros da comissão comunista brasileira demoraram meses em Moscou e, conseqüentemente, retardou o início das discussões partidárias sobre as conseqüências advindas das resoluções congressuais do PCUS. Tais relatos historiográficos possivelmente são respaldados no texto oficial do Projeto de Resolução sobre o XX Congresso do PCUS elaborado pelos comunistas brasileiros:

A demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é injustificável. A delegação de nosso Partido, que assistiu, como convidada, ao XX Congresso do PCUS, errou ao retardar demasiadamente sua volta ao Brasil. O Presidium do CC do PCB também cometeu erro de não convocar o Pleno do CC. Em junho último, na V Conferência Nacional do Partido, o CC não aproveitou o ensejo para levantar tais problemas. Esta demora deixou nosso Partido em atitude de expectativa, profundamente chocado com a revelação das conseqüências nefastas do culto à personalidade na União Soviética e nos países de democracia popular da Europa, e em dificuldades para enfrentar seus mais importantes problemas.¹²⁸

O fato de a delegação brasileira ter demorado a voltar da União Soviética depois do XX Congresso do PCUS, não indica apenas a perplexidade dos comunistas brasileiros. Apesar das fontes bibliográficas não abordarem a respeito da perplexidade de outras delegações estrangeiras no

de que o Brasil já nascera capitalista, na condição de colônia européia, numa época de expansão do capitalismo comercial e das grandes navegações; e Jacob Gorender que, em sua obra *Escravidão Colonial* defende a tese de que a estrutura econômica brasileira surgiu baseada no escravidão colonial.

¹²⁷ Cf. SEGATO, José Antonio. **Op. cit.**, p. 87; SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **Op. cit.** p. 233; GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 25; VINHAS, Moisés. *op. cit.*, p. 178. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In.: BORIS, Fausto (Dir.). *Op. cit.*, p. 422-3.

¹²⁸ O Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto a personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil. Outubro de 1956. In: VINHAS, Moisés. *op. cit.*, p. 163-172.

conclave comunista soviético não seria absurdo presumir que algumas delas também tenham permanecido em Moscou à procura de esclarecimentos. Afinal, o próprio Partido Comunista da União Soviética passou por momentos de conflitos e incertezas após o XX Congresso. Apesar da parcialidade de João Amazonas na interpretação desses acontecimentos, ele retrata um pouco dos problemas vividos pelo Estado Soviético e pelo PCUS, após o citado conclave:

Alarmados com a repercussão negativa em todo o mundo das decisões do XX Congresso, os membros do Birô Político do PCUS, velhos bolcheviques, à frente Molotov, decidiram por grande maioria, em meados de 1957, destituir Krushev dos cargos que ocupava no Partido e no Estado e retomar as posições marxistas. Krushev e sua camarilha não acataram a decisão e recorreram ao golpe de Estado. O Exército Vermelho, sob o comando do Marechal Zhukov, cercou o Kremlim onde se improvisava uma reunião do Comitê Central, arbitrariamente convocada. Membros desse Comitê chegavam à reunião transportados em aviões militares. Num clima de terror ideológico, os componentes do Birô Político foram depostos de suas funções e penalizados politicamente¹²⁹.

Vê-se, portanto, que o retardamento do retorno da representação comunista brasileira ao Brasil foi um sinal da perplexidade que vivia o movimento comunista mundial, naquela conjuntura de mudanças na política soviética. As vicissitudes daquele momento contribuíram para a cisão do comunismo internacional em três grandes campos políticos: a) o socialismo soviético auto-intitulado renovador, também denominado por seus adversários de “revisionismo” soviético, que abraçou as idéias preconizadas por Nikita Krushev; b) o socialismo ortodoxo, denominado por seus opositores de stalinismo, que foi fortalecido pela cisão sino-soviética no início da década de 1960; e c) o eurocomunismo¹³⁰, que se desvinculou concomitantemente tanto

¹²⁹ AMAZONAS, João. As transformações sociais na época da revolução e do socialismo: exame crítico da crise do socialismo. In: _____. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1999. p. 184.

¹³⁰ “Movimento de mudança estratégica e teórica iniciado na década de 1970 por vários partidos comunistas dos países capitalistas democráticos – os partidos de massa da Itália, da Espanha e da França, bem como numerosos partidos menores – em reação ao XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PCUS), de 1956, e aos acontecimentos que o cercaram (a revolta húngara e outras revoltas em sociedades socialistas, a cisão soviética, o crescimento da *détente* na política internacional) bem com em resposta às dramáticas transformações da estrutura do capitalismo adiantado que se seguiram ao prolongado surto de prosperidade do

do stalinismo, como do socialismo soviético na década de 1970 e contou com o patrocínio expresso do Partido Comunista Italiano (PCI). Tais campos políticos se constituíram em modelos para os denominados partidos comunistas existentes no mundo ou para partidos que sob outras denominações se afirmavam como seguidores dos ideais marxistas e leninistas. Vale salientar que as posições ortodoxas de defesa da revolução como instrumento indispensável à construção do socialismo contavam a seu favor com as experiências das revoluções Chinesa e Cubana, o que fez recrudescer no interior do movimento comunista as posições revolucionárias, a exemplo do que aconteceu com os partidários comunistas que “reorganizariam” o PCdoB.

2.3. FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CISÃO NO PARTIDO COMUNISTA

Apesar das resoluções do XX Congresso do PCUS terem sacudido o movimento comunista mundial e colocando em crise a unidade política das agremiações comunistas que se orientavam pelo modelo de socialismo soviético, a cisão do Partido Comunista brasileiro não pode ser creditada apenas àquele evento do principal partido comunista do mundo:

Nos anos 1954/58, o PCB sofrerá uma série de mutações teóricas, políticas e organizativas. Essas transformações serão fruto de vários fatores: a) dos acontecimentos políticos da conjuntura (suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, tentativas golpista de novembro de 1955, entre outros fatos); b) da relativa estabilidade democrática e da nova dinâmica do desenvolvimento capitalista do governo Juscelino Kubitschek; c) dos desdobramentos e do impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956); d) dos seus próprios problemas orgânicos ou internos acumulados durante vários anos e vindos à tona com

grande ênfase depois de 1956¹³¹.

Essa posição esboçada por Segatto representa um contraponto a algumas interpretações historiográficas que exageram a influência externa do XX Congresso do PCUS sobre o processo de cisão PC brasileiro, em detrimento dos fatores nacionais e partidários vivenciados pelos comunistas brasileiros. Para minimizar a influência internacional a respeito da desunião da agremiação comunista, Segatto arrolou acontecimentos como o suicídio de Getúlio Vargas e o “desenvolvimentismo” do Governo Juscelino Kubitschek como prováveis elementos que também contribuíram para as divergências internas no Partido Comunista, na segunda metade da década de 1950.

Não se pode negar que a crise que atingiu o Partido Comunista no Brasil conjugou fatores externos e nacionais. A Declaração de Março de 1958 em seu preâmbulo destacou que “os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do (...) Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário [de sua] orientação política”¹³². Entretanto, seu conteúdo se voltava para a solução de problemas nacionais, identificados como decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no país.

João Quartim de Moraes é outro autor que considera que os motivos nacionais foram mais importantes do que as razões internacionais para o desfecho da crise que dividiu o Partido Comunista:

No complexo de fatores que conduziram à cisão PCB-PCdoB, os internacionais (denúncia por Kruschew do caráter policial-terrorista assumido pela ditadura de Stalin, ruptura da China Popular com a União Soviética) são freqüentemente enfatizados em detrimento dos nacionais. A importância daqueles é evidente, mas seus efeitos internos foram mediatizados pela história do comunismo brasileiro. Não foi para hipotecar apoio a Moscou contra Pequim, mas com o objetivo (frustrado) de facilitar a volta à legalidade que a direção

¹³¹ SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit., v. 3, p. 227-228.

¹³² Cf. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (março de 1958). In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 3.

eleita no V Congresso (1960) substituiu a conotação internacionalista do nome histórico, Partido Comunista do Brasil, por um mais nacional, Partido Comunista Brasileiro. Tanto assim que a referência internacional do grupo reunido em torno de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar no momento em que tornou pública sua ruptura com a direção eleita e as decisões adotadas naquele congresso, inclusive a mudança de nome, era ainda a União Soviética.¹³³

Na argumentação de Moraes, as mudanças patrocinadas pela direção do PC brasileiro na linha política e no nome original do Partido Comunista, bem como o abandono das referências ao internacionalismo em seus documentos foram motivadas, sobretudo, pelo interesse do PC em reconquistar sua legalidade, após seu V Congresso (1960). Neste sentido, embora o autor considere relevante a influência do XX Congresso do PCUS naqueles acontecimentos, não dá o peso que outras interpretações historiográficas lhes dão na complexa teia de fatores que levaram à cisão PCB-PCdoB. Na sua compreensão, fatores externos como as disputas sino-soviéticas não podem ser contabilizados, pois o PCdoB continuou por algum tempo tendo ainda como referência socialista a experiência da URSS. Neste aspecto, alguns documentos elaborados pelo grupo vinculado ao PCdoB dão razão a João Quartim: Grabois, que era um dos expoentes do PCdoB naquela época, no artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) reafirmou a URSS e a China como “grandes vitórias do sistema socialista”.¹³⁴ O próprio *Manifesto-Programa*, oriundo da Conferência Nacional Extraordinária que “reorganizou” o PCdoB em 1962 afirmou que a “União Soviética marcha[va] para o comunismo”.¹³⁵ Na mesma linha de raciocínio, a resolução política intitulada de *Resposta a Khrushchev*, elaborada pelo PCdoB em julho de 1963, rechaçou as acusações do Comitê Central do PCUS de que o Partido

¹³³ MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanências. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). **História do marxismo no Brasil: visões do Brasil**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2000. v. 4, cap. 4, p.157.

¹³⁴ GRABOIS, Maurício. *Duas concepções, duas orientações políticas*. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 19.

¹³⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Manifesto-programa*. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 41

Comunista da China estaria fomentando a divisão do movimento comunista internacional, a exemplo do que acontecia no Brasil:

A acusação dos dirigentes soviéticos de que os camaradas do Partido Comunista da China fomentaram a divisão do movimento comunista brasileiro não passa de afirmativa totalmente divorciada da verdade, de uma simples calúnia. Os fatos demonstram sobejamente que a cisão teve como causas principais fatores de ordem interna. Foi provocada essencialmente pela penetração das idéias burguesas no Partido, que adquiriram força com o avanço do capitalismo no país e com a tática de engodo utilizada pela burguesia. Contribuiu também a intolerância dos dirigentes reformistas chefiados por Prestes que aplicaram métodos os mais condenáveis na condução da luta ideológica. Não se pode negar, igualmente, a existência de influências externas. A de maior repercussão foi a do XX Congresso [do PCUS] que, aprovando teses bastante discutíveis e lançando a confusão a respeito do culto à personalidade, estimulou os oportunistas de todos os matizes e aqueles que combatiam a existência de um partido independente da classe operária, autenticamente revolucionário. Simultaneamente, o imperialismo desencadeou intensa ofensiva ideológica que atingiu as fileiras do Partido.

Ao apontar os camaradas chineses como responsáveis pela divisão do movimento comunista no Brasil, os dirigentes do PCUS revelam seu desprezo pela capacidade e espírito de luta dos trabalhadores brasileiros. (...) Quando se iniciou a discussão no Comitê Central do PC do Brasil, os camaradas que posteriormente procuraram reorganizar o Partido não conheciam as divergências no movimento comunista mundial. Mais tarde, ao se inteirar da existência de questões controvertidas, ignoravam sua real profundidade. Somente com a publicação de uma série de artigos no *Diário do Povo* e na *Bandeira Vermelha*, de Pequim, ainda no curso deste ano, puderam os membros do PC do Brasil compreender a exata dimensão das discrepâncias existentes. Puderam, então, constatar que as discordâncias não diziam respeito unicamente aos partidos da China e da União Soviética. Trata-se de luta de significação histórica entre o marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo.¹³⁶

Como visto, os comunistas do PCdoB negaram a influência chinesa no processo da cisão comunista de 1958-1962, sob a alegação de que só conheceram a posição sino-comunista depois do racha do partido brasileiro, e afirmaram que os fatores internos, decorrentes da “penetração das idéias burguesas no Partido”, foram determinantes para as discordâncias no seio do

¹³⁶ RESOLUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL [PCdoB]. Resposta a Krushev. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 49-50.

comunismo em nosso país. Em *Resposta a Krushev*, o PCdoB admitiu que fatores externos contribuíram para a desunião dos comunistas no Brasil, mas culpavam por isso o XX Congresso do PCUS. No mesmo diapasão, João Amazonas e Maurício Grabois, em *Cinqüenta anos de luta*, considerou que a política “desenvolvimentista” do Governo JK repercutiu em suas fileiras e atingiu sua unidade partidária:

a política demagógica de Juscelino Kubitschek repercute dentro do Partido, ocasionando vacilações em muitos militantes. Apesar do Partido possuir um programa revolucionário, subsistem arraigadas concepções reformistas que se manifestam no modo de pôr em prática a orientação preconizada no Programa [de 1954]. Em 1956, forte é a pressão da ideologia burguesa sobre o Partido. O desenvolvimentismo vinha sendo difundido intensamente circulando nas fileiras partidárias e até mesmo na direção nacional. Em meio a tal situação, o Partido toma conhecimento das teses do XX Congresso do PCUS e dos ataques infames de Krushev a Stálin.¹³⁷

Embora Amazonas e Grabois tenham indicado que a política “desenvolvimentista” do Governo Juscelino contribuiu para o aparecimento de tendências “reformistas” no interior do Partido Comunista, eles aventaram que “a palavra-de-ordem *União Nacional para a Guerra e para a Paz*”¹³⁸, aparecida na Conferência da Mantiqueira (1943), negava a luta de classes e se constituía numa concessão “reformista” que vigoraria por todo período de legalidade do PC brasileiro. No entender desses autores, a orientação política do PC tinha “fundo oportunista” e se baseava “na idéia de que, com a derrota do nazismo, surgia uma nova época de desenvolvimento pacífico, que prescinde da revolução”¹³⁹.

Nessa mesma linha de compreensão, Ronald H. Chilcote afirmou que “em 1943, o PCB defendeu a formação de uma *união nacional* e dois anos mais tarde apoiou Vargas numa jogada oportunista – mas bem sucedida – para obter a legalização”.¹⁴⁰ Entretanto, esse autor retroage sua análise à experiência da Aliança Nacional Libertadora em 1935 para justificar sua tese

¹³⁷ AMAZONAS, João e GRABOIS, Maurício. op. cit., p. 160.

¹³⁸ Ibidem, idem, p. 158.

¹³⁹ Ibidem, idem, p. 157.

¹⁴⁰ CHILCOTE, Ronald H. **Op. cit.**, p. 301.

de que todas as vezes que o PC procurou ampliar sua base social e participar do jogo democrático ele caiu na colaboração de classes:

na medida em que o partido tentou melhorar sua imagem nacional e procurou um maior respaldo, acomodou-se e caiu na colaboração. Breves períodos de êxito – em 1935 e entre 1945 e 1947 – persuadiram o partido de que a continuidade de sua existência dependia de um caminho moderado, sempre que possível no centro da política brasileira.¹⁴¹

Diferentemente, Amazonas e Grabois não classificaram a iniciativa da ANL como uma experiência moderada e de colaboração de classes como fez Chilcote. Pelo contrário, os publicistas do comunismo brasileiro criticaram o “sectarismo” da ANL ao defender um “Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente”, restringindo a ampliação do movimento.¹⁴² No entender desses autores comunistas, as posições “reformistas” se fortaleceram e tornaram-se majoritárias no processo de cisão partidária que se consolidava a partir de 1958, com a publicação da Declaração de Março de 1958. Entretanto, o *Projeto de Resolução sobre o XX Congresso*, elaborado pelo CC do Partido Comunista brasileiro, em outubro de 1956, já reconhecia que “no Brasil, também estão-se operando importantes modificações econômicas e sociais [e que] são melhores as condições que permitem modificações na correlação de forças políticas favoravelmente à democracia, à independência e ao progresso”¹⁴³, preparando o terreno para teses “reformistas” que logo adviriam. Em outra parte desse mesmo documento, os comunistas são encorajados a examinarem criticamente o Programa de 1954:

é direito e dever de cada comunista examinar com espírito crítico e autocrítico o Programa do Partido. É admissível que muitas de suas teses e fórmulas não correspondem às necessidades políticas do

¹⁴¹ CHILCOTE, Ronald H. Op. cit., p. 309.

¹⁴² Cf. AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152, e AMAZONAS, João. **Os desafios do século XXI**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1999. p. 77.

¹⁴³ Ver Projeto de Resolução sobre o XX Congresso (1956) em VINHAS, Moisés. **Op. cit.**, Anexos do Capítulo IV, p. 165.

povo brasileiro, nem a solução de seus problemas.¹⁴⁴

Cabe ressaltar que, até agosto de 1957¹⁴⁵, o Partido Comunista no Brasil era conduzido pela direção eleita no IV Congresso (1954), cujos principais expoentes eram Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Carlos Marighela, nomes que em sua maioria consolidaram sua influência partidária a partir da Conferência da Mantiqueira (1943). Entretanto, depois da virada causada no movimento comunista pelas teses do XX Congresso do PCUS e pela divulgação do Relatório secreto de Krushev sobre os “desmandos” de Stálin, estes dirigentes comunistas brasileiros passaram a ser criticados por parte considerável da militância partidária pelos seus métodos de direção, tidos como “stalinistas” e “autoritários”. Luís Carlos Prestes, apesar de ser o Secretário-Geral do Partido Comunista naquele período, vivia em situação de clandestinidade quase absoluta, sem participar das reuniões de seu Comitê Central, por razões de segurança, mas, endossava as decisões partidárias. O PC brasileiro, que desde sua origem mantinha estreita relação com o PCUS e a União Soviética, se caracterizava por adotar as teses políticas “stalinistas” sobre a natureza da revolução brasileira, a luta de classe e os critérios de organização partidária. Neste sentido, a agremiação dos comunistas brasileiros participou sempre das entidades internacionais comandadas pelos soviéticos, como a III Internacional (Comintern) e o Cominform, seguindo com fidelidade suas deliberações. O prestígio da direção partidária oriunda da Conferência da Mantiqueira decorria de seus êxitos na reorganização dos comunistas, no processo de redemocratização posterior ao Estado Novo e no desempenho eleitoral do Partido nas eleições de 1945 e 1947.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 167.

¹⁴⁵ Segundo relato de VINHAS (1982: p. 180-181), em decorrência das divergências partidárias surgidas depois do XX Congresso do PCUS, foram excluídos da Executiva do Partido Comunista Diógenes Arruda, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois, sendo substituídos por Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Carlos Marighella.

2.4. A CISÃO DO PARTIDO COMUNISTA: PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

O longo silêncio que se abateu sobre a direção do PC brasileiro, logo após o conhecimento das deliberações do XX Congresso do PCUS, foi rompido depois de uma onda de insatisfação que atingiu as fileiras comunistas e forçou os órgãos dirigentes a abrir o debate sobre os problemas que afligiam o Partido, naquele grave momento. Desse debate resultaram nitidamente três tomadas de posições: a primeira foi encabeçada pelos intelectuais comunistas e por setores ligados ao ex-tenente Agildo Barata, cujas críticas e cobranças de “renovação” inauguraram os debates na imprensa partidárias sobre as teses do XX Congresso do PCUS. Os adeptos dessa posição terminaram pedindo afastamento do Partido Comunista. A saída dos intelectuais, em sua maioria jornalistas, debilitou os órgãos de comunicação partidária. Agildo Barata com suas chamadas críticas “renovadoras” preconizou o que a historiografia chamou de Cisão Agildo Barata, ocorrida em 1957¹⁴⁶; a segunda posição foi esboçada por aqueles que se demonstraram simpáticos às posições kruschevistas adotadas pelo XX Congresso do PCUS, entre os quais Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella, que em pouco tempo atraíram Luís Carlos Prestes para suas posições¹⁴⁷. Essa corrente tomou medidas concretas, no sentido de fazer o Partido Comunista adotar sem restrições as novas teses patrocinadas pelo PCUS, ou seja, afastou da direção partidária os dirigentes mais identificados com as posições classificadas de “stalinistas” e aprovou a *Declaração de Março de 1958*. Na concepção de Marco Aurélio Nogueira, esta resolução representou “os primeiros ajustes de conta do PCB com o stalinismo, com seus dogmas, seu taticismo, suas concepções instrumentalistas, seu sistema mandonista, seu mecânico centralismo, seus dirigentes arrogantes e auto-suficientes”¹⁴⁸; a terceira posição foi representada por aqueles dirigentes que passaram a ganhar relevo partidário a partir da

¹⁴⁶ Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In.: BORIS, Fausto (Dir.). Op. cit., p. 422-425; O Estado de São Paulo. A cisão Agildo Barata. In: CARONE, Edgar. **A Quarta República** (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980, p. 494-497.

¹⁴⁷ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 180-181.

¹⁴⁸ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Apresentação. In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. IX.

Conferência da Mantiqueira (1943) e que foram afastados da direção do PC durante os debates sobre a “desestalinização” do movimento comunista, motivados pelas resoluções do XX Congresso do PCUS. Identificados no debate interno como “stalinistas” por terem se recusado “a fazer qualquer autocrítica substancial”¹⁴⁹, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, entre outros, passaram a se opor à linha política aprovada na *Declaração de Março de 1958*.

Dessas três posições surgidas no interior do Partido Comunista, apenas duas se consolidaram e rivalizaram internamente até fevereiro de 1962¹⁵⁰: os partidários da “nova política” que seriam majoritários no V Congresso, realizado em 1960, comandados por Giocondo Dias e Prestes e os correligionários de João Amazonas e Maurício Grabois que, apesar de terem escrito a maioria dos artigos nas discussões travadas na tribuna de debates, foram minoritários na plenária do referido conclave comunista. Entretanto, essa disputa intrapartidária constituiu dois campos de luta que evoluíram para a cisão que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que durante décadas rivalizariam politicamente e disputariam a memória do Partido Comunista originado em 1922.

Consideramos que as cisões ocorridas no movimento comunista, em cada país e no mundo, constituem a definição ou redefinição de campos (políticos) que na acepção de Bourdieu corresponde a “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços”¹⁵¹. Porém, não é do nosso interesse estudar a miragem que estes campos redefinidos têm do futuro. Interessa-nos sua visão retrospectiva, aquela para a qual contribuiu a memória produzida ou apropriada pelos agentes políticos e sociais em disputa. Neste sentido, tomaremos a memória como fonte de poder simbólico e ponto de encontro das realidades espaciais e temporais. Poder simbólico, tomado aqui como aquele “poder invisível [que] só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que

¹⁴⁹ SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 90.

¹⁵⁰ Os seguidores de Agildo Barata foram expulsos do Partido Comunista antes mesmo da realização de seu V Congresso e em pouco tempo se dispersaram.

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89.

lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”¹⁵², mas também como um “poder subordinado [que] é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”¹⁵³.

Durante o processo de cisão do Partido Comunista de 1922 em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) aconteceram fatos e se produziram documentos que se somaram ao repertório de memórias produzido anteriormente a 1956. Entre estes fatos e documentos produzidos, se destacaram a elaboração e divulgação da *Declaração de Março de 1958*, o V Congresso (1960), o artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de Maurício Grabois, o requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100* (1961) e a Conferência Nacional Extraordinária de 1962 e seu *Manifesto-Programa*. Os dois primeiros acontecimentos/documentos seriam incorporados à memória e identidade do PCB, enquanto que os demais se somariam à memória e identidade do PCdoB. Já o XX Congresso do PCUS constitui um fato transposto da memória do movimento comunista internacional para a memória do Partido Comunista Brasileiro, que o valorizaria como um evento catalizador de sua nova política. Diferentemente, o PCdoB viria aquele acontecimento soviético de forma depreciativa, o considerando como um dos fatores que contribuíram para a divisão do movimento comunista mundial.

Não há dúvida de que as resoluções do XX Congresso do PCUS repercutiram no interior do PC brasileiro e levaram a maioria de seu Comitê Central a alinhar-se com a nova política soviética ao elaborar sua *Declaração de Março*, cujo conteúdo enfatizava a luta nacionalista, em detrimento da batalha pela democracia e pelo socialismo. Esta resolução política dos comunistas brasileiros destacou o papel progressista do desenvolvimento capitalista do país e defendeu a preponderância da aliança do proletariado com a burguesia brasileira, em detrimento das relações políticas e históricas com o campesinato e a pequena burguesia urbana. Na verdade, a *Declaração*

¹⁵² Idem. **O poder simbólico**. p. 7-8

¹⁵³ Ibidem, p. 15.

de Março de 1958¹⁵⁴ sobrepujou o Programa de 1954, num momento em que o mundo ainda vivia o período da chamada Guerra Fria, que colocava em disputa pelo controle geopolítico mundial a União Soviética e os Estados Unidos da América, principais vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Esse período também se caracterizou pelo desmoronamento do colonialismo na África e na Ásia, em que as colônias inglesas, francesas, portuguesas e espanholas conquistaram sua independência formal em relação a suas metrópoles. A *Declaração de Março* também incluiu, sub-repticiamente no seu texto, a troca de nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro¹⁵⁵, e omitiu sua identidade internacionalista, na esperança de que essa medida facilitasse o registro legal perante a Justiça Eleitoral brasileira. Buscava-se fugir da acusação de que o PC não era um partido genuinamente brasileiro, mas uma agremiação política diretamente submissa aos ditames da URSS e do Cominform, tese explorada por aqueles que levaram a agremiação comunista brasileira à ilegalidade, em 1947. As forças políticas contrárias ao Partido Comunista alegavam que o fato dele se denominar “do Brasil” era uma prova de sua filiação ao movimento comunista internacional e, conseqüentemente, aos ditames da União Soviética, pois se fosse um partido nacional se denominaria Partido Comunista “Brasileiro”¹⁵⁶. A propaganda dos adversários do Partido Comunista foi tão forte que convenceu a maioria dos dirigentes comunistas a promover as mudanças de concepção política e ideológica contidas na *Declaração de Março de 1958* e a trocar o nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, no afã de conquistar seu registro legal.

Tais fatos produziram mudanças consideráveis na identidade política e ideológica do PC brasileiro, causando-lhe sérias divergências internas. Em conseqüência disso, um grupo de militantes e dirigentes dessa legenda comunista se insurgiu contra a reorientação programática e político-

¹⁵⁴ Cf. também RESOLUÇÃO de 1958 do PCB. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. Apêndice, p. 515-532

¹⁵⁵ Cf. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (março de 1958). In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 26.

¹⁵⁶ Cf. Ibid, p. 66-68 e EM DEFESA do Partido (Carta dos 100). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 24.

ideológica do Partido e sua mudança de nome. Essa insurgência tomou a forma do requerimento *Em defesa do Partido* (também conhecido como a *Carta dos 100*)¹⁵⁷ enviado ao Comitê Central do Partido Comunista, em agosto de 1961, e publicada no Jornal *A Classe Operária*, em abril de 1962. Antes, porém, a *Declaração de Março de 1958*¹⁵⁸ já tinha merecido a crítica do jornalista, constituinte de 1946 e dirigente comunista Mauricio Grabois, que entre abril e julho de 1960, escreveu o artigo *Duas concepções, duas orientações políticas*¹⁵⁹.

Essas dissensões ocorridas no âmago do Partido Comunista tiveram séria repercussão sobre sua memória e sobre o reconhecimento de sua identidade política. Se para Maurice Halbwachs toda memória é fundamentalmente coletiva, constituindo a memória individual apenas um ponto de vista da memória coletiva¹⁶⁰, se pode considerar, analogicamente, que a memória do grupo que se cinde é vista como pontos de vista distintos pelas unidades fracionárias, assemelhando-se, em sua parcialidade, à memória individual. Neste sentido, as memórias produzidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) são pontos de vista diferenciados para o mesmo passado comum – aquele em que seus integrantes compunham um único partido: o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Isso leva cada partido a buscar, em seu passado comum, traços distintos capazes de constituírem ou reconstituírem sua nova identidade política.

Vale ainda levar em conta que, os documentos produzidos durante o processo de cisão do Partido Comunista devem ser considerados *monumentos* para as tendências políticas que disputaram a memória comunista brasileira, pois representam o anseio delas em perpetuar-se como a corrente política capaz de dar continuidade ao projeto comunista para o Brasil. A respeito do

¹⁵⁷ EM DEFESA do Partido (Carta dos 100). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 23-30.

¹⁵⁸ RESOLUÇÃO de 1958 do PCB. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. Apêndice, p. 515-532.

¹⁵⁹ GRABOIS, Mauricio. *Duas concepções, duas orientações políticas*. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 13-22.

¹⁶⁰ HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 55.

que ora discutimos, vale chamar à baila o pensamento de Jacques Le Goff de que “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas”¹⁶¹ e, no seu entender, a contribuição de Paul Zumthor foi ter descoberto que “o que transforma o documento em monumento” é “a sua utilização pelo poder.”¹⁶²

Tomando por base esse entendimento de Le Goff, compreendemos que o Partido Comunista pode ser considerado como um espaço de disputa pelo poder, o que se tornará mais evidente no momento em que esta narrativa discutir as escaramuças que os partidários do PCB e PCdoB protagonizaram pela apropriação da memória comunista brasileira. Neste sentido, a memória escrita produzida durante o processo de cisão se constitui em verdadeiro *monumento* para as forças políticas que patrocinaram a sua feitura nos fóruns partidários competentes. Cabe-nos, portanto, enquanto historiador reconhecer o caráter *monumental* de tais documentos e buscar compreender suas “verdades” e “mentiras”, mediante a análise das “condições de produção [desses] documentos-monumentos”.¹⁶³

Durante grande parte da história republicana brasileira, o Partido Comunista foi considerado, pelo poder constituído do país, uma organização marginal, alheia aos interesses nacionais historicamente em curso. Suas idéias e opiniões, verbais ou escritas, não possuíam valor para quem analisava a história política do país sob a ótica da historiografia oficial. Somente com o avanço das tendências historiográficas renovadoras, sobretudo, quando passou a ganhar relevo a historiografia de inspiração marxista ou baseada na Escola dos Annalles, é que os memoriais produzidos pelo PC passaram a ter relevância para os estudos históricos.

Boa parte dos documentos analisados nessa pesquisa veio a público num período em que os comunistas encontravam-se na ilegalidade e sua atuação política era apenas tolerada pelo Governo Juscelino Kubitschek, de modo que a memória partidária da época representa certo ato de coragem em romper o silêncio, sobretudo em condições que exporiam a dramaticidade

¹⁶¹ LE GOFF, Jacques. **Op. cit.**, p. 526.

¹⁶² *Ibidem*, p. 535

¹⁶³ *Ibidem*, p. 538.

de suas lutas e divergências. Em *Memória, esquecimento, silêncio*, Michael Pollak¹⁶⁴ trabalha no essencial a função do silêncio na produção da memória, sustentando o entendimento de que o silêncio não pode ser tomado como esquecimento. De acordo com essa concepção, Pollak estabeleceu a categoria de memória subterrânea, como sendo aquela construída coletivamente em momentos de extremas dificuldades vividas por indivíduos ou grupos perseguidos por regimes totalitários, a exemplo das experiências “nazista” e “stalinista”, na primeira metade do século XX.

Na memória coletiva produzida pela agremiação comunista brasileira, durante o período de sua ilegalidade, nem sempre tudo foi silenciado. Ao lado dos atos e atitudes censurados pela polícia política, que constituíram aquilo que Michael Pollak denominou de *memória subterrânea*, surgiram manifestos e informes políticos que a direção do Partido, mesmo correndo risco, fazia questão de dar publicidade, no intuito de romper com o isolamento político imposto pelas forças políticas dominantes, nas três esferas do poder “republicano” do país. Os documentos partidários fazem parte deste repertório das memórias coletivas do movimento comunista brasileiro e constituem fontes da *memória publicizada*, na acepção dada a este conceito por Maria da Conceição Fraga.¹⁶⁵

Acolhemos as diferenciações produzidas por Pierre Nora¹⁶⁶, a respeito da Memória e da História para reconhecer o caráter memorialista dos documentos partidários elaborados pelo Partido Comunista, desde sua fundação em 1922. Enquanto não submetidos à crítica histórica, tais documentos reconstituem a memória do Partido, o que lhe permite olhar para seu passado na busca de sua identidade política. Roberto Damata, em seu

¹⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁶⁵ FRAGA, Maria da Conceição. **Memória articulada e memória publicizada**: a experiência de parlamentares brasileiros. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

¹⁶⁶ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

livro *O que faz o Brasil, Brasil* afirma que a “construção de uma identidade (seja ela pessoal ou social) é feita de afirmativas e negativas diante de certas questões.”¹⁶⁷ Um partido político também tem sua identidade política e social delineada pelo que afirma ou nega em seus programas e em suas resoluções políticas¹⁶⁸. O Partido Comunista, desde sua fundação em 25 de março de 1922, orientou-se pelo marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário, conforme o art. 2º de seu Estatuto, aprovado no seu congresso de fundação:

O PCB tem o objetivo de atuar como organização política do proletariado e também lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. O Partido da classe operária é organizado com o objetivo de conquistar o poder político pelo proletariado e pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista¹⁶⁹.

Foi essa orientação que lhe definiu a identidade política internacionalista e serviu-lhe de passaporte ao ingresso na III Internacional, em 1924¹⁷⁰. O “marxismo-leninismo”, a que se aferravam os partidos comunistas oriundos da matriz ideológica da III Internacional, constituía a teoria da luta de classes e da tática e estratégia do proletariado em sua luta pelo socialismo e o comunismo, conforme as contribuições teóricas e práticas de Marx e Lênin e seus seguidores. Já o internacionalismo proletário representava o compromisso de solidariedade classista independentemente da nacionalidade a que pertencia o proletariado, configurando, assim, uma base de classe à idéia de fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa¹⁷¹.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx e Friedrich e Engels estabeleceram sua compreensão a respeito do internacionalismo ao afirmarem que

¹⁶⁷ DAMATA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. p. 9.

¹⁶⁸ MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanências. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). Op. cit., v. 4, cap. 4, p. 156.

¹⁶⁹ SEGATTO, José Antônio. Op. cit., p. 3.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 28.

¹⁷¹ BOTTOMORE, Tom (Ed.). Op. cit., verbetes “marxismo” e suas extensões (p. 241-254), “leninismo” (p. 213-214) e “internacionalismo” (p. 199-200)

os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários em dois pontos: **1) nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade;** 2) Nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre, e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.¹⁷² [grifos nossos]

Os fundadores do “socialismo científico”, ao subordinarem os interesses nacionais aos interesses gerais de classe do proletariado, erigiram o internacionalismo proletário à condição de princípio distintivo do Partido Comunista em relação aos demais partidos operários. Desse modo, a consigna “proletário de todos os países uni-vos” passou a ser adotada pelos partidos comunistas filiados à Internacional Comunista¹⁷³. A concepção marxista sobre o internacionalismo foi ainda enriquecida pela contribuição de Lênin ao polemizar com os dirigentes da II Internacional Socialista em sua obra *A revolução proletária e o renegado Kautsky*¹⁷⁴, em virtude do apoio destes às burguesias nacionais de seus respectivos países durante a Primeira Guerra Mundial.

O caráter “marxista-leninista” e internacionalista do Partido Comunista não constitui apenas uma tradição inventada¹⁷⁵, na acepção dada por Eric Hobsbawm, ou uma identidade simbolicamente construída¹⁷⁶, nos moldes considerados por Renato Ortiz. O internacionalismo é uma tradição inventada porque possui historicamente um começo e se mantém renovado nos programas dos partidos comunistas pela força da tradição e é também uma construção simbólica¹⁷⁷, no aspecto em que provém de uma convenção instituída pelo movimento comunista internacional. Entretanto, em se tratando de uma instituição política, o que define a manutenção da identidade política

¹⁷² Sem grifos no original: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.], v. 1, p. 31.

¹⁷³ BOTTOMORE, Tom. Op. cit., verbete “Internacionais”, p. 195-198.

¹⁷⁴ LÊNINE, V. I. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. In: _____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1982, t. 3, (o que é o **internacionalismo**, p. 42-52), p. 1-75.

¹⁷⁵ HOBBSAWM, E. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 9.

¹⁷⁶ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 8.

¹⁷⁷ “o símbolo procede através do estabelecimento de uma convenção (a balança como símbolo da justiça)” In: DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix. [s.d.], verbete “símbolo”, p. 549.

internacionalista do Partido Comunista é sua fidelidade aos seus objetivos programáticos e políticos. Se mudarem os objetivos institucionais, a identidade também se altera, repercutindo sobre a tradição e a construção simbólica da identidade modificada.

Essa compreensão do internacionalismo tem conseqüências importantes sobre o entendimento do Partido Comunista sobre a nação, o estado-nação, o nacionalismo e suas implicações espaciais. No Manifesto Comunista, o espaço é considerado como palco dos acontecimentos, da luta de classe, das guerras ininterruptas. E a Europa é esse espaço privilegiado, lugar de onde parte as ordens, os empreendimentos. Espaço em que rondava o espectro do comunismo¹⁷⁸. Marx e Engels consideravam que por toda a parte e desde a antiguidade, a história foi palco para a luta de classe, para as escaramuças entre dominantes e dominados. Guerras ininterruptas, ora francas, ora disfarçadas¹⁷⁹. Na sua concepção, o espaço real ou simbólico era universalmente tomado pelas disputas inter-classe.

Entretanto, essa tese marxista que enfatizava o papel da luta de classes no desfecho da revolução proletária em cada nacionalidade foi esmaecida pela tese do caminho pacífico da revolução mundial sugerida pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No Brasil, a influência dessa resolução do PCUS é sentida no texto da *Declaração de Março de 1958*, que levou o Partido Comunista a abandonar a idéia de luta de classes entre o proletariado e a burguesia e a passar a ver o capitalismo como um sistema econômico em que trabalho e capital podiam se harmonizar na busca pelo desenvolvimento do país. Para chegar a esse entendimento, a *Resolução* fez a distinção entre o capital estrangeiro e o capital nacional, atribuindo àquele as responsabilidades pelas mazelas do Brasil (em concorrência com os resquícios feudais) e a este um papel progressista ao responsabilizá-lo pelo incremento das forças produtivas e da expansão de novas relações de produção mais avançadas¹⁸⁰.

¹⁷⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., In:_____. **Obras escolhidas**, São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.], v.1, p. 21.

¹⁷⁹ Ibid, p. 22.

¹⁸⁰ RESOLUÇÃO de 1958 do PCB. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Op. cit.**, 2000. p. 515.

A conseqüência disso foi uma virada nacionalista na concepção do Partido Comunista, em que a contradição entre o capital nacional e o capital estrangeiro passou a preponderar sobre a contradição capital *versus* trabalho. Neste sentido, as lutas antiimperialistas passaram a ter maior relevância que as lutas sociais e democráticas, o que fazia dos EUA e de suas empresas transnacionais o inimigo comum capaz de unir a burguesia nacional e o proletariado, numa só frente única.

Esse novo entendimento da maioria do Comitê Central do Partido Comunista resultou na mudança de sua linha política e na alteração de seu nome para Partido Comunista Brasileiro (mantida a sigla PCB). Em que pese tais mudanças terem sido justificadas como decorrentes das transformações das conjunturas nacional e internacional, do ponto de vista histórico, a atitude dos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro terminou fazendo da tradição do Partido Comunista de 1922 um lugar de memória, na acepção que Pierre Nora atribui ao termo¹⁸¹.

Entretanto, essa virada nacionalista do PC, que reconhecia no desenvolvimento capitalista e na burguesia nacional um papel proeminente na revolução brasileira, mereceu crítica da ala política que mais tarde, em fevereiro de 1962, “reorganizaria” o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB. Mauricio Grabois assim se expressou em seu artigo *Dois concepções, duas orientações políticas*, no primeiro semestre de 1960:

A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958 não exprime uma política justa, não corresponde aos interesses de classe do proletariado. (...) Exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo, toda sua orientação decorre desse desenvolvimento, está inteiramente a ele subordinada.

A declaração embeleza o capitalismo. Procura mostrar que a indústria brasileira atingiu elevado nível de crescimento e atribui tal crescimento ao capital nacional. Mas, na realidade, o imperialismo também participa desse processo de industrialização, domina ramos fundamentais da indústria do país. O exagero na apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário leva a *Declaração* a idealizar a burguesia (...). Superestima a magnitude e a profundidade da contradição entre a burguesia e o imperialismo, como se a burguesia não pudesse chegar a acordos com os imperialistas.

¹⁸¹ NORA, Pierre. Op. cit, p. 26.

Depois de proclamar, em palavras, que a revolução brasileira na presente etapa é antiimperialista e antifeudal, a *Declaração* logo em seguida faz nova caracterização da revolução. Esta passa a ser somente nacional e deve enfrentar unicamente as tarefas imperialistas. Os objetivos de caráter democrático ficam inteiramente subordinados à contradição antiimperialista, que é considerada principal em toda a atual etapa histórica da sociedade brasileira. Assim as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução.¹⁸²

Na concepção da Declaração de 1958, o capital estrangeiro, representado pelos monopólios econômicos, são tentáculos do imperialismo a dominar o território e a economia nacional, mantendo o país subdesenvolvido ou dependente do imperialismo, em especial, o norte-americano.

Retomando a questão da memória, entendemos que, apesar dos documentos elaborados pelos dirigentes e militantes que “reorganizariam” o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) não darem conta da consciência sobre o papel que essa “reorganização” teria para sua memória política, esse gesto de recuperação da tradicional linha política e doutrinária do Partido Comunista de 1922 impediu que toda sua tradição “revolucionária” e “internacionalista” passasse da esfera da memória viva e atual para a esfera do *lugar de memória*, que é considerado por Nora como uma espécie de ante-sala da história. Neste sentido, a “reorganização” do Partido Comunista do Brasil impediu sua transformação em objeto histórico que, em síntese, o transformaria em mero acontecimento, que irremediavelmente se submeteria à crítica demolidora da História.

A crise de identidade de que se acometeu o Partido Comunista no período de março de 1958 a fevereiro de 1962, que resultaria no surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no cenário político brasileiro, respectivamente, em agosto de 1961 e em fevereiro de 1962, colocou para a história a possibilidade do exame sobre a produção, apropriação e disputa da memória da agremiação política fundada em 1922. A identidade que se esmigalhava contrapunha o nacionalismo ao internacionalismo, o caminho pacífico à revolução, a hegemonia da burguesia

¹⁸² GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Op. cit., 2000. p. 13-14.

nacional à hegemonia do proletariado. Em síntese, os militantes e dirigentes do PCB e do PCdoB, a partir da década de 1960 foram chamados à confrontação em que os primeiros passaram a defender mudanças “heterodoxas” na linha de conduta partidária e os segundos postulavam a conservação da “ortodoxia” que havia vigorado no Partido desde 1922.

No processo de cisão partidária, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) recebeu a adesão da maioria dos dirigentes e da militância do Partido de 1922 e se guiou programaticamente pela Declaração de Março de 1958, oficializando sua transmutação programática e de nome em 11 de agosto de 1961, através de um suplemento do Jornal *Novos Rumos*, conforme a *Carta dos 100*, subscrita pelos militantes e dirigentes que mais tarde “reorganizariam” o Partido Comunista do Brasil, com a adoção da sigla PCdoB. O PCB assumiu assim uma nova identidade política e ideológica que apontava para a possibilidade do caminho pacífico da revolução, seguindo o esteio do PCUS, após o XX Congresso. Isso constituiu uma revisão da doutrina da luta de classes e da concepção de Estado propugnada historicamente pelo “marxismo-leninismo”. Essa nova identidade política e ideológica do PC Brasileiro realçava seu caráter nacionalista e antiimperialista em detrimento de sua feição proletária e internacionalista, o que correspondia a adoção de uma estratégia socialista, que significava a exclusão do comunismo de seus objetivos, no entendimento dos comunistas do PCdoB. A superestima da etapa antiimperialista da revolução brasileira parece ter levado o PC Brasileiro a se descuidar programaticamente de suas tarefas democráticas, como por exemplo, a defesa de uma reforma agrária antilatifundiária, privilegiando a aliança com a burguesia nacional, como tática política. Entretanto, essa mudança em seus objetivos estratégicos e a adoção da tática de conciliação com a burguesia nacional não foi capaz de garantir a conquista da legalidade do Partido Comunista Brasileiro, nem de impedir que a burguesia nacional se aliasse mais tarde às forças políticas que promoveram o Golpe Militar de 1964.

Já o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), (re)organizado em fevereiro de 1962, optou por manter sua identidade “internacionalista” e “marxista-leninista” em seus moldes históricos, na forma propugnada pelas críticas realizadas à Declaração de Março de 1958 no artigo *Duas concepções*,

duas orientações políticas de Maurício Grabois e na *Carta dos 100* (Em defesa do Partido), consolidadas no *Manifesto-Programa*¹⁸³, aprovado pela Conferência Nacional Extraordinária que o (re)organizou em 18 de fevereiro de 1962. Essa identidade do PCdoB o manteve programaticamente fiel à “ortodoxia marxista-leninista” e, por consequência, à luta de classes, ao socialismo e ao comunismo, pouco acreditando no papel progressista do desenvolvimento capitalista ou da burguesia nacional, na revolução brasileira. Sua fidelidade à “ortodoxia” o levava ao entendimento de que a luta antiimperialista devia ter por base a aliança operário-camponesa, já que no seu entender a burguesia nacional não era uma aliada segura, nem estratégica, pois a qualquer momento poderia entrar em acordo com o imperialismo. Essa conduta “ortodoxa” do PCdoB o fez merecer de seus adversários a pecha de “stalinista”, pois até a crise do socialismo real e a realização de seu 8º Congresso em 1992 os seus documentos e estatutos partidários consignava expressamente o nome de Stálin como um dos teóricos do marxismo ao lado Marx, Engels e Lênin¹⁸⁴. Neste sentido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se ufana em seus documentos de ter preservado sua identidade de classe em seu Programa e ter reafirmado seu compromisso de lutar pelo socialismo e o comunismo e por bandeiras como a reforma agrária antilatifundiária, os direitos sociais dos trabalhadores, a ampliação da democracia do país e não ter perdido de vista a compreensão de que a luta pela soberania e independência do país devia estar em sintonia com os direitos sociais e políticos da base social em que se apoiava – o proletariado, o campesinato e os setores médios da sociedade brasileira. Essa opção pela “ortodoxia” marxista custou caro ao PCdoB, pois a maioria da militância comunista brasileira optou pelo seu rival – o PCB, que em razão de congregar maior número de militantes passou a autodenominar-se “Partidão”.

¹⁸³ CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto-programa. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Op. cit.**, 2000. p. 31-42.

¹⁸⁴ Atualmente o art. 1º do Estatuto do PCdoB tem a seguinte redação: “O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas”. (Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/estatuto.asp>>. Acesso em: 02 nov. 2007.)

Márcia Mansor D'Aléssio afirmou no início de seu artigo *Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora*¹⁸⁵ que “uma necessidade identitária parece estar compondo a experiência coletiva dos homens e [que] a identidade tem no passado seu lugar de construção.” O exame da experiência do PCdoB na construção da sua memória demonstra que esse partido não fugiu a esse entendimento, pois ao se “reorganizar” em 1962 buscou sua identidade política em sua tradição passada, mesmo que para isso tivesse de nadar contra a corrente dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais.

¹⁸⁵ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. *Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v, 13, n. 25/26, p.97-103, set,92/ago.93.

CAPÍTULO 3

PCB, PCdoB e a disputa pela memória.¹⁸⁶

Até 1958, o Partido Comunista produziu uma memória aparentemente una que, no entanto, se evidenciou plural, quando os mais significativos acontecimentos vivenciados pelos comunistas brasileiros passaram a se constituir em elementos de disputa por suas tendências políticas antagônicas. Entre os fatos memoráveis produzidos se encontram: a fundação do Partido Comunista (1922), o ingresso de Luís Carlos Prestes nas fileiras comunistas (1934), a luta antifascista e a Insurreição Comunista de 1935 patrocinadas pela ANL, a Conferência da Mantiqueira (1943), a eleição da bancada comunista para a Constituinte de 1946 e o IV Congresso de 1954 que elaborou o Programa de 1954. Depois de 1958 a memória foi produzida de maneira vinculada aos interesses em disputa no seio da agremiação comunista brasileira, conforme demonstrado no capítulo 2. Desse período em diante aconteceram os seguintes fatos memoráveis: a elaboração e divulgação da *Declaração de Março de 1958*, o V Congresso (1960), a publicação do artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de Maurício Grabois, o requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100* (1961) e a Conferência Nacional Extraordinária e seu *Manifesto-Programa*, ambos de 1962. Os dois primeiros fatos foram produzidos pelos órgãos partidários dominados pela maioria que se identificava com o futuro Partido Comunista Brasileiro e, conseqüentemente, passou a incorporar à sua memória e identidade, enquanto que os demais fatos foram produzidos pelos dirigentes e/ou militantes contrários às mudanças propugnadas pela corrente pró-soviética e se somariam à memória e identidade do PCdoB. Portanto, cabe ressaltar que o processo de cisão do movimento comunista brasileiro, do qual resultou o advento do PCB e do PCdoB no cenário político brasileiro, foi

¹⁸⁶ Conceição Fraga observa que “a memória não é algo asséptico e desinteressado, mas um instrumento de disputas de poder, pois é fonte de construção de imagens de heróis, de bandidos, de coragem, de covardia, de mobilização, de apatia.” (FRAGA, Maria da Conceição. Op. cit., p. 157).

acompanhado de uma grande luta em torno da memória produzida pelos comunistas desde a sua origem.

3.1. A DISPUTA PELO ATO DE FUNDADOR

No relato da memória do Partido Comunista, realizado no primeiro capítulo, encontramos elementos da construção de sua memória coletiva. Eventos que marcaram o tempo (século XX) e o espaço (Brasil) e deram sentido e continuidade à existência desse sujeito histórico e coletivo. Um repertório de memórias criadas pelo grupo partidário e/ou através da tentativa de torná-las transpostas de outras experiências do movimento comunista internacional. A análise dessa memória coletiva prioriza os fatos coletivos que permitiram sua produção e/ou apropriação.

O primeiro fato que povoa a memória coletiva do Partido Comunista é representado pelo ato de sua fundação, ocorrido no congresso realizado entre os dias 25 a 27 de março de 1922, na cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro¹⁸⁷. Esse fato condensa em si relatos temporais e espaciais que na visão dos comunistas brasileiros e, quiçá, de parte da sociedade brasileira, assume o conteúdo de uma representação social cheia de sentido heróico, político e social, capaz de criar uma marca temporal cheia de significados, diferentemente do tempo matemático, vazio e abstrato, a que se refere Halbwachs¹⁸⁸.

Esse acontecimento tem a capacidade de entrecruzar memórias variadas, calcadas na experiência universal e nacional de parcela do proletariado. Evoca a memória da Revolução Russa e da experiência da Internacional Comunista. Surge das primeiras manifestações de independência proletária – as greves operárias, os primeiros grupos comunistas, as insuficiências das concepções anarquistas. Não é à toa que a fundação do Partido Comunista tenha ocorrido pouco tempo depois da Revolução

¹⁸⁷ Ver p. 18.

¹⁸⁸ Cf. HALBWACHS, Maurice. Op. cit., p. 95-136.

Bolchevique e da fundação da III Internacional e que tenha se apoiado em nomes que havia se desligado do anarco-sindicalismo e nos grupos comunistas dispersos do país. A presença dos comunistas no cenário político brasileiro alterou o espaço simbólico da política brasileira e conectou o país com as idéias vitoriosas na Rússia soviética. Isso foi percebido pelas classes dominantes brasileiras que, mesmo desconsiderando o fato do PC ser ainda pouco expressivo politicamente, resolveu jogá-lo na ilegalidade, em julho de 1922, ou seja, poucos meses depois de sua criação. De qualquer modo, o aparecimento do Partido Comunista na cena política brasileira inaugurava a discussão sistemática sobre o socialismo, o comunismo, o marxismo como referencial teórico e analítico, o internacionalismo proletário e as relações com a III Internacional.

A divisão do movimento comunista brasileiro, aprofundada a partir de 1958, teve graves conseqüências no tocante à evocação do passado. A fundação do Partido Comunista em 1922 passou a ser vista de maneira diferente pelos grupos que formariam o PCB e o PCdoB. Embora nenhum desses partidos renegue a importância da fundação do Partido Comunista em 1922, e ambos lutem para se apresentar à sociedade como sendo sua continuidade, se nota em seus documentos um olhar diferente para o ato que inaugurou a presença organizada dos comunistas no cenário político brasileiro, com repercussão em suas práticas políticas partidárias. Essa distinção se percebe a partir das lembranças e esquecimentos que se podem constatar nos documentos elaborados pelo PCB e pelo PCdoB ou na fase das dissensões internas pós-1958 que antecederam a cisão propriamente dita ocorrida em 1961/1962. A *Declaração de março de 1958*, que foi uma espécie de certidão de nascimento do Partido Comunista Brasileiro, ao mesmo tempo em que constitui um ato envergonhado de criação de um novo partido, também demonstra o apego ainda existente em relação à preservação da memória do Partido de 1922. Tal documento é uma espécie de fotografia da transição entre o histórico Partido Comunista de 1922 e um novo partido desvinculado de algumas características que se desvalorizaram depois do famoso XX Congresso do PCUS. A *Declaração de 1958* é ao mesmo tempo um grito de “sou” e “não sou” o Partido de 1922.

Enquanto existiu um único Partido Comunista no país havia certa unidade no tocante ao tratamento de sua memória, que era “ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída coletivamente”¹⁸⁹. Porém, depois que as divergências sugeriram e se cristalizaram na cisão que resultou no surgimento do PCdoB e do PCB, aquela memória comum, ou melhor, aquele ponto de vista comum sobre os fatos memoráveis produzidos em comum deixou de existir e cada novo partido lançou de maneira diferente seu olhar sobre o passado, à semelhança do que ocorre com a memória dos indivíduos que se separam de um grupo e, na visão de Halbwachs, lançam as seguintes indagações: “Que importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais?”¹⁹⁰ Esse discurso poderia ser completamente adaptável a uma possível resposta daqueles que abandonaram a ortodoxia do Partido Comunista de 1922 e passaram a se congregarem no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando foram fustigados pelo artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de Maurício Grabois e pelo requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100*, elaborado pelos dirigentes e militantes que fundariam (ou reorganizariam, na sua visão) o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com a ocorrência da cisão, aquela “memória coletiva mais ampla”¹⁹¹ do Partido Comunista de 1922 desapareceu, de maneira que o PCB e o PCdoB ao se manterem “afastados, nenhum deles pode reproduzir todo o conteúdo do antigo pensamento”. “Por isso apegam-se a um aspecto desse pensamento e não guardam a lembrança senão de uma parte dessa atividade, de onde vários quadros do passado comum não coincidem e dos quais nenhum é verdadeiramente correto”¹⁹².

Quando a maioria do Comitê Central do Partido Comunista publicou a *Declaração de Março*, ela praticou, consciente ou inconscientemente, um ato de esquecimento de alguns documentos da história política do comunismo brasileiro como, por exemplo, o concernente às características e aos princípios realçados no ato de sua fundação. O documento de 1958 esqueceu

¹⁸⁹ Ibidem, p. 39

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

completamente o nome original – Partido Comunista do Brasil – e passou dissimuladamente a se referir sempre ao termo “os comunistas” para evitar a referência ao nome do Partido. Entretanto, no último inter-título, denominado de “Fortalecer o Partido para a aplicação de uma nova política”, apareceu pela primeira vez a nova nomenclatura de *Partido Comunista Brasileiro*¹⁹³. Outra omissão da *Declaração de 1958* foi quanto ao internacionalismo e ao objetivo de construção da sociedade comunista, que constavam expressamente no Estatuto de 1922 e no Programa de 1954. O Partido Comunista Brasileiro começou a ser gestado nos debates e autocríticas decorrentes do XX Congresso do PCUS, particularmente, a partir de 1957/1958 quando foram afastados da Executiva do PC os dirigentes tidos como os mais “ortodoxos” como Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois¹⁹⁴ e foi lançada a referida *Declaração de Março de 1958*. Porém, sua consolidação aconteceu com a vitória dos defensores do caminho pacífico da revolução brasileira no V Congresso do Partido Comunista (1960), representados por Giocondo Dias e Luís Carlos Prestes e seus companheiros. Já a existência do PCdoB começou a se configurar a partir da *Carta dos 100* dirigida à direção do Partido Comunista Brasileiro em que dirigentes como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e mais uma centena de militantes demonstraram sua insatisfação com a mudança do nome do Partido e a edição de um novo programa partidário completamente diferente do Programa de 1954. Estava assim configurada a divisão do movimento comunista brasileiro e, à sua maneira, PCB e PCdoB reivindicavam, através da memória, a herança histórica do Partido Comunista de 1922. O PCB buscando se demonstrar moderno, nacionalista e na esperança de angariar seu registro legal conservou a sigla, mas optou por denominar-se Partido Comunista *Brasileiro* (PCB). Sem poder reivindicar a sigla já apropriada pelos seguidores de Prestes e Giocondo Dias, restou ao PCdoB se apropriar do histórico nome de *Partido Comunista do Brasil* e assumir que se mantinha fiel aos princípios marxista-leninistas do Partido de 1922, em especial ao internacionalismo proletário.

¹⁹³ Cf. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (março de 1958). In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 26.

¹⁹⁴ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 180-181.

Tanto o PCB quanto o PCdoB se identificaram com o quadro histórico em que surgiu o Partido de 1922, assim descrito por Astrojildo Pereira:

O Partido Comunista do Brasil nasceu das lutas operárias que agitaram o país durante os anos de 1917 a 1920 e se formou sob a influência decisiva da Revolução Socialista de Outubro. O que quer dizer que nasceu e se formou já na época das guerras imperialistas e das revoluções proletárias¹⁹⁵.

Entretanto, pelo caminho da autocritica negaram os traços da historia ou comportamentos partidários que julgaram inassimiláveis.

Moisés Vinhas, em rápida passagem resume os motivos que justificaram a divisão do movimento comunista brasileiro e o surgimento das legendas que se auto-proclamaram continuadoras do Partido de 1922:

a luta interna que vem sendo travada desde o XX Congresso do PCUS, em 1956, encontra seu desfecho em fevereiro de 1962, com a ruptura à esquerda do grupo que considera inaceitável a virada política do PCB. O pretexto é a mudança do nome para Partido Comunista Brasileiro e a retirada do programa da palavra de ordem, da 'ditadura do proletariado', medidas tomadas pelo Comitê Central fora de um Congresso do partido, visando facilitar a luta pela legalização.

O que unifica os dissidentes é a luta para 'resgatar as tradições revolucionárias' dos comunistas brasileiros, que estariam sendo traídas e vilipendiadas pela "maioria direitista e revisionista" do Comitê Central. Em todos os aspectos, aliás, o novo partido apresenta-se como restaurador: assume o velho nome de Partido Comunista do Brasil (PC do B), chama seu jornal de *A Classe Operária*, considera Stálin como 'o quarto classico' do marxismo e, sobretudo, sua linha política, explicitada em Manifesto-Programa de 1962, tem como base e modelo o Programa do IV Congresso, considerado literalmente como a "expressão mais avançada" a que chegou o marxismo no Brasil.¹⁹⁶

A disputa pela memória dos fatos que deram origem ao Partido Comunista em 1922 travada entre o PCdoB e o PCB se prolongou por quase três décadas. O PCB foi favorecido pelo fato de ter aglutinado a grande maioria

¹⁹⁵ PEREIRA, Astrojildo. A formação do PCB. In: _____. Op. cit., p. 45.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 187.

da militância comunista depois da cisão e contar entre seus quadros com nomes da envergadura de Luís Carlos Prestes. Também somou a seu favor a simpatia da maioria da intelectualidade de esquerda do país, que inclusive produziu uma historiografia que indicou o PCB como tributário do Partido Comunista de 1922, entre esses intelectuais se encontram Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender, Edgar Carone, José Antonio Segatto, Moisés Vinhas, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira, entre outros.

Sem poder contar com os fatores acima referidos, o PCdoB, no entanto, se beneficiou do fato de pensar o Partido como uma instituição, em que a fidelidade à sua memória e aos seus objetivos eram fundamentais. Neste sentido, mesmo a historiografia identificada com o PCB reconhece a fidelidade do PCdoB à memória da agremiação comunista fundada em 1922, a exemplo de Vinhas (ver citação acima) e Leandro Konder: “O PCB, em sua linha política, distanciou-se nitidamente do recém-criado PC do B (que até no nome encarnava o passado que se procurava superar)”¹⁹⁷.

A luta do PCB e PCdoB em torno dos elementos e características partidárias fundados em 1922 (nome, sigla, objetivo comunista, filiação à Internacional Comunista ou ao Cominform, internacionalismo, ditadura do proletariado e marco de origem) se prolongou por décadas seguidas a partir de fevereiro de 1962. Entretanto destes elementos apenas um foi disputado para valer pelas duas legendas comunistas: **o marco de origem em 1922**, pois os demais elementos foram partilhados sem maiores disputas. A sigla PCB foi apropriada pelo PC Brasileiro e o PCdoB apropriou-se do nome histórico Partido Comunista do Brasil, abandonado por aquela agremiação política. Os demais elementos rechaçados pelo PCB, mas oriundos do ato de fundação do Partido Comunista de 1922 foram apropriados pelo PCdoB, que assumiu desde a sua “reorganização” em fevereiro de 1962 o caráter restaurador da memória comunista em toda sua ortodoxia.

¹⁹⁷ KONDER, Leandro. Op. cit., p. 110.

3.2. A DISPUTA PELO LÍDER CARISMÁTICO: LUÍS CARLOS PRESTES

Depois da fundação do Partido Comunista, o ingresso de Luis Carlos Prestes em suas fileiras passou a ser outro elemento forte da memória dos comunistas brasileiros, com uma particularidade que o distingue dos demais fatos memoráveis da vida partidária. A adesão de Prestes ao PC sincretiza as aspirações universais do comunismo com as aspirações nacionais dos brasileiros, em especial das camadas médias e urbanas. O Partido Comunista desde seu princípio se apresentou como sendo a Seção Brasileira da Internacional Comunista, o que significava maior atenção aos temas universais do marxismo do que aos problemas propriamente nacionais. Até a tentativa de Octavio Brandão de formular uma teoria da revolução brasileira, com base na idéia de agrarismo e industrialismo, foi esquecida pelo Partido que passou a adotar acriticamente as orientações da IC¹⁹⁸. Porém, a entrada de Prestes no Partido Comunista trouxe consigo a memória do tenentismo e de suas propostas de moralização da vida pública nacional. E mesmo que o Cavaleiro da Esperança tenha se imbuído das teses da III Internacional, para o imaginário popular e das classes médias ele representava um protótipo de herói nacional, que atravessou o país comandando a Coluna Prestes-Miguel Costa. Portanto, sua figura emblemática expressa o encontro da memória nacional com a memória internacionalista do movimento comunista.

Por conseguinte, a entrada de Luís Carlos Prestes no Partido Comunista, na primeira metade da década de 1930, constitui o segundo fato importante para a memória partidária. Entretanto, a repercussão desse evento não permeia só a história do Partido Comunista, ela teve ainda ressonância na vida nacional e na própria vida pessoal do Cavaleiro da Esperança. Quando Prestes ingressou no PC, ele já era considerado um herói nacional. Ele foi o principal dirigente da Coluna militar que congregou a baixa oficialidade do Exército e atravessou o país clamando por reformas nos costumes políticos brasileiros, na segunda metade da década de 1920. Daí porque esse evento foi

¹⁹⁸ Cf. BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. v. 1.

batizado pela historiografia de *Coluna Prestes* – um movimento militar integrante da experiência *tenentista* brasileira¹⁹⁹. Embora não tenham sido militarmente derrotados, os integrantes da Coluna Prestes tiveram que se exilar em países sul-americanos e foram, conseqüentemente, excluídos das Forças Armadas. Parte destes insurretos somente seria reabilitada pela Revolução de 1930, movimento do qual tomou parte os tenentes e oficiais que integraram a Coluna Prestes, a exemplo de nomes como Juarez Távora. Prestes recusou convite de Getúlio Vargas para integrar o movimento armado liderado pela Aliança Liberal e depois de criar a LAR (Liga de Ação Revolucionária) aderiu ao comunismo, passando a integrar o Birô Político da Internacional Comunista (Comintern), antes mesmo de filiar-se ao Partido Comunista.

Apesar de parte dos dirigentes comunistas ter resistido ao ingresso de Prestes no Partido, no início da década de 1930, por ter sido considerado líder de uma experiência militarista pequeno-burguesa, sua condição de herói nacional e a deferência que recebeu da Internacional Comunista ao elegê-lo para seu birô político logo o transformaria na principal liderança comunista brasileira. A extensa historiografia sobre a Coluna Prestes o imortalizou como um comandante revolucionário e protagonista de uma epopéia nacional. Na Literatura Brasileira esse tema foi tratado por Jorge Amado que o biografou com profunda admiração em seu livro *O cavaleiro da esperança: a vida de Luís Carlos Prestes*.

A Coluna Prestes chamou a atenção da população, na segunda metade dos anos de 1920 e particularmente da militância comunista. Em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira, cumprindo deliberação da direção do Partido Comunista foi à Bolívia se encontrar com Prestes no intento de unir as ações da Coluna com os propósitos comunistas. Astrojildo, na verdade,

¹⁹⁹ Sobre a Coluna Prestes ver: DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Col. Tudo é história; MACAULAY, Neil. **A Coluna Prestes: revolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1977; MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1996; PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. SODRÉ, Nelson Wemeck. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. E sobre o Tenentismo consultar: FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Idem. **Tenentismo e Aliança Liberal: 1927-1930**. São Paulo: Polis, 1978; PRESTES, Anita L. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999. SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

buscava ganhar o Cavaleiro da Esperança para a causa comunista, pois levou na bagagem vários livros marxistas, editados em francês:

Prestes veio de longe (...). Recebeu-me numa casa, aliás bem modesta, em companhia de dois oficiais da Coluna. Aí passei quase dois dias e conversamos longamente. Eu lhe transmiti claramente o pensamento da direção do Partido sobre as questões que nos levaram a procurá-lo e que tudo se resumia em coordenar as nossas forças tendo em vista os objetivos comuns. Era, em suma, o problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolucionário sob a influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e de seu comandante. Colocada a conversa, desde o início, em forma de absoluta lealdade de parte a parte, fácil foi a concordância estabelecida.

(...)

Disse no começo que levava na minha mala uma certa quantidade de livros de autores marxistas. Entreguei-os a Prestes dizendo-lhe que era nosso desejo que ele estudasse por si mesmo a teoria e a prática da política pelas quais buscávamos orientar o Partido Comunista, inteirando-se assim, não só dos princípios e fins da nossa atividade prática, mas também das soluções que a ciência marxista apresentava para os problemas sociais do nosso tempo. Devo hoje acrescentar que, ao dizer-lhe estas coisas, eu guardava a esperança de que Prestes, ao tomar conhecimento direto das idéias marxistas, não demoraria em compreender que elas exprimiam a verdade do presente e do futuro. Sua inteligência, sua honradez, sua experiência pessoal no contato com a gente e as coisas brasileiras fariam o resto. Os fatos demonstraram que eu não me enganava.²⁰⁰

Mas Prestes e os militares da Coluna Prestes não foram assediados apenas pelos comunistas. A Aliança Liberal que preparava a Revolução de 1930 investiu pesadamente no recrutamento dos participantes do *movimento tenentista* e da Coluna Prestes:

A Aliança Liberal era uma complexa frente entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, sob a liderança das camadas médias urbanas e de setores liberais provenientes do tenentismo e da Coluna Prestes. A direção militar é oferecida a Luís Carlos Prestes, brilhante comandante da Coluna Prestes-Miguel Costa, que três anos atrás havia percorrido o país de ponta a ponta, combatendo as tropas situacionistas. Ele recusa e rompe com a Aliança Liberal.²⁰¹

²⁰⁰ PEREIRA, Astrojildo. Op. cit. p. 129-130.

²⁰¹ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 67.

O *Atlas Histórico Brasil Istoé*, organizado por Bernardo Joffily resume assim a mitologização da Coluna Prestes e de seus heróis:

A legenda da Coluna continua após seu fim. No sertão diz-se que a princesa Isabel a acompanha, que vadeia rios sem se molhar, seus soldados têm o corpo fechado e seu chefe é advinho. As camadas médias urbanas são quem mais admiram o feito máximo dos tenentes. Prestes, alcunhado de Cavaleiro da Esperança por Siqueira Campos, ganha status de herói.²⁰²

A repercussão popular dos feitos da Coluna Prestes e de seu principal comandante foi muito grande. A paulista D. Brites, uma das pessoas entrevistadas do livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi rememora os fatos em que a figura de Prestes se sobressaiu:

Nós acompanhamos a Coluna Prestes por um jornal clandestino, O 5 de Julho, impresso no Rio. Apesar da censura toda nós acompanhávamos o vaivém da Coluna, sabíamos onde Prestes andava. Nós copiávamos os comunicados do jornalzinho, mimeografávamos, depois saíamos à noite e pregávamos nos postes.

Quando Prestes, na Revolução de 30, se desligou do grupo porque tinha ingressado no Partido Comunista, guardei seu manifesto. No tempo da Coluna Prestes ele não era membro do partido. Seu manifesto é de maio de 1930:

Ao proletariado sofredor das cidades.

Aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das fábricas.

À massa miserável de nosso sertão

*e muito especialmente aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da futura transformação...*²⁰³

As citações acima e a imensa historiografia existente sobre a Coluna Prestes, bem como sua popularização nos livros didáticos nos dá a dimensão histórica desse acontecimento político brasileiro e a importância política de seu principal comandante.

²⁰² JOFFILY, Bernardo. Op. cit., p. 116.

²⁰³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994. p. 328.

Mais tarde, a participação de Carlos Prestes na criação da Aliança Nacional Libertadora e nos preparativos da Insurreição Comunista de 1935 rendeu-lhe condenações judiciais e quase dez anos de prisão. A passagem por Moscou, a chegada no Brasil acompanhado de Olga Benário e outros revolucionários europeus e sul-americanos e a vida clandestina e conspirativa no país contribuíram para a construção do mito de herói revolucionário. A perseguição sofrida do Estado Novo e a deportação de sua companheira Olga para a Alemanha temperaram-lhe o espírito revolucionário e elevaram a admiração que o povo brasileiro lhe devotava. Mesmo a acusação de que teria mandado justicar/assassinar a jovem Elza Fernandes, conhecida por Garota, companheira de Antônio Maciel Bonfim (Miranda), secretário-geral do PC foi incapaz de ofuscar sua popularidade. Ainda na prisão foi eleito para a secretaria-geral do Partido Comunista, durante a Conferência da Mantiqueira (1943). Depois da Anistia, em 1945, levou multidões aos Estádios São Januário (Rio de Janeiro) e Pacaembu (São Paulo) durante a campanha política para eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Numa campanha curtíssima elegeu-se senador pelo Rio de Janeiro, além de ter sido eleito deputado federal por diversos estados da federação. Com isso o líder revolucionário recebia o beneplácito democrático do sufrágio eleitoral. Porém, as vicissitudes da democracia brasileira levaram o Governo Dutra, em ação articulada com a Justiça Eleitoral, a decretar a ilegalidade do Partido Comunista e, conseqüentemente, a cassar os mandatos comunistas, interrompendo a consolidação da liderança popular de Prestes no país e levando-o a viver clandestinamente por mais de dez anos.²⁰⁴

A instabilidade democrática do país se refletiu na conduta política do Partido Comunista que, àquela época, ora assumia posições à direita, ora à esquerda do espectro político brasileiro: durante o período de legalidade, os comunistas chegaram a conter manifestações populares como greves, sob o argumento de que não deveria dar pretexto às forças conservadoras; depois da cassação dos mandatos, voltou a defender a luta armada como solução para os problemas do país. As posições políticas de Prestes oscilavam juntamente com as posições do Partido ou vice-versa. Aliás, seu prestígio era sempre

²⁰⁴ LINS E SILVA, Aldo. Luís Carlos Prestes: dados biográficos. In: PRESTES, Luís Carlos. **Carta aos Comunistas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

decisivo para fazer aprovar as deliberações partidárias. Seu apoio político legitimava as posições do PC. Na Conferência da Mantiqueira (1943), mesmo recluso nas masmorras do Estado Novo foi eleito para o cargo mais importante da estrutura partidária – a secretaria-geral, como forma de contribuição para a legitimidade da nova direção. Em 1957, após o trauma causado pelas resoluções do XX Congresso do PCUS, os partidários da nova política de “desestalinização” do PC brasileiro tiveram de ganhar o apoio do Cavaleiro da Esperança para tornar vitoriosa a linha política da Declaração de Março de 1958 e também o V Congresso do Partido Comunista.

Luís Carlos Prestes foi objeto das críticas e da disputa entre as duas tendências que se digladiavam no interior do Partido Comunista, particularmente, no seu Comitê Central, no período posterior ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Ele era responsabilizado juntamente com Carlos Marighella, João Amazonas e Diógenes Arruda Câmara pelas vicissitudes partidárias, como o culto à personalidade, a concepção do partido como uma organização militarizada, a escassa democracia interna e a ausência de espírito crítico. Críticas estas que se concentravam

em três direções: no dogmatismo e subjetivismo que permearam o terreno da teoria e da política, nos métodos mandonistas de direção centralizada e na política de quadros, cujos destinos eram arbitrariamente decididos pelas cúpulas restritas dos comitês, e finalmente, na própria concepção do partido comunista, contra a sua militarização e pela sua transformação em um partido de massas.²⁰⁵

Moisés Vinhas chamou essa disputa no interior do Comitê Central de oposição entre “abridistas” e “fechadistas”, numa alusão àqueles que desejavam abrir o debate franco no seio partidário e aos que temiam as conseqüências de um debate livre não controlado pelos órgãos dirigentes do Partido. O debate a respeito dos temas acima mencionados durou apenas um mês, pois foi encerrado através de uma Carta Aberta de Luís Carlos Prestes aos comunistas. Nesta decisão Prestes parece ter se alinhado com Amazonas,

²⁰⁵ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 178-179

Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara, que resistiam à autocrítica requerida por aqueles que criticavam o passado da agremiação comunista.

Na história dos Cinquenta anos do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas e Maurício Grabois nominaram os membros da direção nacional que defendiam as posições “revisionistas”, ou seja, as mudanças na linha política do Partido no rumo daquelas reformas já adotadas pelo PCUS: Carlos Marighella, Giocondo Dias, Mário Alves, Astrojildo Pereira, Orestes Timbaúva, João Massena, Jacob Gorender e Zuleika Alambert. Num primeiro momento, Prestes não constou dessa lista, pois foi polarizado por Amazonas, Diógenes Arruda e Grabois, grupo que mais tarde “reorganizaria” o PCdoB. Mas Amazonas e Grabois admitem que, em 1957, “o surto revisionista” “toma novo impulso com a adesão de Prestes àquelas opiniões e com o afastamento de alguns camaradas do Presidium do Comitê Central, entre os quais João Amazonas e Maurício Grabois”²⁰⁶. Mas a disputa por Prestes entre as duas correntes que representavam os embriões do PCdoB e do PCB, naquele momento histórico, não tinha para os contendores a característica de uma luta pela memória. Representava inicialmente uma luta para constituir maioria política no seio do Partido Comunista. Hoje, no entanto, compreendemos que a adesão de Luis Carlos Prestes e Astrojildo Bezerra ao Partido Comunista Brasileiro representou um trunfo importante para a memória dessa agremiação política, pois sem estas adesões ficaria difícil ao PCB justificar-se como o partido de 1922, em virtude das mudanças de nome e de sua linha política.

Moisés Vinhas, que acompanhou esse processo de cisão do Partido de 1922 na condição de integrante de sua direção, deixou transparecer as particularidades dessa disputa pela adesão de Prestes ao afirmar:

A posição de Prestes não foi unívoca nem retilínea. Inicialmente perplexo e sem saber o que fazer, foi sendo aos poucos ganho para a autocrítica. Ainda na clandestinidade, ouve em sigilo vários dirigentes que lhe haviam sido levados pelas mãos de Giocondo Dias. Em abril de 1957 exige que a reunião do Comitê Central seja gravada. Logo em seguida, Agildo Barata é expulso. Em agosto, Prestes sai da clandestinidade e de surpresa comparece à reunião do Comitê Central: é a primeira vez que com ele se reúne desde

²⁰⁶ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 161-162.

1947. Nesta reunião são destituídos quatro membros da Executiva: Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Sergio Holmos e Maurício Grabois. Para impedir que o suplente Orlando Pioto assumira, extingue-se a própria figura da suplência. Para seus lugares são promovidos Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Carlos Marighella.²⁰⁷

Pelas informações de Amazonas e Grabois e de Moises Vinhas, que compuseram os dois blocos adversos após a cisão que resultou no PCB e no PCdoB, se compreende que Prestes oscilou entre uma posição e outra durante os primeiros anos do processo de luta interna que se prolongou até que fosse consolidada a divisão do Partido Comunista em 1962. Era compreensível que o Cavaleiro da Esperança relutasse em se aliar imediatamente àqueles dirigentes que comporiam o Partido Comunista Brasileiro pelas seguintes razões: a) porque as críticas dirigidas aos “stalinistas” Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois também o atingiam, pois ele fora um dirigente que ascendera às posições proeminentes no Partido Comunista durante o período em que Stalin comandara a URSS e o PCUS; b) porque as críticas de culto à personalidade dirigidas a Stálin também se aplicavam à sua pessoa, aqui no Brasil, pois quando Prestes foi alçado à condição de dirigente do Birô Político da Internacional Comunista, Joseph Stálin já era o dirigente máximo do PCUS e da União Soviética e o modelo de direção do PCUS era universalmente admitido pelos partidos comunistas integrantes do Comintern ou do Cominform; c) e finalmente, porque a direção do Partido Comunista era bastante respeitada, em virtude dos êxitos alcançados após a Conferência da Mantiqueira, especialmente o bom desempenho na organização partidária e nas eleições de 1945. Entretanto, e apesar disso, em março de 1958, Prestes apresentaria ao público sua autocrítica²⁰⁸ e subscreveria a Declaração de Março de 1958 em que o Partido Comunista passava a adotar uma nova política, dando origem a transição que culminaria na substituição do “do Brasil” pelo “Brasileiro” em sua nomenclatura.

É bem provável que na disputa entre os dirigentes comunistas das alas que se organizariam politicamente, respectivamente, no PCB e no PCdoB

²⁰⁷ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 180-181.

²⁰⁸ Ver nota 4.

tenha havido passagens pouco dignas de relato para ambos os lados. Afinal, tomando por base a última citação de Moisés Vinhas podemos indagar: qual foi o argumento decisivo que a ala comandada por Giocondo Dias utilizou para conquistar a adesão de Prestes? Que conversas sigilosas tiveram com Prestes os dirigentes comunista levados a ele “pelas mãos de Giocondo Dias”? Foi realmente gravada a reunião do Comitê Central de 1957? Qual o conteúdo dessas gravações? A bibliografia sobre o tema, nem as memórias produzidas pelos sujeitos históricos daqueles episódios nada revelaram sobre aquelas “meias-palavras” de Moisés Vinhas.

De qualquer modo, apesar da disputa pela adesão de Prestes ter acontecido nos momentos que antecederam a formalização da existência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) há de se reconhecer que a Política diferentemente da História tem um olhar imediatista sobre os fatos sociais. Neste sentido, o jogo político entre o PCB e o PCdoB valorizou Luís Carlos Prestes enquanto ele foi útil aos seus objetivos e estratégias políticos, para depois esquecê-lo ou minimizá-lo ao sabor das conjunturas políticas²⁰⁹. Entretanto, quando se trata do olhar profícuo da História, a memória de Luís Carlos Prestes ganha contornos que vão muito além das disputas partidárias. Sua personalidade política permeia décadas da vida política brasileira do século XX e simboliza anseios nacionais e internacionalistas, construídos idealistamente com base no sofrimento e na esperança. Afinal, Luís Carlos Prestes pisou o solo brasileiro como ninguém o fez no seu período histórico, porque em sua cabeça a Coluna que dirigiu era distinta do que imaginava outros companheiros de viagem. Pelo Brasil e pelos interesses universais da luta contra o nazifascismo, ele foi capaz de aliar-se aos que contribuíram para o sacrifício de sua esposa pela Gestapo e o condenaram a viver encarcerado ou na clandestinidade por vários e vários anos. Tais fatos revelam seu idealismo político e nos leva a crer que em Prestes o tempo e o espaço se cruzam e ganham o nome de memória da coerência com os pontos de vista que ele e seu partido defenderam nos momentos mais turbulentos da história republicana brasileira.

²⁰⁹ Em 1982, Luís Carlos Prestes deixa o PCB e se aproxima do PDT de Leonel Brizola.

3.3. A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA INSURREIÇÃO COMUNISTA DE 1935

A Insurreição Comunista de 1935²¹⁰, fato subsequente à entrada dos tenentes de esquerda no PC, é outro monumento memorável na trajetória dos comunistas brasileiros. Ela faz parte da experiência de construção da frente única antifascista que no Brasil ganhou feições de “massa” com a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Mas a decretação da ilegalidade da ANL, entre outros fatores, restringiu a iniciativa do Levante Comunista de 1935 a uma ação da área militar do PC, com pouca participação civil. Essa empreitada uniu o revolucionarismo bolchevique da III Internacional com o revolucionarismo dos tenentes da Coluna Prestes. Adotando o lema “pão, terra e liberdade”, a Insurreição se pautava pelo programa democrático, antiimperialista e antilatifundiário da ANL, muito mais avançado do que as proposições tenentistas da década de 1920. Seu fracasso militar resultou na prisão de seus participantes e na de grande parte da direção do Partido Comunista. A perseguição do Estado Novo aos insurretos de 1935 terminou contribuindo para a mitificação de seus heróis. E Prestes, particularmente pelo sofrimento que passou em decorrência da deportação e morte de sua companheira Olga Benário, consumou sua condição de herói nacional, o que se confirmaria na votação consagradora que recebeu para o Senado, nas eleições de dezembro de 1945.

A Insurreição Comunista de 1935 enquanto elemento da memória disputada pelo PCdoB e o pelo PCB condensa em si outros eventos da memória do Partido Comunista e do povo brasileiro, como a constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a luta contra o nazifascismo. Acontecimento complexo, ele reúne em si a participação internacionalista da Internacional Comunista e a participação de remanescentes da Coluna Prestes e do movimento tenentista. A ANL significou a tentativa de Frente Única contra o nazifascismo, sob orientação do Partido Comunista. Possuindo um programa considerado avançado para a época pelos segmentos mais radicalizados da

²¹⁰ Ver a respeito HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986. e COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária de Rio Grande do Norte, 1995

sociedade, a ANL era também um contraponto à existência da Ação Integralista Brasileira (AIB), comandada por Plínio Salgado. Seu crescimento foi meteórico, alcançando rapidamente a cifra de 400 mil adeptos, conforme alegação de seu diretório nacional²¹¹. Entretanto, em pouco tempo foi posta na ilegalidade pelo Governo Vargas, que temia a sua consolidação como uma alternativa ao regime instituído pela Revolução de 1930.

A criação da Aliança Nacional Libertadora, nos meses iniciais de 1935, foi uma resposta articulada pelos comunistas brasileiros à fundação da Ação Integralista Brasileira, uma organização política militarizada e fundamentada nos ideais nazi-fascistas, criada em outubro de 1932, por iniciativa de Plínio Salgado. Por questões conjunturais da política brasileira, os comunistas brasileiros se anteciparam à política de frente única que iria ser adotada pelo movimento comunista internacional após o VII Congresso da Internacional Comunista. De sua composição “participam o PSB (Partido Socialista Brasileiro de 32-37), elementos do PL-RS, trotskistas, socialistas, democratas sem partido, setores cristãos e muitos tenentes”²¹², mas o prestígio de Carlos Prestes garantiu o predomínio dos comunistas na ANL, inclusive com a sua indicação para a presidência de honra da entidade. Vale salientar que Prestes havia ingressado no PC a menos de um ano e seu retorno ao Brasil aconteceu no próprio contexto de fundação da Aliança Nacional Libertadora, que quatro meses após é colocada na ilegalidade pelo Governo Vargas. João Amazonas, que integrou a ANL no Estado do Pará, testemunha o caráter antifascista da entidade e sua curta legalidade, no artigo intitulado *1935: assim se conta a história*: “a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que teve apenas alguns meses de atuação legal, nasceu do sentimento libertador e antifascista do povo brasileiro”²¹³.

Amazonas nesse artigo discordante das opiniões de William Waack²¹⁴ sustentou a informação de que a Insurreição de 1935 foi uma obra dos brasileiros, em que “teve realce a figura legendária de Prestes” e a

²¹¹ HILTON, Stanley. **Op. cit.**, p. 55.

²¹² JOFFILY, Bernardo. **Op. cit.**, p. 130.

²¹³ AMAZONAS, João. 1935: assim se conta a história. In: _____. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1999. p. 76.

²¹⁴ WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia de Letras, 1993

Internacional Comunista apenas “ajudo-o no que pôde”. Ele afirmou que Prestes

Em 1934, com o vigoroso crescimento da luta antifascista, sobretudo na Europa, julgou haver chegado o momento de regressar ao Brasil e pôr em prática um projeto revolucionário.

Acalentando esse ideal, pediu e conseguiu uma audiência com o secretário da IC, Manuilsky. Após longa exposição de que tinha todas as condições para fazer vitoriosa a revolução no Brasil, logrou convencê-lo. Seus argumentos e seu passado de lutas impressionaram favoravelmente. Como não contava com base de apoio organizado no Brasil – o Partido Comunista era pequeno e não lhe inspirava suficiente confiança – solicitou ajuda do movimento internacional para viajar e instalar-se no Rio de Janeiro. Reivindicou também uma assessoria política.²¹⁵

No interior do Partido Comunista ninguém nega a participação logística da III Internacional na preparação da Insurreição de 1935, entretanto, a legenda comunista brasileira assumiu completamente a responsabilidade sobre esse fato histórico, em que pese as acusações ao caráter militarista assumido pelo movimento, em decorrência da influência prestista nos quartéis. Vejamos a opinião de Moisés Vinhas a respeito da Aliança Nacional Libertadora:

Trata-se do primeiro grande movimento de massas no país onde o Partido Comunista terá influência decisiva. A ALN rapidamente se espalha pelo Brasil e a ela aderem personalidades, políticos, intelectuais e organizações classistas e civis. Recebe o apoio de inúmeros sindicatos, agremiações estudantis, da Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, do Movimento contra a Guerra e o Fascismo, etc. Ganha o apoio do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, e elege Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, como seu presidente de honra, sendo o efetivo o capitão Hercolino Cascardo. Muitos militares da ativa e da reserva se juntam ao movimento, representando aquela facção das correntes tenentistas que havia participado dos movimentos de 1922, 1924, da Coluna Prestes, de 1930 e rapidamente se desencantado com o movimento de 1930, que não tinha conseguido resolver nenhum dos graves problemas do país e cada vez menos cumpria as promessas de ir ao fundo no combate à oligarquia; ao contrário compunha-se com ela. O programa da ANL incluía, segundo o manifesto lançado pelo presidente de honra, em maio de 1935, os seguintes pontos: reforma

²¹⁵ AMAZONAS, João. Op cit, p. 76.

agrária radical, expropriação dos meios de comunicação e outros serviços públicos, nacionalização dos bancos, supressão da dívida externa, derrubada do governo e instalação de um governo democrático e popular.²¹⁶

A adesão de Prestes ao Partido Comunista havia significado a conjunção das aspirações revolucionárias do indivíduo heroicizado na legendária Coluna com os ideais da agremiação comunista. Por conseqüência, ela foi acompanhada de um plano insurrecional para o Brasil, com apoio logístico da Internacional Comunista. Ao chegar ao país com sua companheira Olga Benário, Prestes já contou de imediato com o trabalho clandestino do PC que era apoiado por quadros da IC como Harry Berger (Artur Ewert), dirigente do PC da Alemanha, Allan Barron, dos EUA e Rodolfo Ghioldi, secretário-geral do PC Argentino. John W. F. Dulles abre seu livro *O comunismo no Brasil* noticiando esse plano insurrecional:

Os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões a que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do Comintern (Terceira Internacional). Quando os levantes ocorreram efetivamente, no Rio de Janeiro e no Nordeste, em novembro de 1935, os participantes pintaram-nos como uma luta pela liberdade popular e as aspirações nacionalistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a frente popular que os comunistas brasileiros tinham estimulado e apoiado.²¹⁷

Não há divergências na historiografia sobre a participação da Internacional Comunista na elaboração do plano da Insurreição Comunista de 1935, nem que as conversações a respeito começaram em Moscou, onde Luís Carlos Prestes residia desde 1931. Da citação de Dulles se depreende que Moscou não foi sujeito histórico na trama do levante comunista de 1935, como chega a afirmar William Waack, em seu livro *Camaradas*. Foi somente o lugar onde se iniciaram as articulações que tinham Prestes como principal defensor da insurreição armada no Brasil.

²¹⁶ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 69-70.

²¹⁷ DULLES, John W. F. Op. cit, p. 13.

O Partido Comunista teve, “assim, um papel decisivo no êxito e no fracasso da ANL”²¹⁸. Através do prestígio de Prestes, influenciou sobremaneira sua criação e desenvolvimento espetacular, mas também sua precipitação levou à ilegalidade a entidade que se pretendia transformar em frente única contra o fascismo no Brasil:

Um manifesto de Prestes, divulgado no dia 5 de julho de 1935, comemorativo das revoltas de 22 e 24, logo após seu retorno da União Soviética, onde havia passado quatro anos, propõe a derrubada do governo e a instalação de um governo democrático e popular e será o pretexto utilizado por Getúlio Vargas para jogar na ilegalidade a ANL, baseado na Lei de Segurança Nacional em vigor desde março de 1935.²¹⁹

Fracassada a tentativa de constituição de um forte movimento de massas liderado pela Aliança Nacional Libertadora, restou ao Partido Comunista dirigir seu ressentimento contra o Governo Vargas e, conseqüentemente, deflagrar a Insurreição Armada, com base nos quartéis. Neste sentido, em 23 de novembro de 1935, aconteceu o levante comunista em Natal, em que os comunistas constituíram um Comitê Popular Revolucionário e por três dias assumiram o poder, sob a liderança do cabo Giocondo Dias e do sapateiro José Praxedes. No dia 24 aconteceu o levante comunista do Recife, liderado pelo sargento Gregório Bezerra e dia 27 foi a vez do Rio de Janeiro se rebelar. Tal movimento insurrecional teve sua participação quase sempre limitada aos levantes de quartéis, com insuficiente participação civil, o que contribuiu decisivamente para o seu fracasso e o aprisionamento dos insurretos. Logo em seguida, uma grande repressão acometeu os comunistas, com a prisão e condenação de seus principais dirigentes, entre os quais Luís Carlos Prestes. Os representantes da Internacional Comunista foram presos e barbaramente torturados, a exemplo de Artur Ewert, que enlouqueceu e de Olga Benário, que foi entregue a Gestapo alemã e assassinada em seus campos de concentração nazista.

²¹⁸ VINHAS, Moisés, Op. cit., p. 70.

²¹⁹ Ibidem, p. 71.

A Insurreição Comunista de 1935 e as atividades da Aliança Nacional Libertadora são fatos que compõem a memória política dos comunistas brasileiros, na década de 1930, e marcam a história brasileira naquele período em que Getúlio Vargas governou o país. Sua interpretação dividiu opiniões e jogou papel na formação de campos políticos opostos, na política nacional: a esquerda comunista e a direita integralista. Getúlio Vargas jogou habilmente com essa polarização para constituir um centro de poder que, num primeiro momento pendeu para a direita, conforme a simpatia que nutriu pelos regimes políticos da Itália e da Alemanha. Mas, depois do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial acenou para a esquerda com o processo de anistia política, a legalização do Partido Comunista e o apelo popular do movimento queremista.

Na produção destes fatos memoriais há o entrecruzamento das representações internacionalista e nacional: o partido comunista e seu imaginário internacionalista proletário e o nacionalismo do movimento tenentista e da Coluna Prestes. A memória tinha assim lugar na dimensão universal do “proletariado” que lutava por sua libertação e independência enquanto classe social sem fronteiras nacionais e na necessidade da Nação que desejava se afirmar diante das práticas sociais e políticas regionais e locais. Naquela época este sentimento nacional era ainda meramente urbano, não tinha ainda comovido o que se denominava de campesinato, que na visão do Partido Comunista se ressentia das “práticas feudais residuais”. As camadas médias urbanas da sociedade brasileira, desde a Proclamação da República tinham nos militares sua fração mais resoluta. O jacobinismo militar que teve seus tempos áureos na experiência florianista não teve capacidade de ir além do Governo de Hermes da Fonseca, sucedido por diversos governos civis representativos das oligarquias estaduais, em especial de Minas Gerais e São Paulo. A Revolução de 1930 rompeu com essa experiência oligárquica regional e construiu um modelo de Estado Nacional centralizado e autoritário, com concessões trabalhistas ao proletariado urbano, porém incapaz de incorporar os valores “internacionalistas” que o socialismo representava após vitória da Revolução de Outubro na URSS. Os comunistas brasileiros não tinham ainda acumulado experiência na constituição de alianças com setores

da burguesia nacional, de modo que não lhes era seguro constituir uma frente política com os revolucionários de 1930. A experiência da Aliança Nacional Libertadora foi a amplitude possível para o jovem Partido Comunista brasileiro e nisso demonstrara capacidade política para polarizar os segmentos mais radicalizados da Coluna Prestes e do tenentismo brasileiro, que podemos considerar herdeiros políticos tardios do jacobinismo militar inaugurado por Floriano Peixoto, durante o processo de consolidação da vida republicana brasileira. Neste sentido, reafirmamos que a experiência da ANL e da Insurreição de 1935 constitui um importante fato da memória comunista brasileira pela capacidade de ter unido os ideais “internacionalistas” às aspirações nacionalistas do povo brasileiro, representado pelos remanescentes radicalizados do tenentismo e da Coluna Prestes.

E se examinarmos a forma e o conteúdo da apropriação dessa memória pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) constataremos que estes partidos se apropriaram dessa herança memorialista quase sem restrições, se esquecermos os discursos autocríticos que são uma prática comum e laudatória dos comunistas quando examinam o seu passado.

Para examinar a posição do PCB a respeito da memória da ANL e da Insurreição de 1935 nos socorremos das opiniões de Luís Carlos Prestes e de Moisés Vinhas que foi dirigente do PCB até sua extinção em 1992. Segundo Vinhas, em novembro de 1946, na tribuna do Senado Federal, Prestes afirmou

justificando 1935, que “era dever nosso... empunhar verdadeiras armas, e de armas na mão continuar lutando contra a fascistização do Brasil”. E no Informe Político do IV Congresso do PCB, realizado em 1954, afirma-se que nosso erro naquela época não foi o de empunhar armas contra o fascismo, mas o de não estarmos organicamente à altura dos acontecimentos.²²⁰

Quando Vinhas relata que a ANL foi o “primeiro grande movimento de massas no país onde o Partido Comunista [teve] uma influência decisiva” e

²²⁰ Ibidem, p. 72.

menciona os participantes desse movimento e suas propostas programáticas, ele, na qualidade de dirigente do PCB está demonstrando uma simpatia que foi comum aos comunistas quando se reportam à memória de 1935. Porém quando ele afirma que o programa da ANL era “esquerdista e sectário”²²¹, numa obra publicada em 1982 e que tem como recorte temporal o período de 1922-1974, fica obvio que o seu olhar se confunde com o olhar de militante do PCB, um partido que havia minimizado suas convicções revolucionárias e desde a *Declaração de Março de 1958* se conduzia no rumo da valorização da luta institucional, nem mesmo alterada no momento crucial da Ditadura Militar em que a quase unanimidade da esquerda empregara alguma forma de violência revolucionária. Tal acusação, que certamente era partilhada pelo próprio PCB, comete anacronismo, pois não leva em consideração aquele momento histórico, em que a ANL teria necessariamente de possuir um programa radical se quisesse concorrer, pela esquerda, com as proposições apresentadas pela Aliança Liberal e o Governo Vargas.

Mais adiante Vinhas considera que “a junção entre tenentistas e comunistas terá efeitos contraditórios e permanentes” e que “a adesão de Prestes e do tenentismo mais radical ao PCB traz para o partido o peso da influência pequeno-burguesa e golpista”. Este entendimento vende a opinião de que o Partido Comunista era um ente perfeito, harmônico, proletário e que foi adulterado pelo ingresso de Prestes e dos integrantes do movimento tenentista. É uma visão canhestra, pois não considera que Prestes e os demais militantes tenentistas eram o próprio partido, em suas condições concretas de existência na década de 1930. Portanto, o PCB, mesmo tendo tido entre os seus integrantes nomes advindos da experiência tenentista como Luis Carlos Prestes, Giocondo Dias e Gregório Bezerra, entre outros, ao se apropriar da memória dos fatos de 1935 o faz de forma seletiva ao valorizar o aspecto democrático da frente antifascista (ALN) em detrimento da experiência insurrecional, classificada como golpista e militarista.

Para examinarmos o tratamento que o PCdoB deu à memória política produzida durante a experiência da ANL e da Insurreição Comunista de 1935 nos debruçaremos sobre o esboço de história do PCdoB denominado

²²¹ Ibidem, p. 70.

Cinqüenta anos de luta, produzido em 1972 por João Amazonas e Mauricio Grabois e no artigo *1935: assim se conta a história* de João Amazonas. Para justificar o surgimento da ANL o primeiro texto faz a vinculação entre o descontentamento popular com os rumos tomados pela Revolução de 1930 e com o surgimento da Ação Integralista Brasileira que, “inspirada no hitlerismo, tenta implantar o fascismo no país, apoiada em círculos do governo”:

Ajudado pela orientação da Internacional Comunista, que propugna uma política de frente única contra o fascismo, o Partido dá um grande passo adiante. Analisa, relativamente bem, a situação criada no Brasil e rompe, em boa parte, com o sectarismo. Volta-se para as massas e para as questões mais candentes do momento. Dirige importantes greves e mobiliza massas contra o fascismo e o imperialismo. Nesse sentido, em 1935, organiza a Aliança Nacional Libertadora que agrupa extensos setores populares e numerosos militantes, tanto civis como militares, particularmente do movimento de 30.

A Aliança Nacional Libertadora abre nova perspectiva ao povo brasileiro. Apresenta um programa de reivindicações nacionais e democráticas que vai ao encontro das aspirações de vastas massas. Prega a instauração de um governo popular nacional revolucionário para resolver problemas básicos do país. Desfralda a bandeira da revolução libertadora sob o lema PÃO, TERRA E LIBERDADE! Rapidamente, conquista largo apoio da população. Com a ANL surge um novo ascenso do movimento popular.

Impulsionando a frente única, o Partido se projeta nacionalmente. Aparece para grandes camadas do povo como uma organização revolucionária que luta por um poder efetivamente popular. Embora na clandestinidade, atua intensamente no cenário político, se estrutura em todos os Estados e seus efetivos crescem com rapidez. Sua orientação está em consonância com a real situação do país.

Poucos meses depois de fundada, a ANL é posta na ilegalidade. As forças reacionárias se assustam com seus grandes êxitos e tratam de obstaculizar seu avanço. Iniciam a perseguição a comunistas e aliancistas. Diante disso, o Partido orienta seu trabalho para a insurreição armada sob a bandeira da ANL.²²²

A visão que os dirigentes do PCdoB tem a respeito da criação e desenvolvimento da ANL, bem como de seu programa não se contaminou pelos senões negativistas expressados pelo dirigente do PCB, Moisés Vinhas. Amazonas e Grabois não criticaram a presença dos egressos da Coluna Prestes e do movimento tenentista na ANL como fez Vinhas. Pelo contrário, viram positivamente o fato dessa entidade antifascista ter arregimentado em

²²² AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 151.

suas fileiras tanto civis quanto militares. Diferentemente do dirigente do PCB, os dirigentes do PCdoB não enxergaram “esquerdismo” e “sectarismo” no programa da Aliança Nacional Libertadora e admitem que “as reivindicações nacionais e democráticas” vão “ao encontro das aspirações de vastas massas”. Também é de se ressaltar que os autores de *Cinqüenta anos de luta* são entusiastas do caráter revolucionário da ANL e grifam em caixa alta o lema “PÃO, TERRA E LIBERDADE!”²²³, o que não acontece com o autor de “O Partidão”.

Quanto ao relato sobre a deflagração da Insurreição em Natal, Recife e Rio de Janeiro há divergências entre as versões do dirigente do PCB (Moisés Vinhas) e os dirigentes do PCdoB (Amazonas e Grabois).²²⁴ As diferenças nas avaliações feitas pelos dirigentes dos dois partidos comunistas brasileiros se materializam na visão sobre a derrota da Insurreição de 1935: Vinhas afirmou que “não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 1935”²²⁵, enquanto João Amazonas e Maurício Grabois sustentam que a ANL “contava com enorme simpatia popular mas sua organização era ainda débil nas cidades e não chegou a atuar no campo”²²⁶. O integrante do PCB acusa a ala militar da ANL pelo fracasso dos levantes de 1935: “provavelmente, o levante tem mais a ver com o golpismo tenentista do que com os comunistas”²²⁷, diferentemente dos autores vinculados ao PCdoB que criticam apenas o fato da ANL ter cuidado “quase exclusivamente dos levantes de quartel”²²⁸. A posição do PCB de desqualificar o papel do militares na Insurreição de 1935 certamente tem a ver com sua adesão à tese do caminho pacífico da revolução brasileira, o que dispensa ou minimiza a participação militar em suas fileiras.

Portanto, estas diferenças nos relatos produzidos pelos integrantes do PCB e do PCdoB apontam para as particularidades da disputa pela memória em relação aos fatos que constituem a experiência da ANL e da própria Insurreição de 1935. As fontes empregadas para fundamentar esta

²²³ Ibidem, p. 151.

²²⁴ Cf. AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152 e VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 71. AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152.

²²⁵ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 72.

²²⁶ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152.

²²⁷ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 72.

²²⁸ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Op. cit., p. 152

discussão (os textos *O Partidão* de Moisés Vinhas, *Cinqüenta anos de luta* de Grabois e Amazonas e *1935; assim se conta a história* deste último) foram todas produzidas em data posterior à cisão do Partido Comunista de 1922, de modo que se percebe facilmente que os intérpretes do PCB, em decorrência de sua adesão à tese do caminho pacífico da revolução brasileira, valorizam a memória dos fatos não propriamente militares e insurrecionais, como por exemplo o caráter democrático e de massa da Aliança Nacional Libertadora nos seus primeiros momentos. Diferentemente, os interpretes associados ao PCdoB olham de forma positiva para experiência insurrecional e destaca o papel revolucionário da ANL, naquele momento histórico da vida brasileira, conforme se depreende da seguinte opinião:

a Insurreição de 1935 constitui fato memorável da luta do povo brasileiro por sua emancipação . Pela primeira vez no país tentou-se instaurar, por meio da luta armada, um poder popular, único capaz de pôr fim à espoliação estrangeira e ao domínio do latifúndio, de assegurar terra aos camponeses, liberdade e bem-estar ao povo e o verdadeiro progresso da nação.²²⁹

Esta citação demonstra bem a importância dada à luta armada pelo PCdoB após a cisão de 1962, mas também revela a particularidade de o texto *Cinqüenta anos de luta* ter sido escrito em 1972, ou seja, num momento em que a militância do Partido Comunista do Brasil desenvolvia a experiência da Guerrilha do Araguaia.

3.4. A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA

Entre os eventos interna corporis que marcaram a memória coletiva do Partido Comunista dois deles se destacaram: a Conferência da Mantiqueira (1943) e o IV Congresso do Partido (1954). A primeira, pela contribuição que deu à reorganização partidária num momento em que os comunistas haviam

²²⁹ Ibidem, p. 152.

se dispersado em decorrência da perseguição implacável que sofriam do Estado Novo. Esse evento partidário combinou proposições organizativas com orientações táticas e estratégicas que possibilitaram a adoção de uma política mais ajustada à situação nacional e internacional. No aspecto organizativo, a Conferência de 1943 elegeu uma nova direção nacional, em que Prestes mesmo preso foi alçado à condição de Secretário-Geral – o cargo mais importante na estrutura leninista do Partido Comunista – e reestruturou os comitês estaduais. No tocante às questões táticas e estratégicas, a Conferência da Mantiqueira aprovou a realização de uma campanha em favor do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (EUA, URSS e Inglaterra), bem como a proposta de “política de união nacional” em torno de Vargas e contra o nazifascismo.

Esse novo posicionamento dos comunistas brasileiros rendeu-lhes dividendos políticos importantes, pois significou a saída de seu isolamento político e o estabelecimento de uma nova relação com a sociedade brasileira por intermédio da frente única antifascista. A vitória da Guerra pelos Aliados criou um ambiente favorável à democracia dentro e fora do Brasil, o que levou ao fim o Estado Novo e a Ditadura Vargas, que em seus estertores legalizou o PC e convocou eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional.

Cabe lembrar que a repressão política do Estado Novo havia encarcerado os militantes comunistas e da Aliança Nacional Libertadora após o fracasso da Insurreição de 1935, levando à dispersão as organizações partidárias. Nestas condições o Partido Comunista deixou de possuir uma direção central no país. Somente a partir de 1941, o PC começou a se rearticular nacionalmente, quando seus dirigentes estaduais criaram a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)²³⁰. O trabalho desta comissão partidária resultou na convocação e realização de uma Conferência Nacional que ficaria conhecida como *Conferência da Mantiqueira*, realizada clandestinamente na Serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, em agosto 1943. O maior feito desse conclave comunista foi ter contribuído para a reestruturação nacional do Partido, mediante a eleição de um novo Comitê

²³⁰ Ver CARONE, Edgar. Op. cit., p. 227-232.

Central e a elaboração de uma tática política adequada à situação nacional e internacional, cujo conteúdo poder ser resumido na defesa de uma política de união nacional em torno de Vargas contra o nazifascismo²³¹.

Os momentos anteriores à realização da Conferência da Mantiqueira foram de desconfiança entre os grupos comunistas da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro²³². Os comunistas de São Paulo não aceitavam a liderança de Prestes e, conseqüentemente, se isolaram no processo de organização partidária. Os baianos, tendo Diógenes Arruda Câmara à frente, se aproximaram dos comunistas do Rio de Janeiro, liderados por Amarílio Vasconcelos e Maurício Grabois que, segundo José Antonio Segatto²³³, gozavam da confiança e representavam o pensamento de Luís Carlos Prestes, no interior da agremiação comunista. Com o aval do Cavaleiro da Esperança, a CNOP pôde prosseguir com êxito a retomada da organização do Partido, na fase final do Estado Novo. Na CNOP além de Amarílio Vasconcelos, logo se destacaram nomes como os de Maurício Grabois, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas e Pedro Pomar, que ao lado do trabalho de organização partidária tomavam medidas para reanimar o movimento social, como a participação na eleição da UNE e “a ressurreição da antiga Liga da Defesa Nacional”²³⁴.

Este evento partidário inegavelmente contribuiu decisivamente para a vida do Partido Comunista nos anos seguintes, pois a linha política adotada teve como resultado imediato a conquista da legalidade e o direito de participar ativamente das eleições de 1945. Entretanto, nas deliberações da Conferência da Mantiqueira encontramos elementos que seriam valorizados distintamente pelo PCB e pelo PCdoB, após a cisão de 1962. O PCB valorizaria a política de união nacional em torno de Vargas, simbolizada pelo gesto democrático de Prestes em se unir ao líder da Revolução de 1930, apesar de ter sido vítima implacável do Estado Novo, que entregou sua mulher Olga Benário à Gestapo,

²³¹ Cf. com informações do primeiro capítulo, p. xx.

²³² CHILCOTE, Ronald H. Op. cit., p. 89.

²³³ SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 54.

²³⁴ DULLES, John W. F. Op. cit., p. 247-248.

sem sequer respeitar sua gravidez²³⁵. Já o PCdoB, embora explicitamente reconheça a importância programática desse conclave, tem em alta conta a Conferência de 1943 em razão dela ter promovido para a direção do PC boa parte dos quadros partidários que o acompanharia na cisão de 1962.

Leôncio Rodrigues Martins, depois de destacar a eleição de Prestes para o cargo de secretário-geral do Partido Comunista, apesar de sua condição de preso político na ditadura Vargas, constatou a ascensão política de uma nova geração de dirigentes comunistas a partir da Conferência da Mantiqueira:

A Conferência da Mantiqueira consistiu um marco na vida do movimento comunista no Brasil não só porque significou um passo importante na reorganização do PCB, acéfalo depois das prisões de 1940, como também porque assinalou a formação de uma nova equipe dirigente. Mais precisamente, a Conferência da Mantiqueira marcou o começo da ascensão de Diógenes Arruda Câmara como segundo homem do PCB, seguido de João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabois, Carlos Marighella e Pedro Ventura Pomar.²³⁶

Observando a relação de dirigentes partidários promovidos pela Conferência da Mantiqueira podemos asseverar que, para o PCdoB, este evento partidário é muito mais vivo em sua memória do que o ato de fundação em 1922 e a Insurreição de 1935. Isto se deve ao fato do seu rival PCB, após a cisão de 1962, ter conseguido manter em seus quadros nomes históricos como os de Astrojildo Pereira (principal responsável pela fundação do Partido Comunista em 1922), Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Agildo Barata e Giocondo Dias, entre outros dirigentes e participantes da Insurreição de 1935. Diferentemente, o PCdoB não conseguiu atrair para seus quadros nenhuma personalidade política de 1922 e apenas João Amazonas teve participação na Aliança Nacional Libertadora, porém, no Estado do Pará, onde não aconteceram levantes comunistas em 1935. Entretanto, quando se trata de passar em revista os nomes que organizaram a Conferência da Mantiqueira e

²³⁵ KONDER, Leandro. Op. cit., p. 51. Nesta obra o autor elogia o comportamento democrático do Partido Comunista em sua trajetória política, com destaque para o período da redemocratização do país após a Segunda Guerra.

²³⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In.: BORIS, Fausto (Dir.). Op. cit., p. 405.

compuseram a direção partidária dela decorrente, se constata que, afora Luís Carlos Prestes, os que mais se destacaram acompanharam o PCdoB na cisão de fevereiro de 1962, a exemplo de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara. Neste sentido, a memória do PCdoB está muito mais vinculada ao processo de construção partidária iniciado em 1943, com a Conferência da Mantiqueira, do que aos fatos históricos representados pelo ato de fundação do PC e pela Insurreição de 1935, sem que isto tenha significado qualquer menosprezo do PCdoB por estes importantes eventos da memória comunista nacional²³⁷.

Vale salientar, entretanto, que a ascensão dos novos dirigentes comunistas não foi aceita unanimemente por toda militância comunista. Resistências aconteceram em São Paulo e na Bahia, conforme se depreende do relato John W. F. Dulles²³⁸. Giocondo Dias e Caio Prado Júnior foram alguns desses militantes comunistas que não se acharam completamente satisfeitos com os novos rumos adotados pela CNOP e a Conferência da Mantiqueira.

3.5. A DISPUTA PELA MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA DO PARTIDO COMUNISTA

Com a conquista da legalidade em 1945, o Partido Comunista passou a viver uma fase de entusiasmo em que muito se multiplicaram sua militância, seus organismos de base, seus órgãos de divulgação e imprensa, bem como se potencializou a liderança popular de Luís Carlos Prestes. O resultado disso foi seu desempenho eleitoral, nas eleições daquele ano, com a

²³⁷ Essa valorização da Conferência da Mantiqueira pelos dirigentes do PCdoB é constatada por Leôncio Martins Rodrigues quando na nota de rodapé 123 do artigo *O PCB: os dirigentes e a organização*. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e política (1939-1964)**. São Paulo: Difel, 1983, t. 3, v. 3, ele afirma “João Amazonas, que procura realçar a importância da Conferência da Mantiqueira no reerguimento do partido, afirma que logo depois da conferência o PCB já teria mais de cinco mil membros, além de estar organizado nacionalmente. Prestes, ao sair da prisão, teria encontrado um partido com “uns dez mil membros”. João Amazonas entrevista ao *Pasquim*.”

²³⁸ DULLES, John W. F. Op. cit., p. 250-254.

obtenção de 9,7% dos votos para a candidatura presidencial de Lúcio Collor e a eleição de Prestes para o Senado Federal e de 14 deputados federais, o que qualitativamente significou a ocupação de espaço na esfera institucional – o parlamento brasileiro²³⁹. Esta participação eleitoral e seu resultado constituem o mais elevado fato da memória histórica democrática do PC brasileiro, pois firmou a convicção (não só entre suas fileiras) de que os comunistas teriam plena possibilidade de disputar a hegemonia da sociedade brasileira, se fosse permitida sua participação regular no jogo político nacional. Ao que parece seus próprios adversários também comungavam de tal hipótese, pois nunca lhes deram trégua e sempre usaram sua influência e poder no sentido de impedir a legalidade da legenda marxista-leninista brasileira.

Se o ingresso de Carlos Prestes no Partido Comunista, na década de 1930, pode ser considerado o fato político mais representativo da interseção entre as idéias internacionalistas do “comunismo científico” e a história nacional, a participação eleitoral e democrática dos comunistas brasileiros, no período de 1945/47, se constituiu no acontecimento que daria caráter nacional pleno à agremiação comunista brasileira. Embora os comunistas tenham se caracterizado pela sua organização nacional, haja vista sua presença organizada na maioria dos Estados brasileiros e a sua defesa de uma revolução nacional no Brasil, foi no processo eleitoral dos anos de 1945-1947 que o PC assumiu amplas características nacionais, através da adoção de plataformas eleitorais vinculadas às aspirações populares pelas suas candidaturas e da constituição de comitês eleitorais nas principais cidades brasileiras.

A conquista da legalidade pelo Partido Comunista em 1945 fez parte do processo de redemocratização do Brasil após a Segunda Guerra Mundial, em que o quadro político-partidário brasileiro passou a contar também com partidos ditos nacionais como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Popular (PSP), entre outras agremiações menores. Lucilia de Almeida

²³⁹ Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **Op. cit.**, p. 135-136 e RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In.: BORIS, Fausto (Dir.). **Op. cit.**, p. 406.

Neves Delgado assim caracterizou a participação do Partido Comunista no novo sistema partidário surgido em 1945:

o Partido Comunista apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo, apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial²⁴⁰.

Estas características da agremiação comunista brasileira tencionariam sua atuação política nos anos seguintes e diferenciariam as atitudes do PCB e do PCdoB na luta pela apropriação da memória política do Partido de 1922.

Os integrantes do PCB passaram a valorizar demasiadamente a experiência democrática de 1945-47, em que o PC adotou a linha de defesa da união nacional, bem expressa nos discursos conciliadores de Luís Carlos Prestes, durante a campanha para eleição dos constituintes de 1946²⁴¹. Diferentemente, os comunistas do PCdoB criticam a ilusão democrática que tomou conta do Partido, fazendo-o se descuidar das formas de lutas extra-legais. Neste sentido, os comunistas do PCB passaram a absolutizar as formas legais de luta, tomando-as como modelo de atuação, ao contrário do PCdoB que viu com desconfiança as ilusões democráticas e o abandono das formas de lutas extra-parlamentares.

Pelo exame da historiografia a respeito do Partido Comunista se constata que a experiência democrática dos comunistas no período de 1945/1947 deixou marcas profundas em parte de sua militância, que apostava na via pacífica da revolução brasileira. Mas depois da decretação da ilegalidade do PC, o ressentimento tomou conta do conjunto de seus militantes fazendo ressurgir suas concepções “revolucionárias”. Depois desse período

²⁴⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 135.

²⁴¹ Queira ver os discursos de Prestes: no Estádio São Januário (Rio de Janeiro, 1945) e no Parque 13 de Maio (Recife, 26 de novembro de 1945). In: VINHAS, Moisés. Op. cit., Anexos do Cap. 3, p. 97-120.

áureo de participação democrática, o Partido Comunista passou a viver os problemas decorrentes de sua ilegalidade que se refletiram na desilusão com as alternativas democráticas e numa guinada à esquerda que se revelaria nos Manifestos de 1948 e 1950 e no Programa de 1954.

3.6. A DISPUTA PELA MEMÓRIA DO IV CONGRESSO E SEU PROGRAMA DE 1954

Depois da Conferência da Mantiqueira, o outro evento interno que marcou a memória histórica do Partido Comunista foi seu IV Congresso, ocorrido em novembro de 1954, ou seja, 25 anos depois do congresso anterior. Os congressos comunistas sempre se revestiram de grande valor simbólico, pois além de serem um momento elevado da “democracia partidária”, terminam expressando o grau de liberdade e democracia políticas vivido pelo país. Neste sentido, os 25 anos sem realização do maior conclave do Partido Comunista foram um termômetro do nível de perseguição e clandestinidade a que foram submetidos seus integrantes entre as décadas de 1930 e 1940, com exceção do breve interregno de sua legalidade entre 1945 e 1947. Além destes motivos, o IV Congresso ainda se destacou na memória dos comunistas brasileiros por ter ocorrido após o suicídio do Presidente Vargas e num momento de crise política do país, bem como em virtude da elaboração de seu primeiro programa, o denominado *Programa de 1954*. A importância desse evento partidário é realçada por KOVAL (1982) quando, ao tecer comentários sobre a crise política brasileira – elevada às alturas depois daquele fatídico dia 24 de agosto de 1954 –, considerou que

Na história do movimento comunista também ocorreu um importante acontecimento – o IV Congresso do PCB (novembro de 1954) que aprovou o primeiro programa do Partido e elaborou nova orientação tática e estratégica.²⁴²

²⁴² KOVAL, Boris. Op. cit., p. 398.

Portanto, as circunstâncias em que ocorreu o IV Congresso – os 25 anos que o separam do III Congresso, a crise política decorrente do suicídio de Getúlio e a edição do primeiro programa partidário após 32 anos de existência da legenda comunista – fizeram desse conclave comunista um fato privilegiado na memória histórica dos comunistas brasileiros.

Realizado entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954, o IV Congresso do Partido Comunista constitui o sexto elemento da memória disputada pelo PCB e o PCdoB após a cisão de 1956/1962. Realizado na clandestinidade após 25 anos do acontecimento do III Congresso, aquele conclave comunista emocionou seus delegados, confirmou a liderança partidária de Luís Carlos Prestes, aprovou o primeiro programa político, em seus 32 anos de existência e elegeu sua nova direção partidária. Os delegados do congresso discutiram a seguinte ordem-do-dia:

1 – Informe de balanço do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – informante: o secretário geral do P.C.B., camarada Luís Carlos Prestes; 2 – Sobre o Programa do P.C.B. – informante: o secretário do C.C., camarada Diógenes Arruda; 3 – Modificações dos Estatutos do P.C.B. – informante: o secretário do C.C., camarada João Amazonas; 4 – Eleição dos órgãos centrais do Partido.²⁴³

Os informes acima referidos foram aprovados por unanimidade e o Programa e os Estatutos do Partido foram aprovados por aclamação. Embora o Programa de 1954 represente uma ruptura com a concepção “esquerdista” do Manifesto de Agosto de 1950, o IV Congresso do Partido Comunista recuperou desse documento a idéia de criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, considerando-a “uma tarefa urgente e inadiável”. Entretanto, essa proposição não chegou a ser realizada, conforme constatação de Ronald H. Chilcote: “Na prática, porém, o partido nunca implementou efetivamente esta política e falhou na criação da organização revolucionária que chamava de ‘Frente Democrática de Libertação Nacional’”²⁴⁴.

²⁴³ REPORTAGEM SOBRE O IV CONGRESSO DO PCB. In: VINHAS, Moisés. Op. cit., Anexos Cap. 4, p. 160.

²⁴⁴ CHILCOTE, Ronald H. Op. cit., p. 107.

O Programa de 1954 foi avaliado de três formas diferentes quando comparado com o Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958. Chilcote, representando um segmento historiográfico que estuda a história do PC brasileiro, considera que o Partido Comunista deu uma guinada à direita ao adotá-lo:

A política do PCB dera uma guinada à direita: de uma postura militante, em 1950, a uma estratégia de reformas graduais quatro anos mais tarde, e isto ficava evidente em diversas comparações. Em primeiro lugar, enquanto em 1950 o partido exigia o confisco indiscriminado de todas as 'grandes' propriedades rurais, em 1954 insistia apenas na redistribuição da propriedade latifundiária, excluindo a propriedade daqueles que apoiavam a frente pela libertação nacional. Além disso a burguesia nacional – ignorada em 1950 – merecia um papel importante na formação da frente antiimperialista em 1954. O programa de 1954 refletia o abandono das exigências revolucionárias, uma tendência particularmente efetiva a partir de 1952 quando os líderes operários do PCB começaram a colaborar com os sindicatos oficialmente estabelecidos. Finalmente, em 1954, o PCB adotou a velha linha de preparar-se para a participação eleitoral e foi até o ponto de tentar registro legal no Tribunal Superior Eleitoral.²⁴⁵

Nesta avaliação, Chilcote tomou como base comparativa as posições políticas que o PC brasileiro havia adotado anteriormente nos manifestos de 1948 e 1950, quando ainda se encontrava ressabiado com as decisões governamentais brasileiras que resultaram no cancelamento de seu registro eleitoral e na cassação de sua representação parlamentar. Para sustentar sua argumentação, o brasilianista norte-americano levou em conta elementos como: a proposição de uma reforma agrária diferenciada em relação aos setores, à época, denominados de latifundiários e aos setores médios do campesinato, a aceitação da burguesia nacional no leque de alianças da frente antiimperialista, a participação dos comunistas nos sindicatos oficiais e a disposição do Partido de lutar por sua legalidade e, conseqüentemente, admitir sua participação nos pleitos eleitorais.

A segunda avaliação foi feita pelos setores vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, imbuídos do espírito “reformista” decorrente

²⁴⁵ Ibidem, p. 114.

do XX Congresso do PCUS e da decorrente Declaração de Março de 1958, consideraram “esquerdistas” o conteúdo do Programa comunista de 1954. No artigo *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*, Luís Carlos Prestes realizou a crítica e autocrítica da política adotada pelo Partido Comunista no período anterior à *Declaração de Março de 1958*, classificando-a de “profundamente sectária” e de adotar uma “concepção da revolução a curto prazo”²⁴⁶.

A terceira avaliação do Programa de 1954 foi realizada pelos setores vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que adotaram posição elogiosa a seu respeito por entender que tal carta programática buscava “um caminho acertado”²⁴⁷, sem o “esquerdismo” da Declaração de Agosto de 1950, que levou o partido a tratar “a burguesia em bloco como força inimiga”²⁴⁸ e a cair em posições “sectárias” como a abstenção em “participar das eleições presidenciais de 1950”²⁴⁹, nem o direitismo da Declaração de Março de 1958, “que defende abertamente a solução reformista” e “preconiza o caminho pacífico e a colaboração com a burguesia”²⁵⁰. No entendimento de João Amazonas e Maurício Grabois, dois dos principais quadros políticos do PCdoB,

a aprovação desse documento, correto em seus elementos essenciais, constitui grande êxito [partidário] e já revela certo domínio do marxismo-leninismo e da realidade nacional. Arma o Partido e as massas para levar a cabo a revolução. O Programa faz uma análise justa da situação do Brasil, demonstra ser indispensável a revolução, define acertadamente o caráter dessa revolução e indica o imperialismo norte-americano como principal inimigo do povo brasileiro. Destaca a necessidade da criação de ampla frente única que inclua a burguesia nacional.²⁵¹

Na disputa pela memória dos eventos produzidos pelo Partido Comunista de 1922, o PCB abandonou a linha política do Programa de 1954, diferentemente do PCdoB que dela se apropriou na Conferência de “reorganização” de fevereiro 1962, retomando conseqüentemente seu

²⁴⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Op. cit., p. 30-31.

²⁴⁷ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. **Op. cit.**, p. 159

²⁴⁸ Ibidem, p. 158.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Ibidem, p. 162.

²⁵¹ Ibidem, p. 159.

conteúdo programático quando elaborou o Manifesto-Programa que deu nova vida partidária ao PC do Brasil²⁵².

Esse conjunto de acontecimentos que constitui a memória coletiva do Partido Comunista ocorreu antes da realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, que foi a causa de uma verdadeira diáspora no movimento comunista internacional, conforme visto no capítulo II. Naquele congresso o PCUS rompeu com o “stalinismo” e adotou mudanças substantivas em suas posições doutrinárias, que consistiram numa contundente revisão das teses marxistas-leninistas. As decisões tiradas naquela magna reunião dos comunistas soviéticos suscitaram dissensões internas nos partidos comunistas de todo o mundo. No Brasil, quando a maioria da direção do Partido Comunista resolveu adotar proposições similares às chamadas teses revisionistas²⁵³ aprovadas naquele Congresso do PCUS, cujo conteúdo atenuava a luta de classes e, conseqüentemente, deslocava o Partido para posições mais conciliatórias como a defesa do caminho pacífico para a revolução democrática e antiimperialista, abriu-se um processo de cisão partidária e de disputa pela memória do velho Partido Comunista de 1922, cujo espólio foi disputado diferentemente pelo PCB e PCdoB, conforme ficou demonstrado ao longo deste trabalho historiográfico.

²⁵² No índice da coletânea de documentos intitulada de **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000, organizada pela Editora Anita Garibaldi, pertencente ao PCdoB, se afirma que o Manifesto-Programa de 1962 “retoma e desenvolve as posições revolucionárias do Programa de 1954”.

²⁵³ Ver o verbete *revisionismo* In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). Op. cit., p. 323-324.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tinha um desafio: estudar a disputa pela memória do Partido Comunista após a cisão PCB-PCdoB. Para realizá-lo, tomamos como recorte temporal o período de 1922 a 1962, que nos permitiu tratar o tema sob um recorte temático-espacial que iria da origem do Partido (1922) até o momento da cisão que bifurcaria o PC brasileiro em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), trabalhando tais idéias em três capítulos.

Nessa linha de entendimento, no primeiro capítulo abordamos a produção da memória partidária no período que antecedeu o processo da cisão PCB-PCdoB, ou seja, desde 1922 até 1956. Nessa etapa da vida partidária ocorreram os mais caros acontecimentos da memória comunista brasileira: a fundação do Partido em 1922; o ingresso de Luís Carlos Prestes em suas fileiras no início da década de 1930; a formação da Aliança Nacional Libertadora e a deflagração da Insurreição Comunista em 1935; a realização da Conferência da Mantiqueira em 1943 e a participação democrática dos comunistas nas eleições de 1945 e 1947; e a realização do IV Congresso do Partido Comunista e a elaboração do Programa de 1954.

Ao abordar o tema nesse lapso temporal nos aproximamos das vicissitudes e dos desafios vividos pelos comunistas quando decidiram fundar e propagar um partido nacional que tinha como objetivo construir o socialismo num país pouco industrializado, onde predominava a existência de partidos locais e regionais. As dificuldades para os comunistas foram grandes, mitigadas apenas pela conjuntura internacional em que o comunismo vivia um momento de ascensão decorrente da vitória da Revolução de Outubro, na Rússia Czarista.

A fundação do PC foi cheia de simbolismo para os comunistas brasileiros e, quiçá, para a sociedade brasileira, pois além de ter significado a ruptura de parte dos trabalhadores brasileiros com a tradição anarco-sindicalista, aquele evento se colocava à altura do momento político nacional, cujas inquietações políticas, sociais e culturais tiveram expressão em movimentos como o tenentismo e o modernismo da década de 1920. Vale

salientar ainda que o surgimento do Partido Comunista no Brasil pôs em sintonia o movimento de libertação nacional com a experiência socialista internacional, em função de sua filiação à concepção marxista e internacionalista e de suas ligações com a Internacional Comunista.

A adesão de Luís Carlos Prestes ao comunismo foi outro acontecimento marcante na memória comunista brasileira, pois ela significou a interseção do tenentismo da Coluna Prestes e de suas manifestações nacionais com a idiossincrasia comunista e internacionalista. Dessa interseção das idéias nacionais com o revolucionarismo da III Internacional decorreram as experiências da Aliança Nacional Libertadora e da Insurreição Comunista de 1935, que assinalaram a memória política da agremiação comunista e de parte significativa da sociedade brasileira, como revela o interesse de parte substancial da historiografia sobre o Brasil republicano, inclusive os livros didáticos. Ao lado de acontecimentos como estes que ultrapassaram a memória partidária e se inseriram no imaginário brasileiro, há eventos exclusivamente partidários que foram importantes para a memória e identidade do grupo partidário, como é o caso da Conferência da Mantiqueira, tida como responsável por tirar o Partido da clandestinidade e prepará-lo para os embates contra o nazifascismo e em favor da redemocratização do país. Essa Conferência teve ainda o mérito de ter projetado politicamente parte dos dirigentes que se enfrentariam na renhida disputa político-ideológica que resultou na cisão PCB-PCdoB.

Mas, ao lado da experiência da ANL e da Insurreição de 1935, outros acontecimentos marcaram a memória dos comunistas e da sociedade brasileira. Referimo-nos à participação democrática dos comunistas nas eleições brasileiras de 1945 e 1947, em que a liderança popular de Prestes foi testada e o Partido obteve relativo êxito eleitoral ao eleger uma bancada constituinte de 14 deputados federais e um Senador da República. Nas eleições de 1947, o Partido Comunista repetiu o seu desempenho eleitoral e, conseqüentemente, conseguiu eleger vários deputados estaduais e vereadores em diversos Estados e municípios do país, inclusive a maioria das cadeiras das câmaras municipais do Rio de Janeiro e do Recife. Tais acontecimentos fizeram do Partido uma agremiação política presente no cenário nacional, em virtude dos inúmeros comícios realizados e dos comitês construídos pelo Brasil

afora.

O último quesito da memória produzida pelo PC brasileiro foi a realização do IV Congresso, juntamente com a elaboração do *Programa de 1954*. Evento de caráter interno consumado após vinte e cinco anos da ocorrência do III Congresso (1929), ele foi responsável pela edição do primeiro programa do Partido Comunista. Essa carta programática teve o mérito de ser a primeira tentativa de abordagem dos problemas brasileiros, sem a ingerência direta de órgãos do comunismo internacional (Comintern e Cominform). Entretanto, sua linha política foi depois considerada “sectária” e “esquerdista” pelo grupo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro, que defendia um caminho democrático de atuação e não concordava com o segmento comunista que ainda apostava na revolução como alternativa política.

Vê-se, assim, que no primeiro capítulo conseguimos abordar os acontecimentos que perfizeram a memória do Partido Comunista, no momento anterior à cisão de 1961/1962, sob a ótica de que a construção da memória combina em sua teia elementos temporais e espaciais fundamentais à identidade partidária.

No segundo capítulo, examinamos o processo da cisão ocorrida no Partido Comunista, no período de 1958 a 1962, do qual resultou o surgimento de duas agremiações intituladas comunistas, na cena política brasileira: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Após fazer o histórico das principais cisões acontecidas no movimento comunista mundial e brasileiro, nos detivemos no exame dos acontecimentos que contribuíram para divisão do PC brasileiro, no período de 1956 a 1962. Entre os acontecimentos de caráter internacional se destaca o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em 1956. Esse evento se caracterizou por defender a convivência pacífica entre capitalismo e socialismo e considerar a possibilidade da transição pacífica do capitalismo ao socialismo, sem necessidade da luta de classes e da revolução.

A nova política do PCUS repercutiu em diversos partidos comunistas do mundo, causando divergências entre suas facções. No Brasil, a influência do conclave soviético foi quase imediata, causando perplexidade e defecções entre a militância do PC. Os dirigentes partidários que se mantiveram identificados com as posições “stalinistas” – João Amazonas, Maurício Grabois,

Diógenes Arruda Câmara e Pedro Pomar – perderam força no debate interno que caminhava favoravelmente às teses “revisionistas” oriundas daquele encontro do partido soviético. A adesão de Prestes às novas idéias políticas consolidou a supremacia do grupo formado por Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella, Jacob Gorender que decidiu destituir os dirigentes “stalinistas” de suas funções executivas e aprovar a *Declaração de Março de 1958*, que ajustava a linha política da agremiação comunista brasileira às “novas necessidades nacionais e internacionais”, tornando letra morta o Programa de 1954. As divergências internas se aprofundaram no V Congresso do PC brasileiro, que confirmaria a vitória da corrente liderada por Prestes e Giocondo Dias.

O XX Congresso do PCUS contribuiu para a cisão no movimento comunista brasileiro, mas teve peso diferente nas análises dos dirigentes que integrariam, respectivamente, o PCB e o PCdoB. Para o PCB as deliberações do PCUS naquele congresso serviram de inspiração à sua linha política conciliadora e institucional iniciada com a *Declaração de Março de 1958* e consolidada com a Resolução Política do V Congresso e no Programa enviado para registro à Justiça Eleitoral. Diferentemente, o PCdoB rechaçou a linha de conduta do XX Congresso do PCUS, da *Declaração de Março* e do V Congresso e resgatou as idéias principais do Programa de 1954 ao aprovar o Manifesto-Programa de 1962. Embora seus dirigentes neguem que tenham promovido articulações com o PC da China até a data da “reorganização” do PCdoB em fevereiro de 1962, não há dúvidas que indiretamente a Revolução Chinesa (1949) e a Revolução Cubana (1959) tenham sido fonte de inspiração para a manutenção das convicções revolucionárias dos comunistas do PCdoB.

Entretanto, apesar dos fatores externos (XX Congresso do PCUS, Revolução Chinesa e Revolução Cubana) terem sido importantes na crise que resultou na divisão do Partido Comunista no Brasil, arrimado nas posições de MORAES, SEGATTO e AMAZONAS e GRABOIS, entendo que os fatores nacionais foram determinantes para a cisão PCB-PCdoB, pois a conjuntura política brasileira vinha contribuindo para o surgimento de idéias “reformistas” no interior do Partido Comunista. Primeiro, temos que considerar que a experiência democrática de 1945-1947 havia deixado marcas indeléveis em parte considerável da militância comunista, que não apenas culpava seus

adversários pela sua ilegalidade, mas reconhecia que o Partido havia contribuído para seu isolamento político e, conseqüentemente para sua cassação; segundo, a política “populista” de Vargas e o “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschec haviam contribuído para o surgimento de tendências reformistas no interior da agremiação comunista, que privilegiavam a aliança com a chamada burguesia nacional; terceiro, durante o Governo João Goulart, setores majoritários no PC acreditavam que o país seguia firme no rumo da democracia e que esse Governo contaria com apoio da burguesia nacional e setores democráticos das Forças Armadas; finalmente, o PC brasileiro privilegiava a estratégia da luta institucional e tudo fazia para reconquistar sua legalidade, de modo que as mudanças programáticas derivadas da *Declaração de Março* e do V Congresso correspondiam aos objetivos de amainar sua linha política no sentido de facilitar o seu registro partidário perante a Justiça Eleitoral.

Ao terminar o segundo capítulo chegamos à conclusão de que no período de 1956 a 1962 a memória do Partido Comunista é voltada para as disputas internas, traduzida na produção de documentos que surgiram já carimbados pelas posições políticas em confronto. Durante esse período aconteceram fatos e se produziram documentos que se somaram ao repertório de memórias produzido anteriormente a 1956. Entres esses acontecimentos e documentos memoráveis produzidos se destacaram a elaboração e divulgação da *Declaração de Março de 1958*, o V Congresso (1960), o artigo *Duas concepções, duas orientações políticas* (1960) de Maurício Grabois, o requerimento *Em defesa do Partido*, também chamado de *Carta dos 100* (1961) e a Conferência Nacional Extraordinária de 1962 e seu *Manifesto-Programa*. Os dois primeiros acontecimentos/documentos traduziram as opiniões do grupo liderado por Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias e, em razão disso, foram incorporados à memória e identidade do PCB, enquanto que os demais acontecimentos e documentos foram agregados à memória e identidade do PCdoB, pois desde suas origens representavam as opiniões do grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Quanto ao XX Congresso do PCUS, consideramos que o PCB chegou a promover a tentativa de transposição de suas idéias para a memória do movimento

comunista brasileiro ao valorizá-las como elemento catalizador de sua nova política. Diferentemente, o PCdoB viria aquele acontecimento soviético e suas idéias de forma depreciativa ao considerá-los como elementos que contribuíram para a divisão do movimento comunista mundial.

No último capítulo da dissertação trabalhamos a questão da disputa pela memória entre o PCB e o PCdoB tomando por base os acontecimentos relatados no primeiro capítulo. A conclusão a que chegamos é que na disputa pela memória ambos os partidos reivindicaram para si o marco de fundação em março de 1922, se apresentando para seus adeptos e a sociedade como o Partido criado naquela data. Entretanto, o exame da *Declaração de Março de 1958*, um dos documentos fundantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), demonstra que o esquecimento foi um das estratégias utilizadas pelo PCB para se desvencilhar das lembranças inoportunas para sua nova compleição política. O documento de 1958, por exemplo, esqueceu completamente o nome original – Partido Comunista do Brasil – e passou a adotar, quase que invariavelmente, o termo “os comunistas” para evitar a referência ao nome histórico do Partido, pois ele evocava o internacionalismo proletário, princípio comunista abandonado pelo PCB. Outra omissão da *Declaração de 1958* foi quanto ao objetivo de construção da sociedade comunista, que constavam expressamente no Estatuto de 1922 e no Programa de 1954. Já o PCdoB, que começou a se configurar a partir da *Carta dos 100* dirigida à direção do Partido Comunista Brasileiro por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e mais uma centena de militantes se mostrou disposto a preservar o conjunto da memória do Partido de 1922, como o nome histórico de Partido Comunista do Brasil, o Programa de 1954 e a fidelidade ao internacionalismo proletário e aos objetivos de construção da sociedade comunista.

O PCB e o PCdoB disputaram também os demais elementos da memória do Partido fundado em 1922, como a simpatia do líder carismático Luís Carlos Prestes, a herança da ANL e da Insurreição Comunista de 1935, a Conferência da Mantiqueira, a Experiência democrática de 1945-1947 e o IV Congresso e seu Programa de 1954. Entretanto a apropriação dessa memória foi realizada de forma seletiva pelo PCB e PCdoB, sendo utilizado como filtro

os critérios “democracia” e “revolução”²⁵⁴. A herança da ANL e da Insurreição de 1935, por exemplo, foi valorizada de forma diferente pelo PCB e PCdoB. Aquela legenda valorizou os aspectos democráticos e institucionais desses acontecimentos como a formação da frente antifascista, diferentemente do PCdoB que preferiu destacar os aspectos revolucionários, a experiência insurrecional.

Quanto as deliberações tomadas pela Conferência da Mantiqueira encontramos elementos que foram valorizados distintamente pelo PCB e pelo PCdoB, após a cisão de 1962. O PCB valorizou a política de “união nacional” em torno de Vargas, simbolizada pelo gesto democrático de Prestes em se unir ao líder da Revolução de 1930, apesar de ter sido vítima implacável do Estado Novo. Já o PCdoB, embora tenha reconhecido a importância programática e os aspectos táticos e estratégicos dessa Conferência, a considerou em alta conta em decorrência dela ter promovido para a direção do PC boa parte dos quadros partidários que o acompanharam na cisão de 1962.

A participação democrática do PC brasileiro nas eleições de 1945 e de 1947, pelos resultados obtidos e pelo que significou para a democracia brasileira posterior à Segunda Guerra Mundial, constitui o mais elevado acontecimento de sua memória democrática, pois firmou a convicção (não só entre suas fileiras) de que os comunistas teriam plena possibilidade de disputar a hegemonia da sociedade brasileira, se fosse permitida sua participação regular no jogo político nacional. Embora os comunistas tenham se caracterizado pela sua organização nacional, devido a existência de direções constituídas na maioria dos estados da federação brasileira e da defesa de uma revolução nacional no Brasil, foi no processo eleitoral dos anos de 1945-1947 que o PC assumiu amplas características nacionais, através da adoção de plataformas eleitorais vinculadas às aspirações populares. Esse acontecimento deu caráter nacional pleno à agremiação comunista brasileira, ao permitir-lhe a comunicação com amplos seguimentos da população do país, através de comícios e da constituição de comitês eleitorais. Lucilia de Almeida

²⁵⁴ Maria da Conceição Fraga em sua obra considerou que a disputa pela memória é caracterizada pelo olhar filtrado pelo tempo e o espaço (cf. FRAGA, op. cit., p. 55). Acolhemos a idéia de filtração do olhar, entretanto, entendemos que os elementos que orientam essa filtração na disputa pela memória comunista brasileira são as concepções de democracia e revolução empregadas, respectivamente, pelo PCB e PCdoB.

Neves Delgado assim caracterizou a participação do Partido Comunista no novo sistema partidário surgido em 1945:

o Partido Comunista apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. Em segundo, apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Em terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial²⁵⁵.

Estas características da agremiação comunista brasileira tencionaram sua atuação política e contribuíram para a diferenciação entre as atitudes do PCB e do PCdoB na luta pela apropriação da memória política do Partido de 1922. Os integrantes do PCB passaram a valorizar demasiadamente a memória da experiência democrática de 1945-1947, em que o PC adotou a linha de defesa da união nacional, bem expressa nos discursos conciliadores de Luís Carlos Prestes, durante a campanha para eleição dos constituintes de 1946²⁵⁶. Diferentemente, os comunistas do PCdoB criticaram a ilusão democrática que tomou conta do Partido, fazendo-o se descuidar das formas de lutas extra-legais. Neste sentido, se constata que os comunistas do PCB passaram a absolutizar as formas legais de luta, tomando-as como modelo de atuação, ao contrário do PCdoB que via com desconfiança as ilusões democráticas e o abandono das formas de lutas extra-parlamentares.

O outro evento interna corporis que marcou a memória histórica do Partido Comunista, depois da Conferência da Mantiqueira, foi seu IV Congresso, ocorrido em novembro de 1954, 25 anos após o III conclave. O IV Congresso se destacou na memória dos comunistas brasileiros por ter ocorrido após o suicídio do Presidente Vargas e num momento de crise política do país, bem como em virtude da elaboração de seu primeiro programa – o Programa de 1954. Portanto, as circunstâncias em que ocorreu o IV Congresso fizeram desse conclave comunista um acontecimento privilegiado na memória histórica

²⁵⁵ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Op. cit., p. 135.

²⁵⁶ Ver nota 241.

dos comunistas brasileiros.

O *Programa de 1954*, principal deliberação do Congresso de 1954 foi avaliado distintamente pelo PCB e o PCdoB. Os setores vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), imbuídos do espírito “reformista” decorrente do XX Congresso do PCUS e da decorrente *Declaração de Março de 1958*, consideraram “esquerdista” o conteúdo do Programa comunista de 1954. No artigo *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*, Luís Carlos Prestes realizou a crítica e autocrítica à política adotada pelo Partido Comunista no período anterior à *Declaração de Março de 1958*, classificando-a de “profundamente sectária” e de adotar uma “concepção da revolução a curto prazo”.. Diferentemente, a avaliação realizada pelos segmentos vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) adotou uma posição enaltecedora por entender que o Programa buscou “um caminho acertado”²⁵⁷, sem o “esquerdismo” da Declaração de Agosto de 1950, que levou o partido a tratar “a burguesia em bloco como força inimiga”²⁵⁸ e a cair em posições “sectárias” como a abstenção “de participar das eleições presidenciais de 1950”²⁵⁹, nem o direitismo da Declaração de Março de 1958, que defendeu “abertamente a solução reformista” e preconizou “o caminho pacífico e a colaboração com a burguesia”²⁶⁰. No entendimento de João Amazonas e Maurício Grabois, dois dos principais dirigentes do PCdoB, o programa armava “o Partido e as massas para levar a cabo a revolução (...), faz[ia] uma análise justa da situação do Brasil, demonstra[ndo] ser indispensável a revolução [e] defin[indo] acertadamente o caráter dessa revolução (...)”²⁶¹

Vê-se assim que o PCB olha para a memória do IV Congresso e de sua principal realização – o *Programa de 1954* – com lentes “reformistas” e “democráticas” em tudo vendo “sectarismo” e “esquerdismo”, diversamente do PCdoB que, sob um olhar de simpatia pela revolução, destaca os aspectos revolucionários daquele documento histórico. Por conseqüência, na disputa pela memória dos eventos produzidos pelo Partido Comunista de 1922, o PCB

²⁵⁷ AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. *Op. cit.*, p. 159

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 158.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 162.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 159.

abandonou a linha política do *Programa de 1954*, diferentemente do PCdoB que dela se apropriou na Conferência de Reorganização de fevereiro 1962, retomando conseqüentemente seu conteúdo programático quando elaborou o Manifesto-Programa que deu nova vida partidária ao PC do Brasil.

Finalmente cabe ressaltar que o presente trabalho é um esforço historiográfico no campo da nova história política em que a memória do Partido Comunista foi estudada em suas dimensões espaciais e temporais. No campo espacial, se destacou o estudo das mudanças e permanências acontecidas no interior do Partido e suas conjunções com a realidade nacional e internacional. No campo temporal, examinamos que no período de 1922 a 1962, o Partido Comunista viveu suas vicissitudes internas, sob influência da realidade brasileira e estrangeira, e produziu uma memória coletiva aparentemente una, num primeiro momento de sua história. Entretanto, depois da cisão que resultou no aparecimento do PCB e PCdoB na cena política brasileira, essa memória se fragmentou em decorrência da disputa que estes partidos realizaram pelo espólio do Partido de 1922, buscando o primeiro se perfilar no campo “democrático” como uma agremiação política voltada para as lutas por reformas sociais no campo da institucionalidade, ao passo que o outro almejava uma identidade revolucionária, com maior fidelidade aos pressupostos que deram origem ao Partido Comunista do Brasil (PCB), nos anos iniciais da década de 1920.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

AMAZONAS, João. 1935: assim se conta a história. In: _____. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1999.

AMAZONAS, João; GRABOIS, Maurício. Cinquenta anos de luta. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p.

CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto-programa. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (março de 1958). In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

EM DEFESA do Partido (Carta dos 100). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

HISTÓRIA DO PCB/PPS. Disponível em <http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opção=partido&inc_partido=hiistoria&portal=>. Acesso em: 10 nov. 2007.

O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO COMITÊ CENTRAL DO PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto a personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil. Outubro de 1956. In: VINHAS, Moisés. op. cit.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Documentos históricos**: Estatuto 1922. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1922.asp>>. Acesso em: 18 set. 2007.

PEREIRA, Astrojildo. A formação do PCB. In: _____. **Ensaios históricos e políticos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p

PRESTES, Luiz Carlos. São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. In: PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL [1954]. Revista

Problemas, n. 64. dez. 1954/ fev. 1955.

REPORTAGEM SOBRE O IV CONGRESSO DO PCB, In: VINHAS, Moisés. Op. cit., Anexos do Capítulo IV.

RESOLUÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA DA INTERNACIONAL COMUNISTA sobre o Partido Comunista do Brasil, em VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 52-53.

RESOLUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL [PCdoB]. Resposta a Krushev. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

(*) Documentos contidos em: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança: a vida de Luís Carlos Prestes**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

AMAZONAS, João. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

AMAZONAS, João et al. **30 anos de confronto ideológico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. **Princípios**, nº. 46. [1999?]

BRANDÃO, Gilda Marçal. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. v. 1.

BUONICORE, Augusto César. **Partido Comunista do Brasil: do Manifesto de**

janeiro de 1948 à Declaração de março de 1958. Princípios. São Paulo: Anita Garibaldi, n. 67, 2002. p. 54-58.

CARONE, Edgar. **A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)**. São Paulo: Anita Garibaldi: Ed. da USP, 1993.

CARONE, Edgar. **A república nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 233-268.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes a queda de Arraes: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis de seus programas**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural Universitária de Rio Grande do Norte, 1995.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v, 13, n. 25/26, p.97-103, set,92/ago.93.

DAMATA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder: relações de classes. In.: BORIS, Fausto (Dir.). **História da civilização brasileira**. 3. ed. São Paulo, 1986. t. 3 – Brasil republicano, v. 3 – Sociedade e política: 1930-1964.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Tudo é história.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix. [s.d.].

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. DATA

_____. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987.

ENCONTRO NACIONAL PELA LEGALIDADE DO PCB. **Uma alternativa democrática para a crise brasileira**. 3. ed. São Paulo: Novos Rumos, 1985.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 13. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e política (1939-1964)**. São Paulo: Difel, 1983, t. 3, v. 3

FERNANDES, Luís. **URSS, ascensão e queda**: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

_____. **O enigma do socialismo real**: um balanço crítico das principais teorias marxistas do ocidente. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

_____. O Marxismo e a discussão sobre a natureza da sociedade soviética. In: AMAZONAS, João et al. **30 anos de confronto ideológico**: marxismo e revisionismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Tenentismo e Aliança Liberal**: 1927-1930. São Paulo: Polis, 1978.

FRAGA, Maria da Conceição. **Memória articulada e memória publicizada**: a experiência de parlamentares brasileiros. 2000. Tese (Doutorado) em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado et al. **A revolução de 1930**: textos e documentos. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1992, v. 1-2.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILTON, Stanley. **A rebelião vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. 3.ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital**: 1848-1875. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2003.

JOFFILY, Bernardo. **Atlas histórico Istoé Brasil**. São Paulo: Ed. Três, 1997.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo:

Hucitec, Unesp, 2003.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed., Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

LÊNIN, V. I. et al. **Estratégia e tática: textos de V. I. Lênin, G. Dmitrov, J. Stalin e J. Amazonas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1981. t. 1.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LINS E SILVA, Aldo. Luís Carlos Prestes: dados biográficos. In: PRESTES, Luís Carlos. **Carta aos Comunistas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LUKACS, John. **Uma nova república: história dos Estados Unidos no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACAULAY, Neil. **A Coluna Prestes: revolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 6.ed. Petrópolis: Vozes. 1991.

MÁREK FRANZ. A desagregação do stalinismo. In: BADALONI, Nicola. **O marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 10, Coleção História do Marxismo.

MARIZ, Marlene da Silva. **A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934**. Dissertação (Mestrado). UFPE. Recife, 1982.

MARX, Karl. Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich **Obras escolhidas**, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. p. 322-32

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: _____. **Obras escolhidas**, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. p. 313-321.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. p. 13-47.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MOORE JÚNIOR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1975.

MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil: os**

influxos teóricos. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1995. v. 2.

_____. (org.). **História do marxismo no Brasil**: teorias. Interpretações. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1998. v. 3.

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**: o impacto das revoluções. 2. ed. rev. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2003. v. 1.

MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. **História do marxismo no Brasil**: visões do Brasil. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2000. v. 4.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. . **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 7-11; 13-35.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA (BOLCHEVIQUE) DA URSS, COMITÊ CENTRAL. **História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS**. Pernambuco, Brasil: Centro Cultural Manoel Lisboa, 1999.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

_____. **Como foram os congressos do Partido?** Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/faq.asp>>. Acesso em: 18 set. 2007.

_____. **Documentos históricos**: Estatuto 1922. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1922.asp>>. Acesso em: 18 set. 2007.

PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA (1958-1979). **Documentos**. Apresentação de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e políticos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **Comunistas do Brasil**: interpretações sobre a cisão de 1962. [s.d.]. Dissertação (Mestrado) em História. FFLCH/USP, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Luís Carlos. **Carta aos comunistas**: março de 1980. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Tenentismo pós-30**: continuidade ou ruptura? São Paulo: Paz e Terra, 1999.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática. 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e política (1939-1964)**. São Paulo: Difel, 1983,t. 3, v. 3, p.361-443.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SODRÉ, Nelson Wemeck. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Contribuição à história do PCB: antecedentes**. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, nº 8.

_____. **Do Tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930 a 1964**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

STÁLIN, J. **Fundamentos do Leninismo**. São Paulo: Global Editora, [s.d.].

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 30: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

WAACK, William. **Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Companhia de Letras, 1993